



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
EDUCAÇÃO

CURRÍCULO DA CIDADE

POVOS

INDÍGENAS

ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO

Ricardo Nunes

Prefeito

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Fernando Padula

Secretário Municipal de Educação

Malde Vilas Bôas

Secretária Executiva de Educação

Bruno Lopes Correia

Secretário Adjunto de Educação

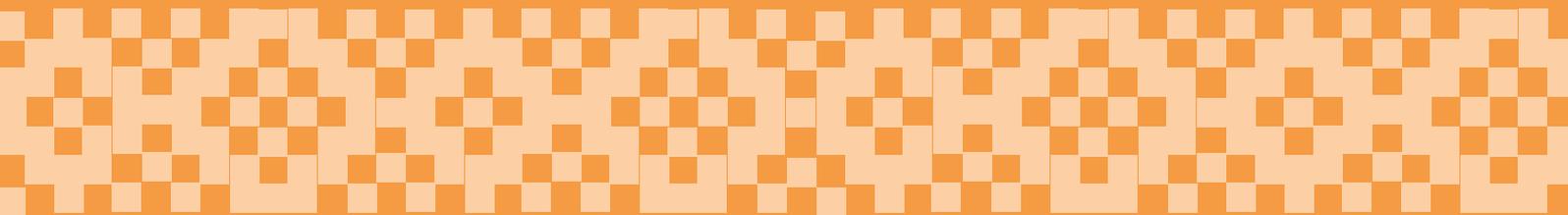
Omar Cassim Neto

Chefe de Gabinete

Sueli Mondini

Chefe da Assessoria de Articulação

das Diretorias Regionais de Educação - DREs



Secretaria Municipal de Educação de São Paulo

CURRÍCULO DA CIDADE

**POVOS INDÍGENAS:
ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS**

2ª edição

São Paulo | 2023

COORDENADORIA PEDAGÓGICA - COPED

Simone Aparecida Machado - Coordenadora

DIVISÃO DE CURRÍCULO - DC

Aparecido Suter da Silva - Diretor

EQUIPE TÉCNICA - DC

Ana Katy Lazare Gabriel
André de Pina Moreira
Anna Luísa de Castro
Caio Marques Fernandes
Carlos Alberto Mendes de Lima
Carolinne Mendes da Silva
Clodoaldo Gomes Alencar Junior
Eduardo Murakami da Silva
Eva Aparecida dos Santos
Guilherme Cunha de Carvalho
Karla de Oliveira Queiroz
Luciene Aparecida Grisolio Cioffi
Paloma Damiana Rosa Cruz
Rafael Fernando da Silva Santos Fitipaldi
Regiane Paulino
Regina Célia Fortuna Broti Gavassa
Renata de Lara Pereira Tamasi
Samir Ahmad dos Santos Mustapha
Solange Cristina Corregio
Thais Blasio Martins

EQUIPE ADMINISTRATIVA - DC

Amanda Ferreira Rodrigues
Juliana Bauer de Oliveira Pimentel
Jonas Ribeiro dos Santos

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL - NEER

André de Pina Moreira
Carolinne Mendes dos Santos
Eva Aparecida dos Santos
Rafael Fernando da Silva Santos Fitipaldi

ORGANIZADORES

Mariângela do Nascimento Akepeu
Vera Lúcia Benedito
Wagner Barbosa de Lima Palanch

CONCEPÇÃO E ELABORAÇÃO DE TEXTO

Cristino Wapichana
Daniel Munduruku

REVISÃO TEXTUAL

Roberta Cristina Torres da Silva

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Aline Franca

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

São Paulo (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica.

Currículo da cidade : povos indígenas : orientações pedagógicas. – 2. ed. – São Paulo : SME / COPED, 2023.
112p. : il.

Bibliografia

ISBN: 978-85-8379-082-2 (livro físico)
ISBN: 978-85-8379-083-9 (livro digital)

1. Educação – Currículos. 2. Ensino Fundamental. 3. Povos Indígenas. I. Título.

CDD 372.83

Código da Memória Documental: SME43/2023

Elaborado por Patrícia Martins da Silva Rede – CRB-8/5877



Qualquer parte desta publicação poderá ser compartilhada (cópia e redistribuição do material em qualquer suporte ou formato) e adaptada (remix, transformação e criação a partir do material para fins não comerciais), desde que seja atribuído crédito apropriadamente, indicando quais mudanças foram feitas na obra. Direitos de imagem, de privacidade ou direitos morais podem limitar o uso do material, pois necessitam de autorizações para o uso pretendido.

A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo recorre a diversos meios para localizar os detentores de direitos autorais a fim de solicitar autorização para publicação de conteúdo intelectual de terceiros, de forma a cumprir a legislação vigente. Caso tenha ocorrido equívoco ou inadequação na atribuição de autoria de alguma obra citada neste documento, a SME se compromete a publicar as devidas alterações tão logo seja possível.

Consulte: educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br

Esta publicação tem a cooperação da UNESCO e da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, cujo objetivo é fortalecer a governança da Educação no Município de São Paulo por meio de ações de inovações à qualidade educativa e à gestão democrática.

As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste relatório não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.

As ideias e opiniões expressas nesta publicação são as dos autores e não refletem obrigatoriamente as da UNESCO nem comprometem a Organização.

CAROS EDUCADORES(AS),

É com alegria que comunicamos a reimpressão do documento “Orientações Pedagógicas: Povos Indígenas”, material fundamental para subsidiar o ensino das histórias e culturas dos povos indígenas. O documento que foi elaborado pelos profissionais da SME e contou com a participação dos escritores Daniel Munduruku e Cristino Wapichana.

O material é dividido em cinco partes. Na primeira, temos uma discussão sobre o uso dos conceitos. Muitas vezes, por desconhecimento, fazemos uso de palavras que não valorizam as populações indígenas e saber quais palavras são adequadas contribuem para construirmos uma sociedade mais respeitosa.

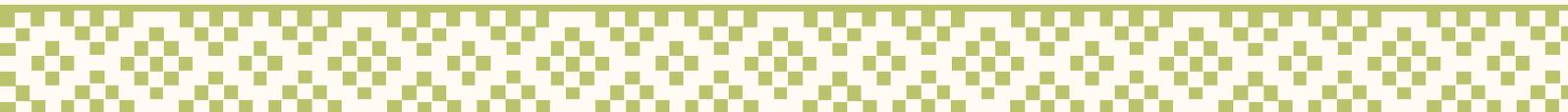
Na segunda parte, intitulada “Nessa terra tinha gente”, a discussão é sobre a presença dos povos originários no território. Eram milhares de povos, falantes de centenas de línguas e com diferentes costumes que os fazia diversos entre si. Infelizmente, as diferenças culturais não foram compreendidas e valorizadas pelos europeus que aqui chegaram.

A parte três do documento trata das dificuldades enfrentadas pelos povos originários desde a ocupação do território. Novamente, os autores nos atentam para o uso de alguns conceitos e comentam sobre a resistência dos indígenas. Dando continuidade ao tema da resistência, na quarta parte aprendemos sobre a União das Nações Indígenas, primeira organização que buscava reunir as demandas de todos os grupos que vivem no Brasil e lutar por direitos. A instituição teve papel fundamental para a inserção na Constituição Federal de 1988 de direitos que favoreceram os indígenas. A quinta e última parte do material trata da presença indígena na cidade de São Paulo, tanto daqueles que vivem nas aldeias quanto dos que vivem em diferentes bairros da cidade.

Além da discussão sobre importantes aspectos das histórias e culturas dos povos originários, ao final de cada uma das cinco partes há um resumo do que foi discutido e um tópico especial denominado “Criando Piolhos” que traz sugestões de atividades para os docentes realizarem em suas práticas, acompanhando de indicações de leituras para aprofundar o conhecimento.

Com isso, convido a todos os educadores e educadoras da RME a revisitarem o documento.

Fernando Padula
Secretário Municipal de Educação



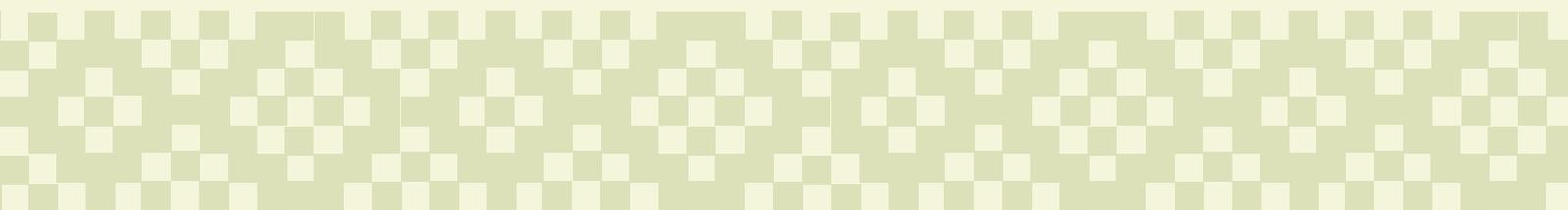
Educar é como catar piolho na cabeça da criança.
É preciso que haja esperança, abandono,
perseverança.

A esperança é crença de que se está cumprindo
uma missão; o abandono é a confiança do
educando na palavra; a perseverança é a
perseguição aos mais teimosos dos piolhos,
é não permitir que um único escape, se perca.

Só se educa pelo carinho e catar piolho é o carinho
que o educador faz na cabeça do educando,
estimulando-o, pela palavra e pela magia
do silêncio.

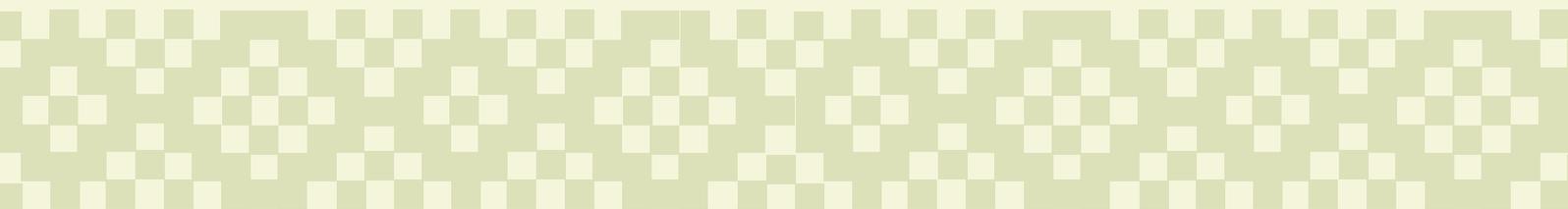
Ser educador é ser confessor dos próprios sonhos
e só quem é capaz de oferecer um colo para que
o educando repouse a cabeça e se abandone ao
som das palavras mágicas, pode fazer o outro
construir seus próprios sonhos. É pouco importa
se os piolhos são apenas imaginários!

Daniel Munduruku

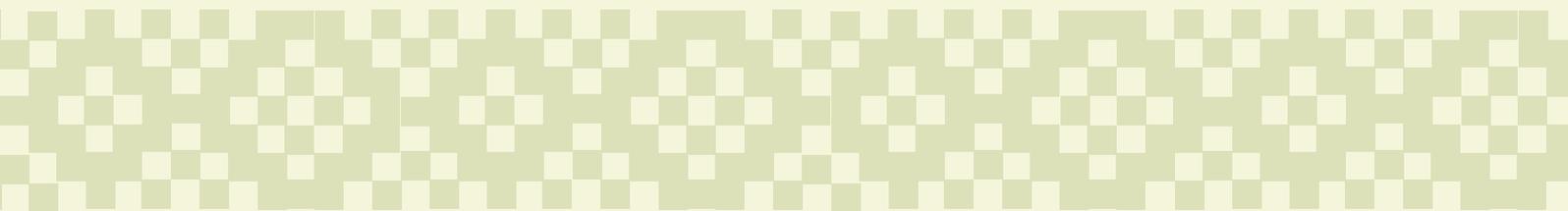


SUMÁRIO

1. USANDO AS PALAVRAS CERTAS	8
UM AVÔ NO MEIO DO CAMINHO	11
Usando as palavras certas	14
Novas formas de nomear	14
Indígenas sim. Índios não!	15
Então, está tudo errado?.....	16
Qual é a sua tribo?	17
Muitos povos, muitas línguas	18
RESUMO DA OCA	20
CRIANDO PIOLHOS	21
É ÍNDIO OU NÃO É ÍNDIO?.....	24
2. NESTA TERRA TINHA GENTE!	26
De onde viemos?	28
OS FILHOS DO CENTRO DA TERRA	29
CONTE OUTRA, VOVÓ!	32
Interpretando a vida	35
Como nos é contada a outra história?.....	35
Teorias que contam história	36
SOBRE O TEMPO E O TRABALHO	40
A cultura grita pela história.....	42
RESUMO DA OCA	44
CRIANDO PIOLHOS	45
NÃO SOMOS DONOS DA TEIA DA VIDA	46



3. VISÕES QUE MARCARAM OU A DIFÍCIL ARTE DE SER "ÍNDIO" NO BRASIL	52
Descobrimto? Achamento? Invasão? Invenção? Encontro?	54
Política assimilacionista	57
Confederação dos Tamoios: a resistência indígena.....	59
Nasce o romantismo nacional	61
Advento da República: uma política integracionista.....	64
RESUMO DA OCA	66
CRIANDO PIOLHOS	67
VOCÊ "FALAR" MINHA LÍNGUA?	68
4. O MOVIMENTO INDÍGENA E OS INDÍGENAS EM MOVIMENTO: NOVAS FORMAS DE FAZER POLÍTICA	70
"Somos aqueles por quem esperamos"	74
RESUMO DA OCA	78
CRIANDO PIOLHOS	79
UM ÍNDIO EM MINHA CASA	79
5. POR AQUI TEM TAMBÉM!!!	82
No Município, onde eles estão?.....	85
Onde estão esses indígenas? Por que não os vemos?.....	86
RESUMO DA OCA	87
CRIANDO PIOLHOS	88
SUGESTÃO DE OBRAS	97
PARA TREINAR OLHOS E CORAÇÕES.....	106
Para treinar olhos e corações: Duas palavras para finalizar.....	108



1

USANDO AS PALAVRAS CERTAS





“Pois todo dia era dia de índio
Todo dia era dia de índio
Mas agora eles só tem
O dia 19 de Abril”.

Jorge Ben Jor

Cultura material Guarani.
Foto: Adriana Caminitti.

Quem nunca ouviu esta música de Jorge Ben Jor na voz de Baby do Brasil? Quem não sentiu uma ponta de emoção ao se dar conta que a história do Brasil ocultou a presença dos indígenas na formação da identidade nacional “oferecendo” apenas um dia para “comemorar” a memória de nossos primeiros ancestrais?

A relação que desenvolvemos pessoalmente com os povos indígenas é bastante sintomática de nossa identificação e de nossa identidade nacional. Algumas vezes, inclusive, falamos de nosso orgulho por ter uma avó bugre “que foi pega a laço”. Por outro lado, há também um aspecto negativo que prevalece no nosso repertório demonstrando o “outro lado” de nossa relação com estes grupos ancestrais. Trata-se especialmente do tipo de pensamento que desenvolvemos sobre o *índio* e que vem sendo repetido à exaustão desde muito tempo e que revela que não sabemos mesmo quem ele é e quais suas especificidades culturais. Por isso ficamos na superfície, talvez com medo de mergulhar para dentro de nós mesmos e descobrirmos que temos sido injustos com os primeiros habitantes do Brasil e, conseqüentemente, com a nossa origem primeira e da qual participamos queiramos ou não, desejemos ou não. Ela faz parte de cada brasileiro que habita esta terra mesmo que não partilhe diretamente de uma ascendência indígena, pois não se trata de sangue, mas de pertencimento. Pensássemos assim de verdade a história dos povos tradicionais não teria sido tão difícil por aqui. E falamos isso não apenas por causa das guerras de extermínio contra eles, mas especialmente por causa da forma negativa com a qual os tratamos.

Quando eu era criança não gostava de ser índio. Sentia vergonha de sê-lo quando alguém dizia que o índio era preguiçoso, selvagem, sujo, covarde, canibal. Mesmo sem entender a metade dessas palavras, meu espírito ficava chocado com a violência que representavam. Somado a tudo isso vinha o fato de que o índio era pouco desejado pelo sistema político que sempre dizia: “Índio bom é índio morto”. Por causa disso tudo é que decidi, aos nove anos de idade, que quando crescesse não seria índio e sim um ser humano civilizado, capaz de contribuir com o país. O que eu não sabia é que ser *índio* era algo que estava inscrito dentro de mim e que não bastava dizer palavras mágicas para que o milagre acontecesse. A duras penas descobri que eu teria que fazer uma viagem para dentro de mim para encontrar-me. No final, eu teria que vencer os adjetivos lançados sobre minha condição étnica, superar os maus tratos ganhos pelo caminho e reordenar meu estranhamento para dar passagem a uma nova compreensão do mundo e da vida.

UM AVÔ NO MEIO DO CAMINHO

Um dia cheguei à aldeia com o espírito muito abalado: tinha acabado de levar o primeiro fora de uma *cunhantã* branca¹ da escola. Ela havia me dito horrores para não aceitar namorar comigo. Entre outras coisas disse que eu era índio e junto com este conceito apareceram todos os outros adjetivos colados a ele. Na minha ingenuidade infantil pensei que bastava gostar de alguém para dizer, sem ter que ouvir impropérios de todas as ordens. Isso não era verdade. Minha volta para a aldeia foi melancólica e dentro de mim o desejo de deixar de ser *índio* foi a mola propulsora para voltar para lá e provar que eu poderia ser igual aos *pariwat*² da cidade.

Não foi isso, no entanto, que estava escrito para mim. No meio do caminho – entre o ser e o não-ser – teve um avô. Ele era um homem muito simples. Nada conhecia da cidade, nada havia estudado, nada sabia segundo os parâmetros urbanos. No entanto, era um grande conhecedor dos saberes da floresta. Era ele quem curava o corpo e a alma dos meus parentes. Era ele quem anunciava acontecimentos vindouros. Era ele quem trazia as notícias do tempo. E foi ele quem topei de pé à minha frente fazendo convite para tomar banho. Estranhei. Incomum convite não se faz para uma criança, ou um menino-quase-homem. Natural é adultos se convidarem, jovens se convidarem, adolescentes se convidarem, mas um homem velho convidar uma criança era coisa muito estranha. Ainda assim, é preciso obedecer.

O velho me levou para um lugar que eu não conhecia, pois, minha pouca idade não permitia adentrar-me na floresta. No máximo tínhamos que ficar próximos dos adultos. Andamos até toparmos com uma cascata de águas límpidas que formava um belo lago verde-esmeralda. Fiquei feliz com aquela visão. Achava que seria um banho maravilhoso. Vovô, no entanto, olhou para mim e disse sem cerimônias:

– Senta naquele tronco de árvore caído ali no alto. Fica lá. Sua tarefa vai ser ouvir o rio. Ouça o que ele tem para te dizer. Fica lá, quietinho.

Achei que o velho tinha enlouquecido. Eu já tinha ouvido falar muitas vezes que a natureza tem vozes, mas eu nunca havia ouvido nenhuma delas e tudo aquilo parecia bobagem. Não discuti. Sentei no tronco e simplesmente me deixei ficar por ali. Vez em quando o velho fazia um gesto para mim para lembrar-me que eu deveria ouvir o rio. Sabem de uma coisa, meus caros, o rio não falou. Confesso que me esforcei para ouvi-lo, mas ele não disse uma única palavra que me fizesse ter a mínima convicção de que falara comigo. Meu avô, por outro lado, insistia para que eu me concentrasse. E o rio, nada. Passado algum tempo, já cansado por causa

¹ Cunhantã branca (palavra guarani) = moça da cidade, não indígena.

² Pariwat (palavra munduruku) = branco, não indígena.

da incômoda posição – enquanto isso o avô mergulhava deliciosamente nas águas claras – o velho me chamou.

– Diga, meu neto, o que as águas do rio falaram para você?

Fiquei atônito com o questionamento. Tentei disfarçar dizendo que não havia entendido a pergunta. Ele a repetiu com toda paciência.

– O que o rio falou para você?

– Não falou nada, vovô.

Disse isso e fiquei no meu canto aguardando a bronca. Ela não veio. Ouvi apenas uma voz doce sussurrando.

– Ele falou sim, meu neto. Você é que não o ouviu. O rio sempre fala. Hoje seu espírito está fechado, mas ele contou uma bela fábula para lembrar que precisamos aprender com ele.

– Como assim, vovô? Não estou entendendo direito o que o senhor está falando.

Ele entendeu minha dificuldade. Achevou-se perto de mim e balançou sua mão sobre minha cabeça e mandou que eu mergulhasse naquela água. Fiz isso imediatamente. O calor estava insuportável e era o que eu mais queria naquele momento. Minutos depois ele me chamou e sentou-se à minha frente.

– Seu coração está inquieto. Coisas estão acontecendo dentro de você com muita força e não está sabendo como entendê-las, não é mesmo?

Fiz que sim com a cabeça. Ele continuou.

– O rio ensina que é preciso ser perseverante. Ele diz que é preciso encontrar um motivo para seguir adiante. Meu neto já viu o rio parar diante de um obstáculo e ficar chorando, lamentando?

Ele nem me deixou responder e logo retomou a ideia.

– Ele não faz isso. Sabe por quê? Porque dentro dele tem uma voz que repete sem cessar que se ele parar jamais irá se encontrar com o grande rio, lugar de onde vieram nossos ancestrais e para onde voltaremos depois de passarmos dessa vida. O grande desejo do rio é ser Rio. Ele não quer ser outra coisa. E ele só não poderá sê-lo se resolver abandonar sua verdadeira vocação. Acontecerá com ele o que acontece com todos aqueles e aquelas que abandonam sua missão: ficará doente, podre, fedido. Água parada cria lodo e a vida vai embora. Ninguém quer tomar banho num rio com água parada, pois sabe que ali não há alegria. Ali estará um ser que desistiu. Você compreendeu as palavras do rio, meu neto?

Disse a ele que sim. Pensei comigo mesmo que aquelas palavras eram, na verdade, de meu avô que já era quase um rio de sabedoria. Na verdade, eu sabia que o que ele havia feito era abrir um canal dentro de mim que me tornaria atento às palavras que ainda ouviria dali em diante, pois o velho avô passou a ser uma presença constante em minha formação. Ele mesmo se incumbiu de ir nos oferecendo um caminho. Digo nós porque formamos um grupo que foi especialmente educado pela sabedoria do velho avô. Foi ele quem ensinou a ler as estrelas, ouvir o canto dos pássaros, recitar longas histórias para treinar nossa memória, cantar cantigas ancestrais para aprender a língua dos espíritos. Foi ele quem nos introduziu no coração de nossa gente e ofereceu a dignidade de estarmos unidos com o universo.

Isso durou algo em torno de três anos. Um dia, meu pai entrou em sala de aula e foi-me dar a mais triste notícia de minha curta vida: meu avô havia morrido. Fui ao velório dele como manda a tradição. Chorei por ele como rezam os velhos. Lembrei os bons momentos juntos. Fiz o luto. E também disse orgulhosamente a ele:

– Sim, meu Vovô, já não sou *índio*. Sou Munduruku e é assim que pretendo mostrar a todo mundo o que o senhor me ensinou. Irei dizer suas palavras. Irei contar suas histórias, irei falar da tradição.

Daquele dia em diante entendi as palavras do rio e nunca mais deixei de escutá-las.

Usando as palavras certas

O que narrei até aqui foi para mostrar que as palavras têm um poder enorme de moldar as mentes das pessoas. Elas servem para alçar, elevar, dignificar ao mesmo tempo que podem detonar, humilhar e desqualificar pessoas, povos, grupos, civilizações. Este é o poder que elas têm. Felizmente, porém, a palavra tem como intermediário a consciência humana. Digo felizmente porque a consciência pode ser educada, transformada e utilizar o apreendido para transformar as relações através do uso correto das palavras.

Novas formas de nomear

Durante muito tempo aprendemos a chamar os primeiros habitantes do Brasil de índios. Esta alcunha – para usar uma palavra erudita – trazia consigo imagens e significados que nem sempre dignificavam àqueles a quem ela desejava nomear. Normalmente, vinha acompanhada por adjetivos que não faziam jus à riqueza da diversidade que ela compunha. Quase sempre significava atraso tecnológico, primitivismo, canibalismo, entre outros termos negativos. Nomear alguém com essa palavra era qualificá-lo a quem dos demais seres humanos e enquadrá-lo em um passado imemorial, que nem mais existia. Essa ideia congelava os “índios” a um passado tão remoto que a vaga lembrança deles nos remetia à dos homens das cavernas ou dos dinossauros. Assim eram estudados: como seres do passado. Os livros os traziam assim e assim eram estudados na escola. E isso tudo por causa de uma palavra... acompanhada de uma mal contada história de “descobrimto” do país. Nessa história nos diziam que nossos primeiros colonizadores – os portugueses – foram os heróis que descobriram uma nova terra e tiveram que lutar bravamente para conquistá-la de bárbaros nativos que por aqui viviam, mas sem o intuito de desenvolvê-la para as futuras gerações. Esses nativos eram pessoas cruéis – sem rei nem lei – que comiam seus inimigos em fastuosos banquetes de mãos, pés, braços, pernas, crânios e bebiam sangue como aperitivo. Gente assim precisa ser dominada, controlada e domesticada através da violência física e era preciso submetê-la a uma doutrinação religiosa capaz

de lhes revelar a verdade. Assim foi implantada a cruz e a espada no coração dos nativos. A lei do Deus cristão e a lei dos homens. Só assim esses homens e mulheres poderiam ser chamados de civilizados. Como se pode intuir, por trás dessa história contada pelos vencedores há elementos fantasiosos que serviam para alimentar a combalida estrutura real europeia e convencê-la que aqui se encontravam minas de ouro capazes de renovar os repertórios do velho mundo.

O que é preciso deixar claro é que o imaginário europeu sobre o novo mundo por ele “descoberto” foi sendo forjado pelos relatos heróicos de muitos viajantes que, não podendo compreender a imensidão do lugar onde estavam, inventavam histórias para convencer seus patrocinadores ou conterrâneos. O que eles não podiam é dizer que haviam sido derrotados por seres invisíveis da floresta brasileira. Isso era feio demais. Era necessário inventar histórias que ajudassem a construir uma imagem heroica que lhes rendessem dividendos futuros. E quase sempre funcionava bem, pois a coroa portuguesa enviava novas hordas de guerreiros para combater os terríveis selvagens da estranha terra do Brasil.

Como se pode notar, cada elemento que incorporamos a este texto vai deixando claro que os “índios” foram, na verdade, uma invenção do colonizador para reduzi-los e escravizá-los. Nessa palavra colocaram aproximados mil povos com culturas bastante diferentes entre si; encobriram mil e cem línguas distintas e nelas visões de mundo que formavam um mosaico internacional interessante e único. Ao reduzi-los, dominaram; ao dominá-los, enfraqueceram valentes civilizações. Isso tudo contido em uma única palavra: índio.

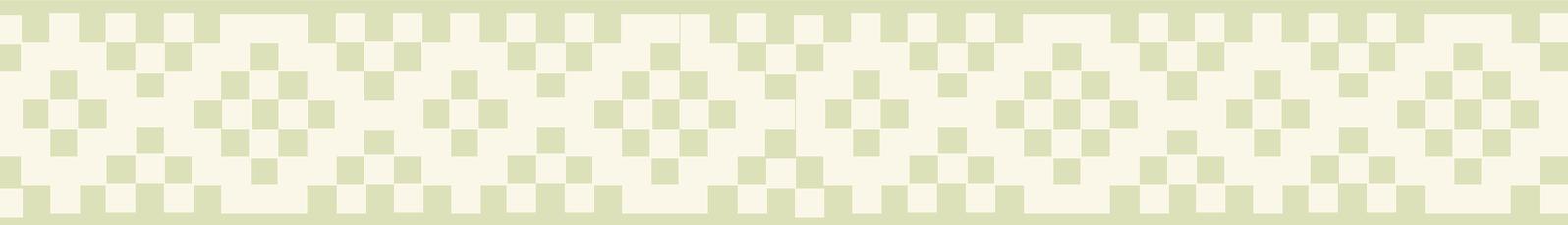
A verdade é que não conhecemos essa diversidade. Sequer sabemos nomeá-la. Sequer sabemos chamá-la. Sequer sabemos respeitá-la.

Indígenas sim. Índios não!

No começo deste capítulo eu lhes contei da minha vergonha de ser índio, mas queremos deixar claro que era uma atitude generalizada e que aconteceu com crianças indígenas de toda parte do Brasil. Naquela época já se presentia que algo estava errado com essa palavra. Sentia que ela não acrescen-



Cultura material Guarani.
Foto: Adriana Caminiti.



tava nada ao meu ser individual e a rejeitei sem saber o que colocar no lugar. Eu não queria ser aquilo que todo mundo achincalhava. Eu queria ser alguém respeitado, admirado e, parecia, que eu não poderia ser eu mesmo. Teria que negar o que eu era para assumir o que os outros desejavam que eu fosse. Só mais tarde compreendi que eu era mais que alguém: eu era um povo. Descobri, então, que poderia singrar outros rios e viver novas situações.

É preciso nos libertarmos deste conceito que desvaloriza nossa diversidade. Precisamos entender que não existem “índios” no Brasil. Precisamos aprender como chamá-los, como festejá-los, como conhecê-los, como valorizá-los. Precisamos encontrar um lugar para eles dentro de cada um de nós. A melhor maneira de fazer isso é conhecendo-os da melhor maneira que pudermos.

De hoje em diante, que fique combinado que não haverá mais “índio” no Brasil. Fica acertado que os chamaremos indígenas, que é a mesma coisa que nativo, original de um lugar. Certo? Bem, calma lá. Alguém me soprou uma questão: mais índio e indígena não é a mesma coisa? Pois é. Não, não é. Digam o que disserem, mas ser um indígena é pertencer a um povo específico, Munduruku, por exemplo. Ser “índio” é pertencer a quê? É trazer consigo todos os adjetivos não apreciados em qualquer ser humano. Ela é uma palavra preconceituosa, racista, colonialista, etnocêntrica, eurocêntrica³. Acho melhor não a usarmos mais, não é?

Então, está tudo errado?

Há muitos equívocos ainda. Há fatos a respeito dos indígenas que nunca foram ensinadas de uma forma honesta. Muito recentemente é que nós estamos conquistando espaço para podermos contar a história a partir de nossa ótica e sob uma visão de mundo particular. Não se pode pensar que a nossa história segue o mesmo percurso da história ocidental. E isso é um outro nó que é preciso ser desatado.

O ocidente compreende o tempo como sequência de fatos e acontecimentos. Dizemos que é uma visão linear desencadeada por fatores que

³ No final do capítulo há algumas indicações bibliográficas onde poderá encontrar referências teóricas sobre o que é desenvolvido aqui de maneira menos acadêmica.



Arte material Kaingang.
Acervo Cristino Wapichana.
Foto: Daniza Kaingang.

geram um rompimento na trajetória do ser humano. É por isso que aprendemos a história através de uma linha de tempo dividida em blocos de acontecimentos a que chamamos idade [antiga, média, moderna, contemporânea]. Essa divisão nos ajuda a ter uma visão geral, mas também nos coloca fora da grande teia da história. Já a visão indígena é muito mais envolvente, pois acredita que os fatos e acontecimentos são integrados por um conjunto de fatores que unem o tempo. Ou seja, trazem presente e passado num único movimento. Não há presente sem passado. Não há passado se não houver presente. Em outras palavras, o presente é a atualização do passado. O passado é o sentido do presente. Esta é, simplificando, o modo ancestral – porque não está presente apenas nos indígenas brasileiros – de ver os acontecimentos que regem a vida da gente.

Portanto, ao ouvir outra versão da história estarão fazendo um exercício para sair da armadilha mental que o ocidente nos aprisionou. É preciso ir além dos fatos e dos acontecimentos. Precisamos nos abrir para a possibilidade de outras narrativas que nos permitirão romper com a linearidade histórica e nos libertará da visão da história única.

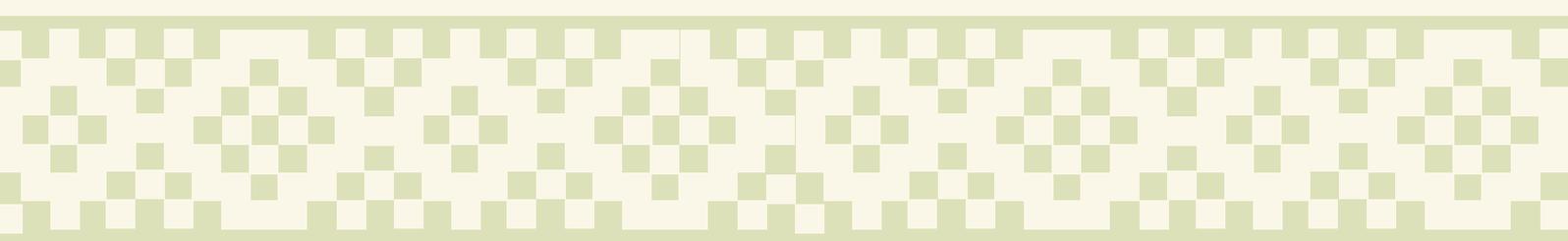
Para esclarecer um pouco essa questão, assistam ao vídeo abaixo e se deixem invadir por uma narrativa que pode nos abrir os olhos para o risco da história única:



<https://www.youtube.com/watch?v=qDovHZVdyVQ&t=16s>

Qual é a sua tribo?

Vocês devem ter notado que no nosso texto não usamos o termo "tribo" para nos referirmos aos indígenas brasileiros. Mas nem sempre foi assim. Levamos um tempo para compreender que o termo "tribo" é mais uma forma colonialista de se referir a algumas culturas que eram consideradas inferiores. É um termo que reduziu a cultura de um povo a apenas uma manifestação cultural. Seria algo como dizer que o Brasil é a grande mãe e a população nativa está dividida em grupos culturais que não se diferem, mas se complementam. O que não é de todo falso, mas também esconde parte da verdade.



Há no Brasil algumas tribos. Quase todas elas vivendo na zona urbana e são denominadas "tribos urbanas". Caracterizam-se por ser parte da cultura nacional, mas que apresentam algum diferencial que pode se revelar através da vestimenta, do corte de cabelo, das gírias ou palavreado, etc.. No entanto, não são autônomas. Dependem em tudo da sociedade brasileira. Isso as caracteriza como tribo. Como exemplo poderíamos nomear aqui: emo, eskatistas, skinheads, funkeiros, etc.

Quando falamos em povo, a coisa muda de figura. Um povo, além de todas as características próprias, traz consigo o fato de ser autônomo. Ou seja, não depende da cultura que o hospeda. Desse modo podemos dizer algo sobre o povo Munduruku, Xavante, Kayapó, Guarani, Wapichana, etc. Cada um deles traz consigo uma marca que os localiza no tempo e no espaço e lhes oferece a capacidade de andarem autonomamente por este mundo, como tem sido desde o princípio. Neste sentido, todos eles são povos autônomos, independentes. Brasileiros sim, mas brasileiros diferenciados por terem um caminho pautado na tradição, que vai muito além do nome Brasil.

Muitos povos, muitas línguas

Já lembramos anteriormente que há no Brasil grande diversidade de povos e línguas. No século XVI eram mais de 900 povos que falavam algo em torno de 1100 línguas e dialetos. A população estimada variou entre 5 e 8 milhões de pessoas, cifra que ultrapassou a população de Portugal na mesma ocasião. Muitos grupos ficaram pelo meio do caminho sem conseguir chegar ao século XXI, pois foram dizimados, seja por força da violência a que foram submetidos, seja em virtude das doenças trazidas pelos colonizadores e acabaram desaparecendo. Alguns povos sobreviveram, mas tiveram sua cultura avariada ao serem obrigados a se “misturar” com a população local. Foram os primeiros a enfrentarem a gana dos colonizadores. Os que não sucumbiram são grupos que hoje habitam grandes centros da região nordeste, não falam mais seu idioma tradicional (à exceção dos Fulni-ô único grupo daquela região que tem idioma próprio), apresentam característica física regional e, ostentam dignidade ao se identificarem como indígenas, filhos das grandes nações guerreiras ancestrais. Há povos que continuam vivendo em muitos recantos da Amazônia. São chamados isolados porque têm se mantido longe do bur-

burinho da “civilização”. Já foram registrados 82 vestígios dessa presença invisível e 32 grupos tiveram sua existência confirmada pela frente de atração mantida pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que é a responsável pelo cuidado das populações indígenas brasileiras. É um número incrível, não?

A população indígena foi calculada, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010, em 896,9 mil pessoas, compreendendo tanto aquelas que vivem em aldeias como as que moram em cidades e se autodeclararam indígenas. Isso é possível? Alguém pode se autodeclarar indígena? Sim, pode. É uma regra internacional reconhecida pelos países que assinaram a Convenção 169⁴ da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Entre esses países, está o Brasil e por isso ele tem a obrigação de aceitar esse critério de identificação, prática que o IBGE adota em seus procedimentos metodológicos. Essa pequena multidão – se compararmos com a que havia no século XVI – está espalhada por todos os estados brasileiros sem exceção. Em algumas unidades da federação, há mais povos, em outras, menos. O fato é que não há estado brasileiro que não tenha algum povo indígena. Isso, é claro, vai contra o senso comum, já que muitos imaginam que o “índio” vive sempre no meio do mato. Em uma situação de atraso cultural.

Segundo o Instituto Socioambiental (www.socioambiental.org), a população indígena está crescendo tanto em número quanto em expectativa de vida, na base de 3,5% ao ano. Se por um lado isso é bom, por outro cria um impacto social gigantesco, que precisará ser resolvido futuramente. Mas isso é assunto para outra conversa. O que nos importa, neste momento, é saber que há também uma importante diversidade linguística apesar das inúmeras línguas que se perderam no processo colonial. O Brasil de hoje conta com a existência de 274 línguas e dialetos falados em seu território. E quando falo de línguas quero dizer que há diferenças pequenas e grandes em sua composição, chegando a divisões marcantes entre elas, que são classificadas em troncos e famílias linguísticas. No final deste capítulo, há indicações bibliográficas de onde os dados aqui mencionados foram extraídos e onde é possível encontrar mais informações sobre as questões das línguas.



Cultura material Kaingang.
Acervo Cristino Wapichana.
Foto: Daniza Kaingang.

4 Você pode ter acesso a essa convenção que diz como deve ser o tratamento, por parte dos países signatários, a ser dado aos povos indígenas e tribais, através do site: http://www.socioambiental.org/inst/esp/consulta_previa?q=convencao-169-da-oit-no-brasil/a-convencao-169-da-oit

Casa do povo Xavante (Hö)



Ilustração: Ana Rita da Costa

RESUMO DA OCA

Vimos até agora que as palavras são perigosas. Trazem consigo o poder de erguer ou derrubar alguém [seja pessoa, povo ou cultura]. Vimos que o uso indevido da palavra "índio" acabou desqualificando culturas inteiras desde o século XVI motivado pela sede de riquezas da coroa portuguesa que permitia a escravização de indígenas para o sucesso da empreitada colonialista. Vimos que é preciso conhecer toda a diversidade cultural e linguística se quisermos ser justos com todos estes povos que habitam nossa terra brasileira desde tempos imemoriais. Lembramos, também, que é necessário olhar a história sob a ótica dessa gente nativa (indígena) para não cairmos na falsa ideia de que o modo de vida ocidental é o único ponto de referência humana. Por fim, aprendemos que há populações indígenas em franco crescimento. Estas populações enfrentam difíceis problemas para suas sobrevivências por conta dos projetos econômicos que se estendem de norte a sul do Brasil e que normalmente atingem os habitantes dessas regiões.

O que fazer
com isso que
agora sei?

CRIANDO PIOLHOS

sugestão de atividades

Uma das primeiras providências a ser tomada é começar a espalhar para todo mundo essa novidade. Não precisamos nem dizer que seria bem interessante compartilhar isso com os amigos. Você poderia criar um perfil na internet para comunicar aos seus amigos e aos amigos deles esse novo conhecimento. Fazendo isso verá que os levará a refletir sobre a realidade brasileira como um todo e se perceberá participando da construção de uma nova história.

Outra coisa é tentar se aprofundar mais sobre o tema e ouvir o que outros indígenas falam a respeito. Para tanto, sugerimos que faça uma pesquisa na própria internet. Vejam alguns endereços:



www.danielmunduruku.blogspot.com.br

Este é um blog que traz interessantes textos para reflexão. Vale também uma visita ao canal de Daniel Munduruku para ter acesso aos vídeos que por lá estão disponibilizados.



<http://www.indiosonline.net>

Este site é de uma organização indígena que utiliza as redes sociais para fazer valer sua versão da história. Seus organizadores vivem no nordeste brasileiro e têm procurado interferir na realidade onde vivem oferecendo debates sobre questões muito atuais como a presença indígena em centros urbanos, por exemplo.



www.socioambiental.org

Talvez este seja o site mais completo sobre a questão indígena atualmente no Brasil. Vale acompanhar os documentos e registros que ele contém.



Cultura material Guarani.
Foto: Adriana Caminiti.

LEITURAS

Há boas leituras a serem feitas sobre o tema da história do Brasil. Vamos sugerir algumas que podem ajudá-los a montar sua própria visão da história ocidental.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010. (FGV de bolso, 15. Série História).

Para quem gosta de história, esse livro traz uma leitura fácil e atraente. Nele você vai encontrar informações sobre como os indígenas têm sido tratados pelas políticas de Estado, entre outros temas.

RIBEIRO, Berta. **O índio na cultura brasileira**. São Paulo: Revan, 2008.

Este livro é muito interessante por buscar informar o leitor sobre o papel que as culturas indígenas exerceram na formação da identidade nacional, suas contribuições para a formação geográfica brasileira, além de organizar os conhecimentos que estes povos detêm, enfatizando o fato de que eles são detentores de grande conhecimento da biodiversidade nativa.

STADEN, Hans. **Primeiros registros escritos e ilustrados sobre o Brasil e seus habitantes**. São Paulo: Terceiro Nome, 1999.

Se você gosta de ler documentos antigos, este livro é um prato cheio. Ele traz o relato que Hans Staden fez de sua passagem pelo Brasil no século XVI. Ele conta como foi feito prisioneiro pelos “terríveis” tupinambás e como sobreviveu para contar essa história. É claro que você irá lê-lo com os olhos críticos capazes de filtrar os exageros que a narrativa traz.



Cultura material Kaingang.
Acervo Cristino Wapichana.
Foto: Daniza Kaingang.

GAMBINI, Roberto. **O espelho índio: formação da alma brasileira.** São Paulo: Axis Mundi: Terceiro Nome, 2000.

Esse livro é belíssimo. O autor é psicanalista e o escreveu tentando provar a tese: a formação da alma brasileira foi construída a partir de uma visão religiosa que desconstruiu o modo indígena de viver. Para apresentar esse pensamento, o autor fez uma laboriosa pesquisa sobre as correspondências trocadas entre os jesuítas que vieram para o Brasil e seus superiores eclesiásticos que viviam na Europa. A partir disso, pode traçar este perfil psicológico de nosso país. Eu adoro este livro porque ele desnuda o maquiavelismo do pensamento religioso no qual fomos formados.

Para complementar todas essas leituras, você poderia propor para sua classe ou grupo um debate. Sugira uma espécie de tribunal da história, no qual vocês – divididos em grupos menores que defendem os diferentes lados da história – possam trazer argumentos para o debate e assim exercitar os conhecimentos adquiridos.

Se você gosta de fazer exercício de imaginação, leia o texto a seguir que foi escrito quando o autor chegou a São Paulo. Imagine a cena. Depois discuta com seus colegas. Quem sabe dessa conversa possam surgir algumas respostas bem criativas para a questão que o texto apresenta?

É ÍNDIO OU NÃO É ÍNDIO?⁵

Certa feita tomei o metrô rumo à praça da Sé. Eram meus primeiros dias em São Paulo, e eu gostava de andar de metrô e ônibus. Tinha um gosto especial em mostrar-me para sentir a reação das pessoas quando me viam passar; queria poder ter a certeza de que as pessoas me identificavam como índio, a fim de formar minha auto-imagem.

Nessa ocasião a que me refiro, ouvi o seguinte diálogo entre duas senhoras que me olharam de cima abaixo quando entrei no metrô.

– Você viu aquele moço? Parece que é índio – disse a senhora A.

– É. Parece. Mas eu não tenho tanta certeza assim. Não viu que ele usa calça jeans? Não é possível que ele seja índio usando roupa de branco. Acho que ele não é índio de verdade – retrucou a senhora B.

– É, pode ser. Mas você viu o cabelo dele? É lisinho, lisinho. Só índio tem cabelo assim, desse jeito. Acho que ele é índio sim – defendeu-me a senhora A.

– Sei não. Você viu que ele usa relógio? Índio vê a hora olhando para o tempo. O relógio do índio é o sol, a lua, as estrelas... não é possível que ele seja índio – argumentou a senhora B.

– Mas ele tem olho puxado – disse a senhora A.

– Mas usa sapato e camisa – ironizou a senhora B.

– Mas tem as maçãs do rosto muito salientes. Só os índios têm o rosto desse jeito. Não. Ele não nega. Só pode ser índio e, parece, dos puros.

– Não acredito. Não existem mais índios puros – afirmou cheia de sabedoria a senhora B. – Afinal, como um índio poderia estar andando de metrô? Índio de verdade mora na floresta, carrega arco e flecha, caça, pesca e planta mandioca. Acho que ele não é índio coisa nenhuma...

– Você viu o colar que ele está usando? Parece que é de dentes. Será que é de dentes de gente?

– De repente até é. Ouvi dizer que ainda existem índios que comem gente – disse a senhora B.

– Você não disse que achava que ele não era índio? E agora parece que está com medo?

⁵ Extraído do livro Histórias de Índio. Companhia das Letrinhas. SP, 1996.

– Por via das dúvidas...

– O que você acha de falarmos com ele?

– E se ele não gostar?

– Paciência... ao menos nós teremos informações mais precisas, você não acha?

– É, eu acho, mas confesso que não tenho muita coragem de iniciar um diálogo com ele. Você pergunta? – disse a senhora B que àquela altura já se mostrava um tanto constrangida.

– Eu pergunto.

Eu estava ouvindo a conversa de costas para as duas e de vez em quando ria com vontade. De repente senti um leve toque de dedos em meu ombro. Virei-me. Infelizmente elas demoraram a me chamar. Meu ponto de desembarque estava chegando: olhei para elas, sorri e disse:

– Sim!!!



Centro de Educação e Cultura Indígena (CECI) - Aldeia Tenondé Porã - SP.
Foto: Adriana Caminitti

2

**NESTA
TERRA
TINHA
GENTE!**





Cultura material Guarani.
Foto: Adriana Caminitti.

“Nós descobrimos esta terra! Possuímos os livros e, por isso, somos importantes!”, dizem os brancos. Mas são apenas palavras de mentira. Eles não fizeram mais que tomar as terras das gentes da floresta para pôr a devastá-las. Todas as terras foram criadas em uma única vez, as dos brancos e as nossas, ao mesmo tempo que o céu. Tudo isso existe desde os primeiros tempos, quando Omama nos fez existir. É por isso que não creio nessas palavras de descobrir a terra do Brasil. Ela não estava vazia! Creio que os brancos querem sempre se apoderar de nossa terra, é por isso que repetem essas palavras”.

Davi Kopenawa Yanomami⁶

De onde viemos?

Quando criança, vivendo em uma aldeia no Pará, eu tinha uma grande curiosidade em saber sobre tudo o que passava em minha frente. Não importava se era o vulto de uma grande onça ou as imagens pouco nítidas das histórias contadas pelos velhos da comunidade. Eu não tinha uma exata noção das coisas, mas sabia que elas me inquietavam e, do alto dos meus nove anos, queria entendê-las.

Minhas perguntas nasciam junto com a observação que eu fazia do ambiente em que crescia: "por que vivíamos daquela maneira?"; "Por que era importante acordar todos os dias na mesma hora, tomar o primeiro banho no igarapé, ir à roça plantar mandioca ou coletar frutas no mato?"; "Por que eu deveria sentir medo da noite ou temer os assobios assombrosos do curupira ou do matintaperera?" Por quê? Por quê?

Meus pais riam das minhas perguntas. Cresci achando que eles não sabiam a resposta. E eu até ficava magoado com o silêncio que faziam. Para mim era pouco caso o comportamento deles. Por isso não era incomum que eu me isolasse algumas horas por dia para continuar fazendo as perguntas que ninguém queria ouvir. Foi assim que alimentei a ideia de que as “coisas” podiam me ouvir e falar comigo. Assim, no grande quintal sem muro onde cresci, fui aprendendo a ler os sinais das “coisas”.

Um dia, meu pai me chamou de canto. Disse que queria falar comigo. Fiquei um pouco assustado, pois o rosto dele expressava certa preocupação. Meu pai era sempre muito brincalhão. Vivia causando alegria para todos da aldeia. Obediente, eu o acompanhei. Ele me levou para uma clareira e sob a copa de uma mangueira secular me contou uma história.

OS FILHOS DO CENTRO DA TERRA

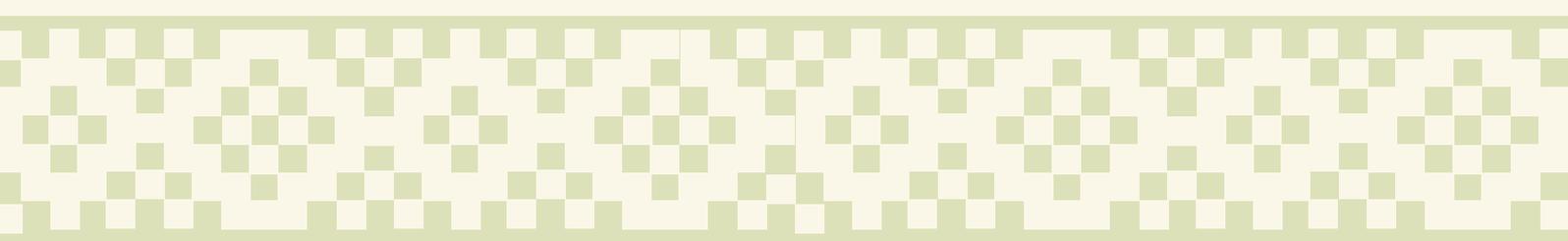
– Meu filho – ele disse – você tem feito muitas perguntas e não obteve quase nenhuma resposta. Não pense, no entanto, que sua mãe e eu estávamos surdos ao que quer saber. Apenas não estava na hora de você ouvir o que vou contar agora. Nós acompanhamos cada passo seu. Sabemos por onde anda nas horas em que se isola para conversar com os seres invisíveis que moram dentro das árvores, dentro da terra, dentro dos animais, dentro dos peixes, dentro dos pássaros, dentro dos rios que banham nossa aldeia. Observamos você quando sobe nas árvores e fica se embalando nos galhos delas buscando respostas.

Fiquei perplexo com o que ele dizia. Parecia que mamãe e ele não ligavam para mim, mas o que descrevia era exatamente como eu me comportava nesses momentos de solidão. Deixei que ele continuasse.

– Quando eu tinha sua idade, eu também fazia muitas perguntas. Meus pais diziam que chegaria a hora de eu entender como as coisas se tornaram o que são. Mais tarde eles disseram que fazia parte do meu aprendizado permanecer “na sombra”. Na hora não entendi direito. Algum tempo depois, ouvi a expressão “não comer o fruto do conhecimento”. É claro que não compreendi de imediato, pois, à época, eu não tinha muito mais que sua idade. Meu pai, me vendo atordoado com aquela informação me chamou para debaixo dessa mesma mangueira e foi explicando coisas que só agora entendo bem.

Fui ficando curioso, uma vez que meu pai se aprofundava na história. O legal é que ele não tinha pressa e o tempo parecia passar bem devagar. E com a calma de quem era dono do tempo contou-me a seguinte história:

– Não sabemos exatamente de onde viemos. O que sabemos é que antes o mundo não estava aqui em cima. O mundo de verdade é onde moram nossos antepassados que jamais morrem. Deles nos vem a alegria de viver, os conhecimentos para prosseguirmos nossa caminhada em busca do encontro que um dia teremos com eles. Contam nossos avós que nossos primeiros ancestrais viviam no coração da terra, e foi o menino Rairu – amigo de Karú-Sakaibê, nosso criador – quem os descobriu naquele lugar. Contam que Rairu estava querendo se divertir e por isso fez a figura de um tatu juntando folhas, galhos, gravetos e cipós. Ele achou o desenho tão perfeito que resolveu colá-lo com resina feita com a cera de mel de abelha para que nunca mais desaparecesse. Para secar a resina, Rairu enterrou o tatu embaixo da terra deixando para fora apenas o rabo. Ficou ali segurando “seu” tatu. Acontece que ao tentar retirar a mão não conseguiu, pois ela ficara grudada ao rabo do tatu.



Eu ri. Achei aquilo bem estranho. Meu pai riu também. Apenas fez um gesto com o dedo indicador colado na boca.

– Acontece que o menino Rairu era muito poderoso e quando viu que não conseguia tirar a mão dali, deu vida ao desenho. Mas, para o seu espanto, em vez de o tatu querer sair do buraco, ele adentrou ainda mais, carregando consigo o jovem que estava preso em seu rabo. E, que por mais que tentasse soltar a mão, Rairu não conseguia. O tatu-desenho foi cada vez mais fundo e, quando chegou ao centro da terra, Rairu encontrou muita gente que por lá morava. Tinha gente de todo jeito: bonita, feia, boa, má, ranzinza e preguiçosa.

Meu pai fez uma pausa. Sabia que um bom contador de histórias tem que dar tempo a quem ouve. Depois continuou.

– Rairu ficou tão impressionado com aquela novidade que decidiu sair rapidamente do buraco para contar a descoberta a Karú-Sakaibê, que já devia estar preocupado com sua demora. E estava mesmo. Karú-Sakaibê irritou-se tanto com o seu companheiro que resolveu castigá-lo; bateu nele com um pedaço de pau. Para se defender, o jovem contou sua aventura ao centro da terra e como ele havia encontrado gente lá. Estas palavras chamaram a atenção de Karú, que decidiu trazer toda esta gente para o mundo de cima. E olhe que nem Rairu contava com essa decisão! Ficou preocupado em como trariam toda aquela gente para cá. Karú-Sakaibê nem sequer tomou conhecimento da dúvida do jovem, foi logo fazendo uma pelota e enrolou-a na mão. Em seguida jogou a pelota no chão e imediatamente nasceu um pé de algodão. Karú colheu o algodão e, com suas fibras, fez uma corda, a qual passou na cintura de Rairu, e ordenou-lhe que fosse ao centro da terra buscar as pessoas que lá ele vira. O menino obedeceu e meteu-se no mesmo buraco do tatu. Quando chegou ao centro, reuniu toda gente de lá, falou das maravilhas que havia no mundo de cima e que queria que todos subissem pela corda para conhecê-lo. Como ele mencionou o seu lugar sendo cheio de facilidades, os primeiros a subir foram os feios e preguiçosos. Depois subiram os bonitos e os elegantes. No entanto, quando estes últimos estavam quase alcançando o topo, a corda arrebentou, e um grande número de gente bonita caiu no buraco e permaneceu no fundo da terra.

Papai fez nova pausa. Olhou para mim como se quisesse saber o que eu havia entendido. Não falei nada. Deixei que continuasse.

– Como eram muitos os que subiram, Karú-Sakaibê quis diferenciá-los uns dos outros. Assim chamou uns de Munduruku, outros de Kayapó, Arara, Mawé, Parnará, Wapichana e assim por diante. Cada um seria de um povo diferente. Fez isso pintando uns de verde, outros de vermelho, outros de amarelo e outros de preto.

No entanto, enquanto Karú-Sakaibê pintava um por um, os que eram feios e preguiçosos adormeceram, e isso o deixou furioso. Como castigo pela preguiça deles, transformou-os em passarinhos, porcos-do-mato, borboletas e em outros bichos que passaram a habitar a floresta. Para os outros, disse: – “Vocês serão o começo, o princípio de novos tempos e seus filhos e os filhos de seus filhos serão valentes e fortes”. E para presentear-los, o grande herói preparou um campo, semeou e mandou chuva para regá-lo. Tão logo a chuva caiu nasceram a mandioca, o milho, o cará, a batata-doce, o algodão, as plantas medicinais e muitas outras que servem, até os dias de hoje, de alimento para essa gente. Ainda os ensinou a construir os fornos para preparar a farinha. Contam nossos avós que foi assim que Karú-Sakaibê transformou nossa gente em um povo forte, valente e poderoso.

Quando meu pai terminou a história estava emocionado. Eu não senti nada de diferente, se bem me lembro. Parecia uma história comum demais, mas eu não quis estragar a emoção daquele momento, por isso esperei que meu pai se refizesse e então fiz a mais incrível pergunta:

– E daí, papai?

Ele riu, sacudiu a cabeça e me abraçou. Disse que a partir dali não sabia mais de nada. O significado daquela história eu mesmo teria que encontrar observando as “coisas” do mundo e as coisas que eu iria vivenciar dali em diante. Enfim, voltamos para casa. Meu pai estava satisfeito, eu um tanto decepcionado por ter sido me dado apenas um pedaço do fruto do conhecimento. Só mais tarde eu vim entender que o fruto inteiro não nos é possível engolir.



CONTE OUTRA, VOVÓ!

Minha vida na aldeia sempre foi um constante aprendizado. Desde a hora de acordar até o adormecer somos inseridos numa constante e envolvente ação que nos remete às necessidades básicas de sobrevivência. Sobra pouco tempo para buscar respostas que, quase sempre, desejamos que estejam fora de nós.

A verdade é que a história que meu pai contou – e para a qual não me deu explicação alguma – ficou dentro de mim querendo brotar como se ele tivesse jogado uma semente que precisasse ser cuidada. Sementes precisam de silêncio. Meu pai silenciou. Eu também. Mais uma vez me senti jogado no vazio de minha história. Embora eu já soubesse que havia uma diversidade de gente no mundo e que todos tivemos um começo semelhante, pouco eu sabia sobre aqueles outros povos que foram, segundo a história, um único povo que viveu sob a terra e que fora separado por graça e obra de um ser criador. O que me importunavam eram as dúvidas que me surgiam sobre o lugar embaixo da terra.

Confesso que conversei por horas com os seres invisíveis da floresta. Andava de um lado para outro me esforçando para entender a história da origem dos povos. Perguntei para a árvore mais velha da aldeia. Ela silenciou. Perguntei para o igarapé, avô que atravessa o mundo. Ele silenciou. Perguntei para a Mãe-Terra. Ela nada explicou. Todos queriam me dizer algo com aquele silêncio, mas eu nada ouvia, nada entendia e isso me desesperava.

Um dia estava sentado à beira do igarapé enquanto minha mãe batia roupa em companhia de vovó. "Trabalho duro", pensei. Em tempos antigos meus antepassados não usavam roupas tecidas de algodão. As roupas eram quase invisíveis porque o corpo não tinha vergonha de se mostrar. A vergonha estava em não saber obedecer a tradição que alimentava o corpo, a mente e o espírito. O corpo era apenas um instrumento que carregava em si as necessidades de alimento, de gozo, de guerra e lazer. O corpo é um adereço necessário à alma. E digo isso porque em tempos antigos os antepassados não usavam roupas e se sentiam perfeitamente vestidos. Nos meus tempos de criança minha mãe tinha outra obrigação trazida pelo (des)encontro entre culturas diferentes: ela tinha que lavar as roupas que usávamos. E era um trabalho duro.

Era nisso que pensava quando minha avó se acocorou ao meu lado. Seu corpo já estava tatuado pelas marcas do tempo, mas seus cabelos guardavam uma dignidade muito mística e seus olhos revelavam mistérios que a noite do tempo teimava esconder. Ela me olhou com tamanho carinho que eu precisei afirmar minhas mãos no chão para não cair para trás. Depois me disse:

– A gente não sabe de onde vieram todas essas coisas que a gente não pode pegar, como o brilho do sol, a correnteza das águas, a direção do vento. A gente não

sabe onde é o coração da Mãe-Terra de onde nossa gente foi “pescada” por Rairu e Karú-Sakaibê. A gente não sabe por que não quer saber de verdade. Não tem precisão de saber isso. O que a gente tem de saber, meu neto, é como cuidar do nosso corpo para que os outros corpos que existem no mundo não fiquem sem alimento também.

– Por que vovó está me contando essas coisas?

– Porque meu neto precisa entender com a alma e não com a cabeça. Quando meu neto entender com a alma todas as perguntas já estarão respondidas.

– Vovó sabe que não consigo compreender ensinamentos tão difíceis e...

A velha mulher fez um gesto com as mãos enquanto mantinha os olhos fechados. Eu silencieei. Ela tirou o surrado vestido de chita e mergulhou nas águas do igarapé. Quando voltou, trazia nas mãos uma pedra. Mostrou-me com orgulho como se tivesse ganhado um troféu. Sentou-se ao meu lado novamente.

– O corpo de meu neto precisa do que para se manter em pé?

– Comida.

– E o que mais?

– Bebida.

– ?

Pensei por um instante. Depois balancei a cabeça negativamente. Ela entendeu que eu não sabia a resposta.

– O corpo precisa de abrigo também. E a mente, do que precisa?

– Pensar – disse eu rapidamente antes que minha mãe, que já ouvia nossa conversa, respondesse.

– Isso mesmo. Nossa mente precisa de desafios. Os desafios chegam até nós para que possamos responder às ne-



cessidades do corpo. Para isso aprendemos a calcular as distâncias, a preparar nossas ferramentas, fabricar nossos equipamentos. Tem algo mais que nosso corpo precisa?

Fiquei pensando um pouco, fingindo procurar uma resposta que eu não tinha. Ela percebeu minha artimanha e sorriu. Passou a mão na minha cabeça e falou sem pestanejar.

– Nosso corpo precisa acreditar em algo também.

– Como assim, vovó?

– Quando você ouviu a história da saída dos antepassados do mundo debaixo para o mundo de cima, o que achou que seu pai estava contando?

Silenciei. Não sabia explicar ainda que a história tivesse suscitado em mim diferentes reações.

– Você duvidou sobre a veracidade dela, não é mesmo? Eu também duvidaria. É uma história que parece acontecer do nada. A verdade é que não sabemos com certeza absoluta como tudo aconteceu no princípio do mundo. O importante não é saber como aconteceu, mas sentir que o que aconteceu foi um evento importante. Esse evento se chama consciência. Tomar consciência foi a grande revolução que Rairu trouxe às pessoas que estavam no mundo debaixo. Elas não sabiam que havia outra maneira de viver. Quando desejaram partir em busca desse novo mundo puseram-se a caminho e muitos conseguiram chegar lá em cima, mas outros não quiseram...

– Foi por isso que a corda se partiu – eu disse num repente.

– A corda é um símbolo que une e separa os dois mundos.

– Como minha avó sabe tanto?

– Eu sou uma mulher velha, meu neto, mas nunca fui cega.

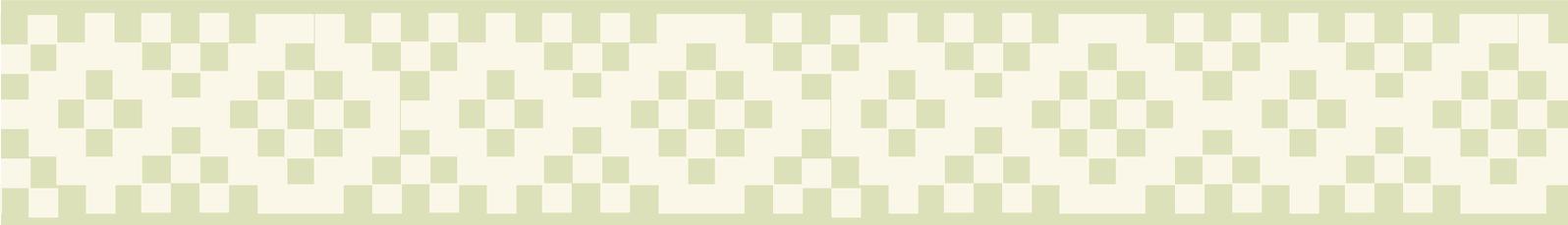
– Posso fazer só mais uma pergunta?

– Faça.

– Karú-Sakaibê e Rairu existem de verdade?

Minha avó olhou de soslaio para minha mãe que escutava atenta nossa conversa. Depois me chamou bem pertinho dela e encostando sua boca em meu ouvido disse:

– Para quem precisa deles, sim; para quem não precisa, não.



Interpretando a vida

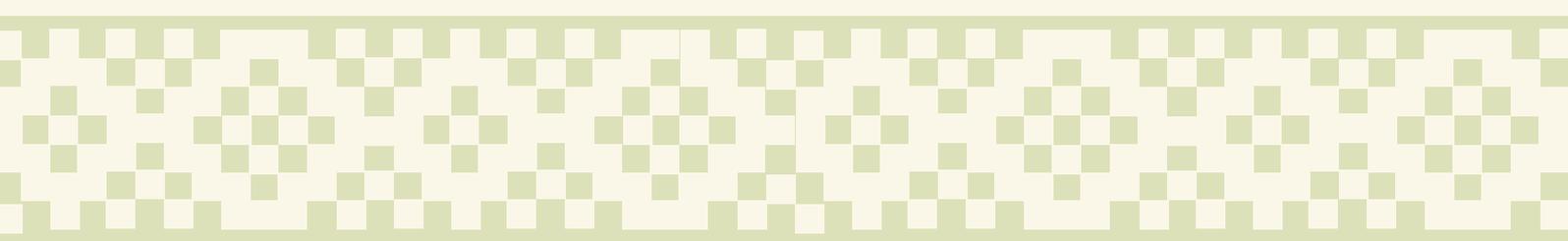
Pode parecer enigmático o que foi dito até aqui, mas o fato é que isso aconteceu de verdade. Foi assim que aprendi a vida de meu povo: ouvindo histórias. Assim eu descobri que todos os povos contam sua história de um jeito todo seu, mas a história da humanidade – ou como os homens chegaram a dominar tudo – segue uma linha. Linha esta que precisa ser repensada e reinterpretada para que as outras histórias sejam inseridas a partir do ponto de vista do outro.

Sei que, ao narrar essa história contada pelo povo Munduruku, alguém pode ter tido duas reações: a primeira é não compreender o que foi narrado e, portanto, se sentir desmotivado para continuar a leitura; a segunda é, a partir do narrado, começar a fazer ponte com outros conhecimentos que traz consigo, seja os aprendidos nas instituições de ensino e pela educação de casa, seja pela formação religiosa.

Essa tríade de formação nos coloca sob pontos de vistas que são modelados de acordo com o enfoque das histórias que ouvimos. Isso mesmo, toda história é contada a partir de referenciais culturais e traz a visão de quem a conta. Tem sido assim desde sempre. Ou melhor, desde que o ser humano colocou-se acima da natureza e passou a contar a história tendo como referência a si mesmo e deixando os outros seres vivos à margem. As consequências disso estão sendo notadas, diariamente, por meio de teorias equivocadas a respeito dos outros seres humanos que não aceitaram essa visão dominadora e truculenta.

Como nos é contada a outra história?

Até agora contei a minha história. Contei como minha Gente Verdadeira – *Undejenha*, para os Munduruku – narra a separação dos povos indígenas. Nessa história, os grupos são divididos por cores e cada um segue seu caminho no mundo “da luz”, uma vez que foram trazidos das trevas da ignorância. Cada povo se dispersou e passou a viver de acordo com seu conhecimento da natureza, criando seus instrumentos e usufruindo das benesses que a grande Mãe-Terra lhes ofertava. Aprenderam a caçar, a pescar, a coletar; enfim, retirar



da terra tudo o que precisavam para satisfazer o próprio corpo. Além disso, organizaram-se em sociedades, em que havia controle social que impedia que a população crescesse de tal modo que se tornasse impossível alimentar a todos. Tal organização se sustentava por meio da disputa pelo poder interno que acabava sendo medido conforme a capacidade de liderança demonstrada no enfrentamento com outros povos, visto como inimigos.

Olhando por esse prisma, logo nascem perguntas: "Essa gente não evoluiu?"; "Eles ficaram parados no tempo?"; "De onde vieram se, quando os europeus por aqui chegaram, eles ainda eram primitivos?".

É justamente nesse ponto que começa a ser contada a outra história, que será contada por aqueles que aqui chegaram trazendo consigo uma visão da realidade humana – pois eram governados por reis que se auto-intitulavam deuses – e, portanto, consideraram-se com poderes de subjugar a quem considerassem fora da esfera humana, aquele que, de pronto, não eram semelhantes a eles, no caso, os primitivos habitantes daquele novo mundo “descoberto”.

E essa história – para o europeu da época de 1500 – começou com um mito criador contado pelos hebreus há milhares de anos, que foi recontado para nós – de forma sutil e convincente – ao longo de toda nossa trajetória histórica. Quando aqui chegaram, os europeus trouxeram, marcada na pele, a convicção de que estavam fazendo valer a ordem que o Criador – conforme descrito no livro *Gênesis* – lhes dera de dominar e submeter o mundo criado. Chegaram com a firme convicção de que, assim agindo, conquistariam um pedaço no paraíso celeste, que foi feito para acolher as boas pessoas, as que por esta terra fizessem o bem. Assim foi o começo do Brasil. No dizer de Roberto Gambini (2000, p.23), *“o começo do povo brasileiro é o começo do fim da alma ancestral da terra. É um instante de interseção, em que algo principia e algo começa a ser extinto”*.

Teorias que contam história

Quando os portugueses por aqui chegaram encontraram grupos humanos, mas ficaram aturdidos, pois, apesar de serem pessoas, eram possuidoras de hábitos estranhos a eles. No início, até julgaram que os que aqui estavam não tinham alma, tamanha a simplicidade que demonstravam ao relacionar-se

com a natureza. Sim, eles estavam mais próximos da natureza do que da cultura por eles representada.

As pesquisas arqueológicas⁷ datam que a espécie humana apareceu no planeta a cerca de 130 mil anos atrás. E sua origem comum é a África. Durante muitos milhares de anos permaneceram naquela mesma região sem nunca sair dali. Somente há 50 mil anos é que resolveram buscar outros recantos e se espalhar pelo resto do planeta. As pesquisas garantem que estes humanos caminharam por milhares de anos até chegarem ao Oriente Médio e ali permaneceram por mais alguns milhares de anos até que, mais uma vez, decidiram seguir em frente. Alguns indivíduos foram para o oeste e ocuparam a região onde fica a Europa; outros seguiram para o leste onde encontraram a Ásia, dando origem à população asiática. Os habitantes das Américas são descendentes dessa leva que rumou para o leste. Essa nova onda migratória é datada entre 15 e 20 mil anos atrás, e pesquisas mais recentes, como a da arqueóloga brasileira Niede Guidon, garantem que a presença humana em terras brasileiras é anterior a 10 mil anos. Na verdade, essa presença chega há 12 mil anos, levando em consideração o achado da ossada de uma mulher que ficou conhecida como Luzia e que trazia aspectos físicos muito parecidos com os dos africanos.

A teoria mais aceita hoje, sobre o povoamento das nossas terras, portanto, é a asiática. Segundo ela, houve um tempo em que a Ásia viveu uma era glacial e levas sucessivas de mongóis atravessaram uma ponte de gelo que se formou no Estreito de Bering, entre o Alasca e a Sibéria, rumando para a América, onde foram se instalando; alguns desceram pelo litoral do Pacífico e formaram civilizações denominadas astecas, maias e incas. E segundo essa teoria, atravessando a Colômbia, o Peru e a Bolívia, grupos de pessoas adentraram no território, hoje conhecido como Brasil.

Foram esses habitantes que os europeus encontraram vivendo uma vida completamente diferente da experienciada por eles, que se organizaram em sociedades complexas, com estrutura piramidal. Esse era o modelo político-social que os europeus conheciam e, por isso, não foi pequeno o espanto que sofreram quando perceberam que havia aqui, na *terra brasilis*, populações inteiras que teimavam viver em um modelo totalmente diferente. E porque estavam acostumados a uma sociedade estratificada – reis, nobres, clero e povo



Cultura material Guarani.
Foto: Adriana Caminiti.

⁷ Sobre as pesquisas arqueológicas sugiro a leitura do livro “Índios do Brasil”, de Júlio Cezar Melatti. Nele, o autor apresenta vários dados científicos que corroboram essa nossa afirmação.



Cultura material Kaingang.
Acervo Cristino Wapichana.
Foto: Daniza Kaingang.

– os europeus não conseguiram atinar para a riqueza que aquela outra experiência de vida lhes oferecia.

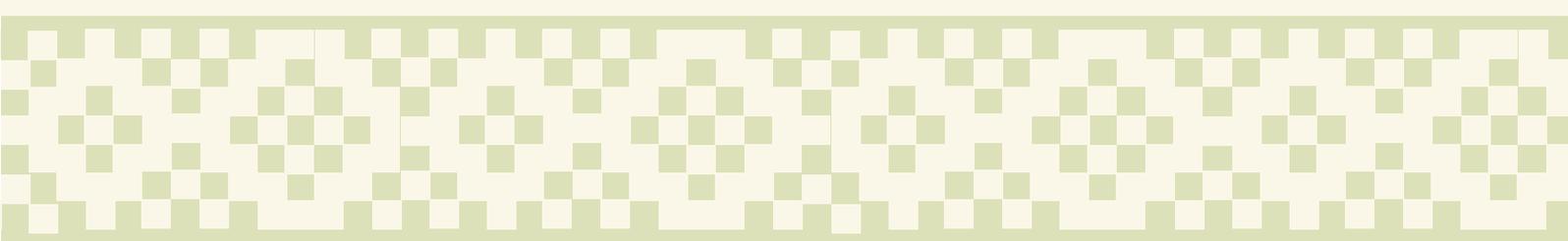
O caminho mais natural, ao qual estiveram sempre acostumados, foi arrancar a riqueza possível e colonizar, catequizar e escravizar aquela gente aqui encontrada, por ser considerada fora dos padrões de civilização nos quais os europeus haviam sido educados.

A esse propósito, vejamos o que diz o historiador Benedito Preziosi no livro *Índigenas em São Paulo: ontem e hoje* (Paulinas, 2001, p. 26):

A ocupação das terras do Brasil pelos colonizadores portugueses, começou com a escravidão: a escravidão indígena. Rico, no período colonial, não era quem tinha muita terra, mas quem tinha muitos escravos. E não é de se admirar que a economia colonial tenha se estruturado a partir do trabalho escravo. Os primeiros portugueses que aqui chegaram a partir de 1532, eram na realidade aventureiros, comerciantes e degredados, que pouca inclinação tinham para a lavoura. Nessa época, em Portugal, era tida em desprezo e, em Lisboa, os escravos eram em maior número do que a população lusitana.

O fato é que, em 1500 – ano da chegada dos portugueses –, a terra que encontraram, que depois viria a se chamar Brasil, já era habitada por aproximadamente 900 povos, espalhados por todo o atual território, que falavam entre si algo em torno de 1100 línguas. Alguns historiadores e antropólogos, como Darcy Ribeiro, chegaram a garantir que houve uma população calculada entre 5 e 8 milhões de pessoas, em sua maioria, nômades, que vagavam por diferentes geografias buscando alternativas econômicas. E vale lembrarmos que o nomadismo tem a ver com uma concepção de pertencimento ao território onde se vive e às necessidades de sobrevivência.

Os portugueses encontraram, em primeiro lugar, os povos litorâneos, pois foi na Bahia que ancoraram suas naus. Eram povos estranhos ao que os portugueses estavam acostumados a encontrar; e os recém-chegados foram realmente as “vítimas”, pois foram pegos de surpresa por uma gente totalmente diferentes da deles. Os que aqui estavam eram falantes do tupi, língua que depois foi aprendida por colonizadores e missionários e se tornou oficial até o século XVIII, quando foi proibida pelo Marquês de Pombal. Os tupis – assim chamados por causa da língua – tinham uma tradição agrícola e se fixavam mais



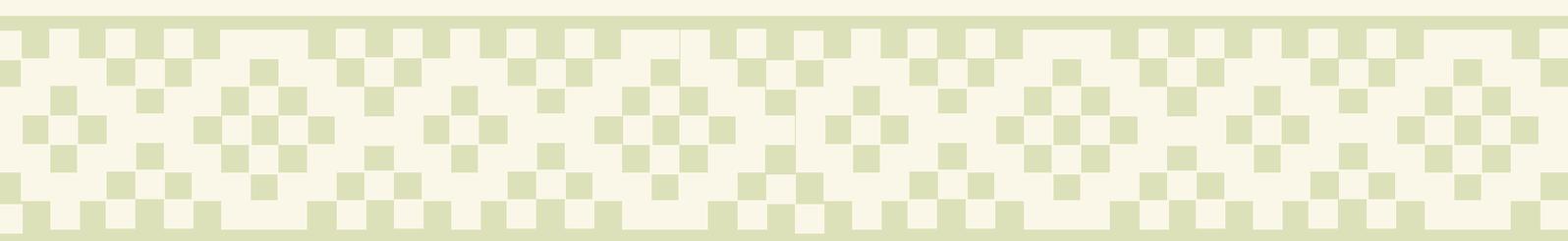
em regiões de solo fértil. Essa experiência serviu como uma desculpa para a escravização desses indígenas, que foram submetidos a maus tratos e desconsiderados em sua sabedoria ancestral. Já os povos nômades – e que, portanto, pouco sabiam sobre plantar – acabaram sendo perseguidos, maltratados, exterminados e desqualificados para o trabalho.

Nesse instante, vale a pena pensar sobre estas diferentes concepções sobre o tempo e ao trabalho. Na verdade, essa reflexão é necessária para que possamos entender como visões opostas acerca do mundo pode alterar a compreensão que temos do outro. No caso, os portugueses que chegavam e traziam em sua teia conceitos, crenças, medos e ganância olhavam para aquela gente nativa com um misto de curiosidade e espanto acreditando, inclusive, terem chegado ao paraíso descrito no livro *Gênesis*. Por parte dos indígenas, houve também curiosidade, receio, mas em especial, a vã esperança de que aqueles forasteiros eram enviados dos deuses, de coração generoso e bom. Naquelas grandes canoas que vinham sobre as ondas salgadas do mar estaria o transporte que os levaria para “a terra sem males” propagada pelos profetas, os Karáiba, que garantiam que era onde Maíra, o deus-fundador, morava e a todos esperava (RIBEIRO, 1995. p.38).

Foram, portanto, esses olhares difusos que despertaram certo grau de esperança e de medo. A história, contada a partir da ótica dos colonizadores, mostra quem foi o vencedor nessa contenda.

Para ilustrar o que disse, transcrevo a seguir o depoimento de Davi Kopenawa Yanomami, dado em 1999 (p.17). Ele narra seu primeiro encontro com os “homens brancos”. Note que ele conta um acontecimento como se fosse a cena de um filme de aventura. E isso não foi no século XVI, e sim em pleno século XX:

(...) Foi na época em que habitávamos Marakana que os brancos visitaram nossa casa pela primeira vez. Eu era um menino, mas começava a tomar consciência das coisas. Foi lá que comecei a crescer e descobri os brancos. Eu nunca os vira, não sabia nada deles. Nem mesmo pensava que eles existissem. Quando os avistei, chorei de medo. Os adultos já os haviam encontrado algumas vezes, mas eu, nunca! Pensei que eram espíritos canibais e que iam nos devorar. Eu os achava muito feios, enbranquecidos e peludos. Eles eram tão diferentes que me aterrorizaram. Além disso não compreendia nenhuma de suas palavras emaranhadas. Parecia que eles tinham uma língua de fantasmas.



O texto, a seguir, ajuda a compreender melhor estes dois olhares díspares, pois toca no cerne da questão da escravatura indígena. No entanto, traz a perspectiva indígena conforme sua compreensão de tempo e trabalho... e isso interfere, em muito, na organização de sua vida.

SOBRE O TEMPO E O TRABALHO

“Índio é preguiçoso”, reza a lenda popular calcada numa visão de trabalho tipificada pela revolução industrial que defendia a máxima “tempo é dinheiro”.

Embora seja óbvio o viés etnocêntrico – teoria que preconiza a superioridade de um povo sobre o outro se colocando como referência para tudo – o Ocidente construiu um olhar sobre o trabalho colocando-o como o centro da vida, da realização e da dignidade da pessoa humana. E jogou por terra outros pensamentos, outras teorias, outras práticas que não levavam em consideração uma visão de tempo centrada na produção.

Por que, dizem, que o índio é preguiçoso fazendo as pessoas criarem um estereótipo perigoso de povos tão diversos e distintos entre si?

Para o indígena existem dois tempos: o **passado** e o **presente**. O **passado é memorial**. Serve para nos lembrar quem somos, de onde viemos e para onde caminhamos. Um povo sem memória ancestral é um povo perdido no tempo e no espaço. Não sabe para onde caminha e por isso se preocupa tanto aonde vai chegar. O passado é a ordenação de nosso ser no mundo. É ele que nos obriga a sermos gratos, a cantar e dançar ao Espírito Criador. É ele que nos lembra o tempo todo que somos seres de passagem.

O outro tempo é o presente. **Para estes povos o tempo que importa é o presente**. Meu avô afirmava sempre: “se o momento atual não fosse bom, não se chamaria presente”. Os indígenas são, portanto, seres do presente. Só sabem viver no presente. “A cada dia basta sua preocupação”, disse um certo pajé chamado Jesus.

Viver o presente quer dizer que é preciso significar cada momento. Desde o acordar pela manhã até o momento do sonho tem que ser vivido com intensidade. Isso obriga o indígena a estar inteiro numa ação sem desviar-se dela. Uma caçada será frutífera à medida em que o caçador estiver envolvido nela, caso contrário não levará nada para casa.

Viver o presente é olhar para si a cada dia e saber a necessidade daquele momento para o bom andamento da comunidade, e fazer o que for bom para ela e não para si. É dar mais atenção ao coletivo do que ao individual. E isso exige um esforço e treinamento do corpo e da mente tão intensos que torna o jovem indígena uma pessoa integral.

O mais importante, no entanto, do que quero dizer é que quem vive o presente não tem necessidade de planejar. Planejamento é a tentativa de congelar os acontecimentos que virão. É ter a ilusão de que se está prevendo o futuro. E o futuro é pura ilusão.

Quando, em tempos antigos, os portugueses tentaram escravizar os indígenas estes não aceitaram aquela imposição. Trabalhar, para o português colonizador, era acumular. Acumulação é uma das dimensões do futuro. Acumula-se, poupa-se, guarda-se com a intenção de utilizar depois, amanhã. Os indígenas não sabem o que é o amanhã. E fugiram da escravidão. Os portugueses inventaram, então, que eles eram preguiçosos demais para aquela função nobre.

E assim ficou.

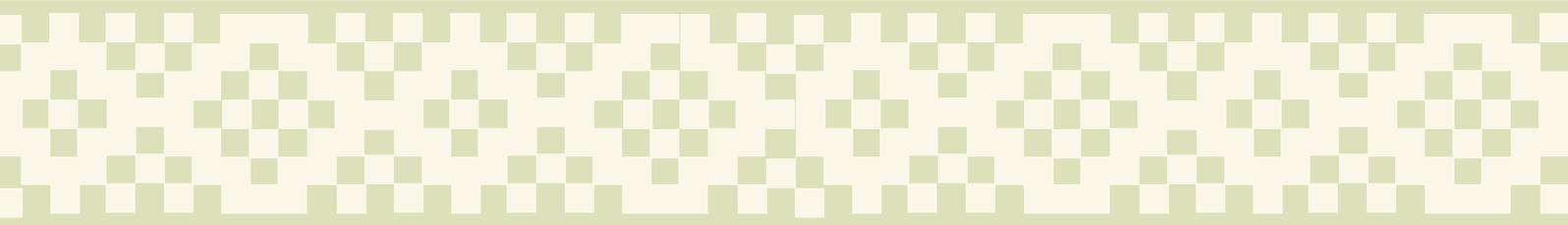
Tempo e trabalho não são sinônimos. Trabalho e dinheiro também não. Trabalho não dignifica se ele escraviza. Trabalho demais nos dá tempo de menos. E tempo de menos tira da gente a alegria do encontro com os pais, com os filhos, com os amigos. Só o presente é um presente. O futuro é uma promessa que pode nunca chegar. Os indígenas sabem disso. Por isso vivem o momento.

Daí depreendem-se também muitas explicações sobre a essência do ser indígena. Quem tem sensibilidade saberá distinguir diferentes pensamentos presentes em nosso mundo e descobrirá que a diversidade nos torna ainda mais coloridos.

E queria dizer que é muito mais difícil viver o presente. Exige muito mais de cada um. O sonho – o futuro – nos desobriga a olhar para o lado e ver a necessidade diária do outro. O futuro nos torna egoístas e mesquinhos. Só o presente nos compromete.



Ilustração: Ana Rita da Costa



Como pode perceber, este olhar que apresento joga por terra a ideia de que os povos indígenas são preguiçosos. Na verdade, considerar a visão de trabalho que esses povos desenvolveram – e que tem uma leitura sobre a realidade que os cerca – e compará-la com o “progresso” trazido pela Revolução Industrial e pelo sistema capitalista é tirar conclusão precipitada e injusta, pois isso pode levar ao preconceito, à intolerância e ao juízo de valor que desmerece o desenvolvimento que outros povos se impõem. Infelizmente, no entanto, essa visão equivocada ainda está presente no cotidiano da vida brasileira, sendo reproduzida pela escola de ensino formal, que não tem se atualizado sobre os novos conhecimentos gerados por pesquisadores, salvo raras exceções.

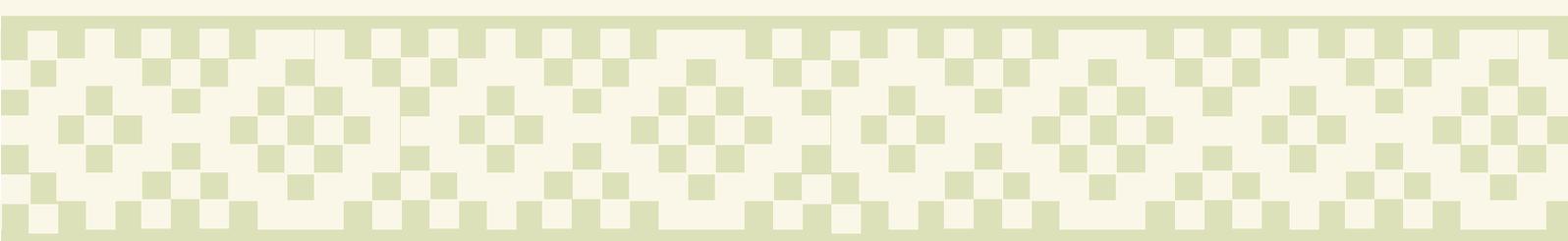
A cultura grita pela história

O que é cultura? Quando ela se inicia? Quem faz cultura?

É relativamente comum tocarmos nessas questões quando se fala dos povos indígenas. Afinal, esse é um tema forte, pois nos coloca no “olho do furacão”, até para que se possam compreender as teorias que “fazem nossa cabeça” quando o assunto é diversidade cultural.

Os Munduruku, por exemplo, como eu, são *undejenha*, que significa “gente”. Os Xavante são *awé-uptabi*, que também quer dizer “gente verdadeira”. Os Bororo, são *boé*, que também significa “gente”. E assim continuaríamos até repassarmos os mais de 305 povos que habitam nosso país nos dias de hoje. O que é incrível é perceber que todos eles se autointitulam “gente verdadeira”.

O que está expresso nisso é uma reação cultural que cada povo em particular tomou: todos são “gente verdadeira”. O que os diferencia é a forma que encontraram para manifestar a própria originalidade. Ser *boé* ou *awé-uptabi* não é a mesma coisa; são duas maneiras de compreender o mundo. Tal compreensão e seu desenvolvimento é o que chamamos cultura. E ela é múltipla, como são múltiplas as experiências de humanidade. Essas experiências inventaram modos de sobrevivência, de crença, de educação à sua maneira. Cada cultura basta a si mesma e não há como medir a felicidade alcançada por



uma ou outra sociedade. No dizer de Câmara Cascudo (2004, p.18) “não há culturas inferiores e nem culturas superiores. Há sempre culturas, reuniões de técnicas suficientes para a vivência grupal. Não se sentem inferiores e nem subalternos. Têm quanto precisam. A diferença é pura confrontação de padrões estrangeiros”.

Dito isso, e dessa maneira, pensamos poder avançar na saga de contar a história do ponto de vista dos povos indígenas. Que fique claro de início: o Brasil é um país intercultural. Suas culturas são fluidas porque em constante contato entre si. São também permanentes, porque embasadas numa tradição que perdura há milênios.

Como os povos indígenas entendem sua cultura? O indígena pensa-se como pertencente à natureza, como uma espécie entre as outras, ainda que mais importante. Ao pensar assim, o indígena compreende que sua participação na grande teia da vida é, basicamente, fortalecê-la para que todos os seres vivos possam usufruir das dádivas que ela oferece. Dessa maneira, os indígenas sentem que estão contribuindo para “manter o céu suspenso” e partícipes na cocriação do cosmos, em parceria direta com todos os viventes. A cultura vai, portanto, além da confecção de objetos que ofereçam melhores condições de sobrevivência. Ela é condição sine qua non para que a humanidade de um povo se mostre com toda a sua intensidade. Ressalto que nenhuma cultura é estática, parada no tempo. A cultura se caracteriza por seu dinamismo. Para alguns povos, essas mudanças acontecem lentamente, pois o tempo que elas dispõem para isso não corresponde à velocidade da tecnologia que cria comportamentos de forma instantânea, como a que se vive no mundo globalizado. E isso também não insinua atraso cultural, pois seria desconsiderar o tempo e a necessidade que cada povo precisa para reelaborar seus comportamentos. Ao focar uma cultura qualquer sob a ótica da cultura que vivemos estaremos cometendo o que a antropologia chama **etnocentrismo**.

Etnocentrismo é um conceito da Antropologia definido como a visão demonstrada por alguém que considera o seu grupo étnico ou cultura o centro de tudo, portanto, num plano mais importante que as outras culturas e sociedades. O termo é formado pela justaposição da palavra de origem grega “ethnos” que significa “nação, tribo ou pessoas que vivem juntas” e centrismo que indica o centro.

Uma visão etnocêntrica demonstra, por vezes, desconhecimento dos diferentes hábitos culturais, levando ao desrespeito, depreciação e intolerância por quem é diferente, originando em seus casos mais extremos, atitudes preconceituosas, radicais e xenófobas.

É importante reter que o relativismo cultural é uma ideologia que defende que os valores, princípios morais, o certo e o errado, o bem e o mal, são convenções sociais intrínsecas a cada cultura. Um ato considerado errado em uma cultura não significa que o seja também quando praticado por povos de diferente cultura. (Fonte <http://www.significados.com.br/etnocentrismo/> - acessado em 08/01/19)

Casa do povo Ingarikó (Ėktë)



RESUMO DA OCA

Os povos indígenas estão presentes no território brasileiro há milhares de anos – são aproximadamente 12 mil –, bem antes de o Brasil ter esse nome. Aqui chegaram atravessando agruras geográficas, climáticas e culturais. Muitos dos grupos que enfrentaram o desafio de ter melhores condições de vida foram se estabelecendo em determinadas regiões, criando o próprio estilo de vida, que chamamos de cultura. Esse estilo foi sendo aprimorado ao longo do tempo, mas foi basicamente movido pelo instinto de sobrevivência baseado numa concepção de pertencimento ao universo. Essa visão de humanidade ocasionou constantes aperfeiçoamentos, seja na cultura material, criação de objetos cada vez mais sofisticados para o uso cotidiano, seja na compreensão de humanidade, repassada de geração a geração por um sistema educacional baseado na oralidade.

Quando os colonizadores europeus por aqui aportaram, foi assim que encontraram estes povos organizados, mas, embora fascinados com toda essa riqueza cultural, foram incapazes de valorizar a experiência dos indígenas e tiveram as atitudes que lhes pareceram mais natural: a escravização, o extermínio, a desmoralização cultural. Assim faziam por pertencerem a uma cultura dita civilizada que não aceitava como hoje ainda não aceita, outros modos de pensamento que não seguisse uma organização hierárquica. A não aceitação criou uma barreira ainda até hoje impede a relação respeitosa entre os diversos olhares existentes.

O Brasil não conhece sua sociodiversidade nativa, pois ainda está à mercê de [pre]conceitos quinhentistas, pois não consegue acompanhar a riqueza da diversidade, reproduzindo estereótipos e desvalorizando os saberes ancestrais dos povos indígenas nacionais.

CRIANDO PIOLHOS

sugestão de atividades

Nossa sugestão primeira é que você, educador(a), faça uma reflexão em torno de sua identidade étnica. Você sabe de onde veio? Quem são seus pais e de onde eles vieram? Qual a parcela de ancestralidade há em você? Ela é europeia, africana, indígena? Como seu espírito se percebe habitando seu corpo? Onde mora sua origem?

Se você não sabe nenhuma dessas respostas, faça como eu fiz: pergunte. Pergunte aos seus avós, a seus pais. Se eles não souberem responder, investigue, faça como os pesquisadores, que seguem apenas pistas para montar a história.

Se você é professor, estudou sobre isso e já tiver algumas dessas respostas, ótimo! Sua tarefa, então, poderá motivar outras pessoas para que encontrem um caminho. O importante é que cada um possa compreender que essa descoberta é uma forma de valorizar as múltiplas culturas que se cruzam no nosso país e, às vezes, até dentro da gente mesmo.

E se você fizer essa atividade como parte de um estudo em sala de aula, sugerimos a seguinte dinâmica: reúna todos num grande círculo. Tenha em mãos um rolo de barbante e comece falando sobre seu próprio aprendizado. Você pode começar falando a história de seu nome, o que sempre rende uma história, o de sua família, etc. Em seguida, segure a ponta do barbante e repassar o rolo para outra pessoa. Assim, cada um que contar sua história vai segurar em uma parte do barbante e repassar o rolo. Quando todos tiverem terminado de contar suas histórias, uma grande teia estará formada.

Ao final, pode ser lido em voz alta o seguinte texto:

O que fazer
com isso que
agora sei?



Cultura material Guarani.
Foto: Adriana Caminitti.



Cultura material Guaraní.
Foto: Adriana Caminitti.

NÃO SOMOS DONOS DA TEIA DA VIDA

Daniel Munduruku

Meu avô costumava dizer que tudo está interligado entre si e que nada escapa da trama da vida. Ele costumava me levar para uma abertura da floresta, deitava-se sob o céu, apontava para os pássaros em pleno vôo e nos dizia que eles escreviam uma mensagem para nós. "Nenhum pássaro voa em vão. Eles trazem sempre uma mensagem do lugar onde todos um dia se encontrarão", explicava ele em um tom de simplicidade, a simplicidade dos sábios.

Outras vezes, nos colocava em contato com as estrelas e nos contava a origem delas, suas histórias. Fazia isso apontando para elas como um maestro que comanda uma orquestra.

Confesso que não entendia direito o que ele queria nos dizer, mas o acompanhava para todos os lugares só para ouvir a poesia presente em sua maneira simples de nos falar da vida.

Em certa ocasião, ele disse que cada coisa criada está em sintonia com o criador e que cada ser da natureza, inclusive o homem, precisa compreender que seu lugar na natureza não é ser o senhor, mas um parceiro, alguém que tem a missão de manter o mundo equilibrado, em perfeita harmonia para que o mundo nunca despenque de seu lugar. "Enquanto houver um único pajé sacudindo seu maracá, haverá sempre a certeza que o mundo estará salvo da destruição". Assim nos falava nosso velho avô como se fôssemos – eu e meus irmãos, primos e amigos – capazes de entender a força de suas palavras.

Só bem mais tarde, homem adulto, conhecedor de muitas outras culturas, pude começar a compreender a enormidade daquele conhecimento saído da boca de um velho que nunca tinha sequer visitado a cidade ao longo de seus mais de 80 anos. Percebi, então, que meu avô era um homem com uma visão muito ampla da realidade e que nós éramos privilegiados por termos convivido com ele.

Essas lembranças sempre me vêm à mente quando penso na diversidade, na diferença étnica e social. Penso nisso e me deparo com a compreensão de mundo dos povos tradicionais. É uma concepção em que tudo está em harmonia com tudo; tudo está em tudo e cada um é responsável por esta harmonia. É uma concepção que não exclui nada e não dá toda importância a um único elemento, pois todos são passageiros de uma mesma realidade, são, portanto, iguais. No entanto, não se pode pensar que esta igualdade signifique uniformidade. Todos estes elementos são diferentes entre si, tem uma personalidade própria, uma identidade própria.

Por meio de minhas leituras e viagens fui compreendendo, aos poucos, aquilo que o meu avô dizia sobre a sabedoria que existe em cada um e todos os seres do planeta. Descobri que não precisa ser xamã ou pajé para chacoalhar o maracá, basta colocar-se na atitude harmônica com o todo, como se estivéssemos seguindo o fluxo do rio, que não tem pressa... mas sabe aonde quer chegar. Foi assim que descobri os sábios orientais; os monges cristãos; as freiras de Madre Teresa; os muçumanos; os evangélicos; os pajés da Sibéria, dos Estados Unidos; os Ainu do Japão, os Pigmeus; os educadores e mestres... descobri que todas estas pessoas, em qualquer parte do mundo, praticando suas ações buscando o equilíbrio do universo, estão batendo seu maracá. Entendi, então, a lógica da teia. Entendi que cada um dos elementos vivos segura uma ponta do fio da vida e o que fere e machuca a Terra, machuca também a todos nós, os filhos da Terra.

Foi aí que entendi que a diversidade dos povos, das etnias, das raças, dos pensamentos é imprescindível para colorir a teia, do mesmo modo que é preciso o sol e a água para dar forma ao arco-íris.

Para ilustrar o tema, o professor pode sugerir que os estudantes aprendam e cantem a letra da música Mestiçagem, de Antonio Nóbrega que poderá ser vista nos links:



<https://www.youtube.com/watch?v=ThZ4Df33S6A>



<http://letras.terra.com.br/antonio-nobrega/192486/>

PARA SABER MAIS

Seguem algumas sugestões de livros, sites e filmes que podem ajudar no aprofundamento do estudo sobre a história brasileira. Ela foi a base de nossa pesquisa para contar a vocês esta história.

Título: O povo brasileiro – Formação e o sentido do Brasil

Autor: Darcy Ribeiro

Editora: Companhia de Bolso, 1995.

Título: A outra margem do ocidente

Ailton Krenak, Davi Yanomami e outros autores

Editora: MINC-FUNARTE/Companhia das Letras, 1999.

Título: Civilização e cultura

Autor: Câmara Cascudo

Editora: Global, 2004.

Título: Espelho Índio – a formação da alma brasileira

Autor: Roberto Gambini

Editora: Axis Mundi/Terceiro Nome. 2ª. Edição, 2000.

Título: Uma breve história do Brasil

Autores: Mary Del Priore e Renato Venancio

Editora: Planeta, 2010.

Título: A viagem do Descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral

Autor: Eduardo Bueno

Editora: Objetiva, 1998.

Título: O banquete dos Deuses – Conversas sobre a origem e a cultura brasileira

Autor: Daniel Munduruku

Editora: Global, 2009.



Cultura material Guarani.
Foto: Adriana Caminiti.

Título: **Mundurukando**
Autor: Daniel Munduruku
Editora: Uka Editorial, 2009.

Título: **O Karaíba – Uma história do pré-Brasil**
Autor: Daniel Munduruku
Editora: Melhoramentos, 2018.



SITES E BLOGS

www.danielmunduruku.blogspot.com.br
www.socioambiental.org
www.funai.gov.br
www.museudoindio.org.br
www.indiosonline.org.br
www.inbrapi.org.br
www.coiab.com.br
www.videonasaldeias.org.br



FILMES E VÍDEOS

No site da ONG Vídeo nas Aldeias, o professor poderá baixar diversos filmes sobre a temática indígena. Alguns deles realizados por cineastas indígenas.

Alguns títulos:

- **A gente luta, mas come fruta** – Povo Ashaninka/AC.
- **Cineastas Indígenas** – Diversos realizadores indígenas mostram seus trabalhos.
- **Olhares indígenas** – Curtas metragens que apresentam recortes da vida indígena.

Vale a pena conferir os filmes:

A Missão, de Roland Jorré com Robert De Niro.

Narra a saga dos missionários jesuítas dispostos a catequizar os indígenas da América Espanhola. É um filme épico. Com ele é possível discutir diversos aspectos da ação colonizadora nas Américas.

Apocalipto, dirigido por Mel Gibson.

Um filme muito bem escrito e dirigido. Mostra a luta pela sobrevivência de povos anteriores ao contato com a cultura ocidental. Licenças poéticas a parte, o filme retrata o modo indígena de viver.

Terra Vermelha, produção Nacional vencedora de vários prêmios, dirigida por Marco Bechis e roteirizado por Luiz Bolognesi.

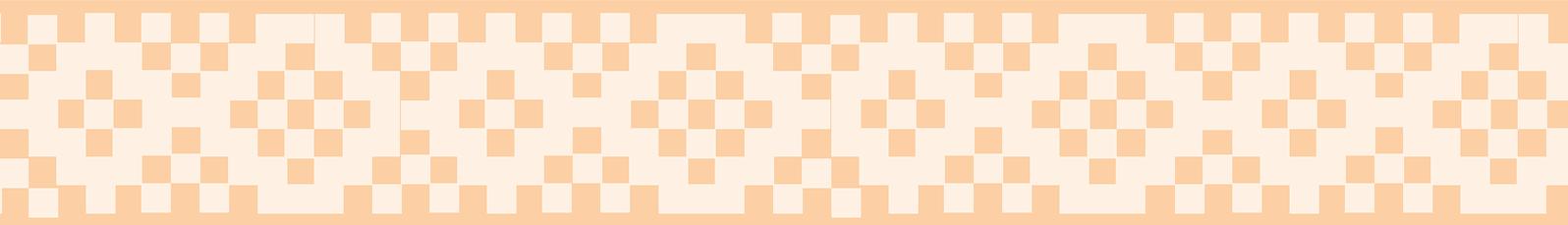
É um longa-metragem falado em Guarani que se passa no Mato Grosso do Sul. Retrata a luta desse povo para conseguir sobreviver em meio às lutas por terra naquele Estado.

Juruna, o espírito da Floresta, do cineasta Armando Lacerda.

É um longa-metragem que documenta a trajetória do líder xavante, único indígena a ocupar uma cadeira na câmara federal. Sua presença no cenário político questionou o modo brasileiro de fazer política baseado na troca de favores e em promessas nunca cumpridas.

Corumbiara, de Vicent Carelli.

Um filme documentário sobre um dos mais covardes massacres contra um povo indígena que se tem notícia. Nos dias atuais, a colonização violenta ainda faz parte de nossos noticiários.



Aldeia Xavante Pimentel Barbosa, MT.
Foto: Cristina Flória.

3

VISÕES QUE MARCARAM OU A DIFÍCIL ARTE DE SER "ÍNDIO" NO BRASIL





Cultura material Guarani.
Foto: Adriana Caminitti.

Descobrimento? Achamento? Invasão? Invenção? Encontro?

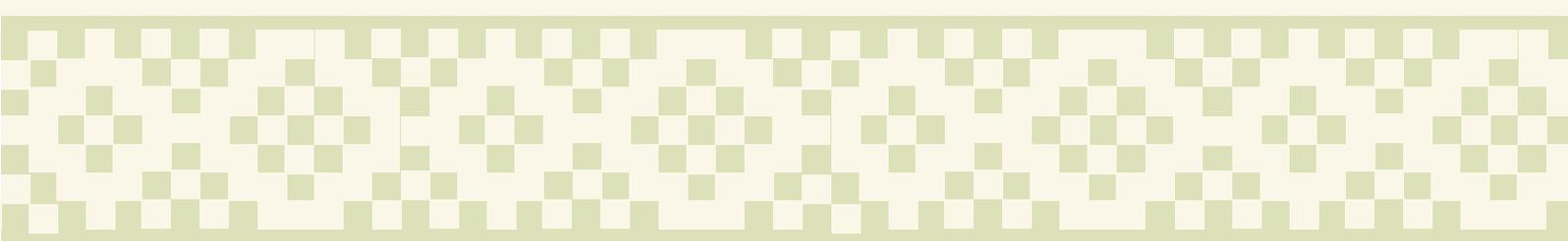
Pode até parecer que não, mas esta cena descrita é bastante comum simplesmente porque há uma imagem que foi sendo talhada na alma do brasileiro a respeito do “índio” e que foi ganhando terreno por conta das muitas distorções históricas que nos foram ensinando na escola. Foi-nos contada uma história a partir da ótica do colonizador, conforme falamos anteriormente. Essa “leitura” da história brasileira sempre relegou às populações indígenas um papel subalterno, secundário, como se esses povos tivessem aceitado a dominação europeia de forma pacífica. A historiografia contemporânea tem mostrado que não foi bem assim e que a participação histórica das populações nativas foi determinante para a construção da identidade nacional.

Cabe, portanto, indagar em que momento começou a ser construída a imagem estereotipada que leva pessoas, como a protagonista da crônica ilustrada no final deste capítulo, a repetir, incontavelmente, um comportamento que já deveria ter sido modificado há muito tempo?

Em primeiro lugar, é preciso reforçar o que já disse antes sobre aqueles que contam a história. E a história oficial do Brasil que conhecemos sempre nos foi contada segundo a visão eurocêntrica, ou seja, os referenciais foram sempre os da Europa, que, no século XVI, era a todo-poderosa, sobretudo no comando das grandes navegações. Era um período conturbado politicamente e o poder da Igreja Católica estava em baixa. Somado tudo isso ao fato de que os **turcos otomanos**⁸ haviam tomado Constantinopla, em 1453, fechado um caminho por terra pelo norte da África e ampliado seu poder sobre as iguarias indianas, tão apreciadas pelos nobres europeus, iniciou-se uma busca insana por um caminho alternativo que os conduzisse os europeus às Índias e às suas preciosidades culinárias.

Assim, foram iniciadas as grandes navegações. Espanha e Portugal, as duas potências bélicas e econômicas da época, investiram nessa aventura e acabaram sendo as principais responsáveis pela mudança geográfica do

⁸ Para maior compreensão da influência Turca na história universal pode-se acessar http://pt.wikipedia.org/wiki/Imp%C3%A9rio_Otomano.



mundo então conhecido. Como diz Elias, professor e pesquisador da Revista de História da Biblioteca Nacional, no artigo “Tem gente”(ano 7, no. 84, setembro de 2012, p. 18-19), referindo-se ao momento histórico:

Quando o espanhol Rodrigo de Triana, marinheiro a bordo da caravela Pinta, avistou as Bahamas às duas horas da manhã do dia 12 de outubro de 1492, estava dando início àquela que provavelmente foi a maior transformação já ocorrida no globo. A chegada das caravelas ao Novo Mundo pôs os europeus em contato com novos produtos, novos hábitos e novas necessidades. A incorporação dessas regiões à esfera de influência da Europa teve grande importância econômica, política e estratégica.

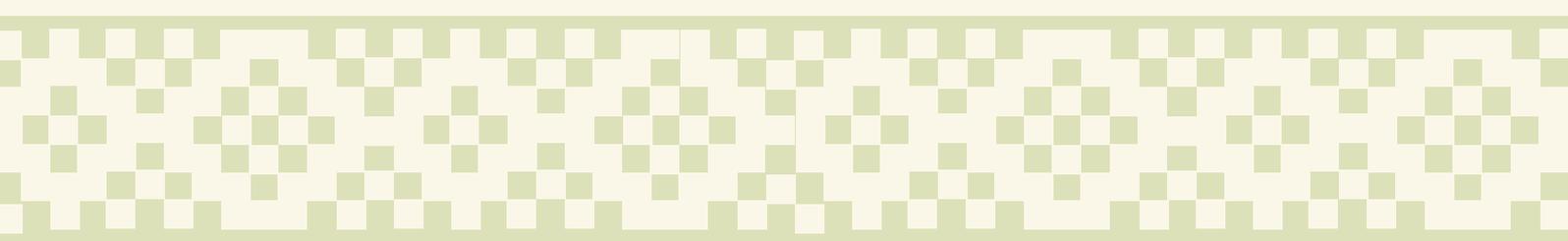
E essa aventura de encontrar um caminho marítimo para as Índias por meio da costa africana trouxe à América o perdido Cristóvão Colombo – que nunca acreditou ter chegado a um outro continente, pois jurava de pés juntos que chegara às Índias. Aliás, o nome América é uma homenagem àquele que não foi o primeiro a pisar neste continente, mas sim quem revelou ao planeta que o Novo Mundo era, na verdade, um novo continente a ilustrar o mapa-múndi.

Pedro Álvares Cabral também se fez “de perdido” para atracar nas águas brasileiras. Era 21 de abril de 1500. Aqui ele chegou, mas não pisou em nosso solo, Preferiu que os “negros da terra”⁹ fossem visitá-lo em seu navio – que era como um trono. Tal atitude era uma forma de mostrar que a Europa não se curvaria aos nativos. Tudo isso foi registrado com detalhes pelo contador de histórias oficial ali presente: Pero Vaz de Caminha, o escrivão. De suas penas, saíram palavras tanto de encanto quanto de espanto, que levariam ao rei de Portugal as notícias sobre a nova terra. Caminha falou das belezas do lugar, dos animais, do ambiente e do encontro entre os tripulantes e os nativos que os foram visitar no barco. Foi mencionada também a realização da primeira missa rezada nas terras por eles achadas¹⁰.

E foi com essa carta de achamento que se iniciou a história brasileira. Será? Se entendermos pela óptica europeia sim. Essa versão relatou exatamente o que aconteceu a partir do ponto de vista do narrador. Nela, ele conta

9 (No Brasil colônia, era usual a expressão “negro da terra” para indicar os índios escravizados, enquanto a denominação “negros da Guiné” aludia genericamente aos escravizados africanos, ao menos no século XVI) pág. 428. Alan Palmer. Declínio do Império Otomano. Trad. Cleuber Vieira : Globo, 2013.

10 É possível encontrar uma boa tradução desta carta no site do domínio público que pode ser baixada para uso. <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000292.pdf>



quais foram as reações de seu capitão e da tripulação; comenta como os nativos estavam vestidos, ou melhor, que não vestiam nada e não tinham vergonha disso; cita como Cabral os recebeu, sentado em sua portentosa cadeira e com os pés apoiados em um estrado. Enfim, narra a história do começo da submissão dos indígenas aos seus “salvadores”.

Maria Teresa Torinio Britees Lemos, no artigo “Novo mundo, novos termos”, publicado na Revista de História da Biblioteca Nacional (ano 7, no. 84, setembro de 2012. P.36-37), sobre a dificuldade de dar um nome adequado a esta nova relação que se estabeleceu, disse:

(...) após a constatação da existência de um mundo novo, repleto de surpresas, diferenças e similitudes, era preciso entender historicamente aquele fato. Como classificar esse acontecimento que abalou as formas de pensar do homem quinhentista.

De fato, o que estava sendo estabelecido naquele momento era uma nova relação que poderia culminar em mais riquezas para Portugal e seus aliados, e por isso, tudo deveria ser “contado” de forma a não fazer o rei português desistir da empreitada.

Os conceitos de “descobrimento” e “achamento” têm o mesmo significado e se referem a algo previamente conhecido. Assim, o descobrimento do Novo Mundo, em 1492, não consistiu num fato absolutamente novo, pois já se sabia que havia terras ao ocidente da Europa e que em qualquer momento poderiam ser encontradas. Esse conceito difere de “descoberta”, que significa descobrir algo desconhecido anteriormente, que não se conhecia ou se imaginava conhecer.

Como pudemos notar, as palavras são sempre pequenas para revelar a dimensão real do fenômeno que fez com que os europeus aportassem por aqui. Isso mostra que as definições são manifestações de interesses políticos ocasionados por situações em que se pretende agradar a uma ou outra parcela da população. Falamos isso porque também já se pensou em definir a chegada dos europeus à América como “encontro” de culturas. Isso, no entanto, encobre outras questões, por exemplo, a dominação do mundo europeu sobre o mundo dos indígenas americanos. Mais recentemente – por ocasião das comemorações do V Centenário do Encontro de Dois Mundos – se pensou em utilizar o termo “encobrimento”, cuja ideia era fazer um desagravo às popu-

lações indígenas atingidas pela violência europeia. Há outro conceito que foi proposto recentemente: “invenção”. Sobre ele Lemos (2012, p.37) declarou:

(...) “invenção” foi proposto por Edmundo O’ Gorman, que considerou que Cristóvão Colombo estava convencido de ter chegado à Ásia e constatado naquelas terras algo conhecido anteriormente, mas ainda não explorado. Por isso chamou os habitantes de “seres asiáticos”. Para o autor, “invenção” indicava que a América não foi descoberta ou achada, mas inventada à imagem e semelhança da Europa.

De qualquer modo, atentemos nós, o termo como foi ou será definido é menos importante do que foi feito com as populações locais. O que aconteceu foi, certamente, um desencontro que culminou numa relação desigual, desumana e violenta. Essa violência não foi apenas física, com o extermínio de muitas vidas, mas também espiritual e moral.

Continuando na nossa leitura da história oficial, veremos que Portugal muito pouco se ocupou das terras encontradas. Deixou aqui alguns jovens exploradores que acabaram se misturando com a população local, sem a descoberta imediata de ouro ou pedras preciosas que justificasse longas viagens, pouca movimentação aconteceu. Esporadicamente, navios ancoravam para extrair o pau-brasil e levá-lo para ser beneficiado em Portugal, numa primeira prática de biopirataria da história.

Somente em 1549 é que chegaram por aqui os primeiros colonizadores de fato: um governador geral, Tomé de Sousa, e os jesuítas que dariam início à empreitada evangelizadora juntos aos indígenas. Segundo Roberto Gambini, foi nesse momento que começou o fim da alma indígena.

Política assimilacionista

A primeira prática política que se levou a efeito em terras brasileiras – e que durou até a Proclamação da República – foi a de considerar que os nativos não eram nada, mas certamente poderiam vir a ser: poderiam ser transformados em algo novo, algo mais humano, algo cristão. E sem levar em conta todas as diferenças que existiam, os Jesuítas fundaram a Missão de São Tomé



Para saber mais

GAMBINI, Roberto. **O espelho índio**: formação da alma brasileira. São Paulo: Axis Mundi: Terceiro Nome, 2000.

CARTA DE PAULO III

Paulo III, a todos os fieis Cristãos, que as presentes letras virem, saúde, e benção Apostólica.

A mesma Verdade, que nem pode enganar, nem ser enganada, quando mandava os Pregadores de sua Fé a exercitar este ofício, sabemos que disse: Ide, e ensinaí a todas as gentes. A todas disse, indiferentemente, porque todas são capazes de receber a doutrina de nossa Fé. Vendo isto, e invejando-o o comum inimigo da geração humana, que sempre se opõe às boas obras, para que pereçam, inventou um modo nunca dantes ouvido, para estorvar que a palavra de Deus não se pregasse às gentes, nem elas se salvassem. Para isto, moveu alguns ministros seus, que desejosos de satisfazer a suas cobiças, presumem afirmar a cada passo, que **os Índios das partes Ocidentais, e os do Meio dia, e as mais gentes, que nestes nossos tempos tem chegado a nossa noticia, hão de ser tratados, e reduzidos a nosso serviço como animais brutos, a título de que são inábeis para a Fé Católica: e socapa de que são incapazes de recebê-la, os põem em dura servidão, e os afligem, e oprimem tanto, que ainda a servidão em que tem suas bestas, apenas é tão grande como aquela com que afligem a esta gente.**

Nós outros, pois, que ainda que indignos, temos as vezes de Deus na terra, e procuramos com todas as forças achar suas ovelhas, que andam perdidas fora de seu rebanho, para reduzi-las a ele, pois este é nosso ofício; conhecendo que aqueles mesmos Índios, como verdadeiros homens, não somente são capazes da Fé de Cristo, senão que acodem a ela, correndo com grandíssima prontidão, segundo nos consta: e querendo prover nestas cousas de remédio conveniente, com autoridade Apostólica, pelo teor das presentes letras, determinamos, e declaramos, que os ditos Índios, e todas as mais gentes que daqui em diante vierem à noticia dos Cristãos, ainda que estejam fóra da Fé de Cristo, **não estão privados, nem devem sê-lo, de sua liberdade, nem do domínio de seus bens, e que não devem ser reduzidos a servidão. Declarando que os ditos índios, e as demais gentes hão de ser atraídas, e convidadas à dita Fé de Cristo, com a pregação da palavra divina, e com o exemplo de boa vida.**

E tudo o que em contrário desta determinação se fizer, seja em si de nenhum valor, nem firmeza; não obstante quaisquer coisas em contrário, nem as sobreditas, nem outras, em qualquer maneira.

Dada em Roma, ano de 1537, aos nove de Junho, no ano terceiro de nosso Pontificado.

das Novas Índias Ocidentais. Construíram um pequeno forte onde podiam acolher os “infelizes” pagãos que queriam – por bem ou à força – aceitar a nova fé cristã. A missão cresceu sobretudo não graças ao trabalho dos jesuítas, mas por conta das muitas crianças que foram nascendo devido à violência que era praticada contra as mulheres nativas. Os filhos “bastardos” nem eram considerados indígenas e nem portugueses. Simplesmente cresciam “brasileiros”, mas com grande conhecimento da natureza que lhes era passado pelas mães. Mais tarde, estes primeiros brasileiros nascidos de forma pouco “cristã” eram utilizados por seus pais portugueses como “bucha de canhão” nas famosas entradas e bandeiras por conta do conhecimento que tinham do meio ambiente.

As reduções – como também eram conhecidas as missões jesuíticas – tinham como tarefa principal estabelecer uma utopia que passava pela crença de que os nativos podiam aprender os valores positivos dos europeus. Deixariam, assim, de viverem uma existência que era considerada inferior caso adotassem o estilo cristão da Europa.

Claro que tamanha utopia enfrentava forte resistência de setores da própria igreja Católica, dos exploradores portugueses que queriam explorar a força do trabalho indígena e dos próprios indígenas que não se resignavam facilmente àquele triste destino.

Logo de início surgiu uma dúvida sobre a humanidade dos nativos: eles teriam alma? A resposta não seria apenas um sim ou um não, pois ela passava por uma questão política igualmente difícil de ser resolvida. Ao dizer

sim, automaticamente sobre eles recairiam as leis que os protegiam caso se tornassem cristãos; dizer não se justificaria a escravidão, o comércio, o extermínio daquela gente. A disputa sobre como proceder ou como compreender quem eram aqueles nativos era tão intensa que foi preciso que o papa Paulo III escrevesse uma carta, em 1537, reafirmando a convicção da igreja – que era uma força política muito forte naquela ocasião – que os indígenas do Brasil e de toda a América eram sim portadores de uma alma capaz de ser convencida a ingressar no rebanho eclesial. Embora isso não tenha amenizado em quase nada a vida daquelas primeiras populações, tal declaração determinou que a ação da Igreja seria no sentido de fazer com que os nativos fossem naturalmente assimilados à vida europeia.

Confederação dos Tamoios: a resistência indígena

A chegada definitiva dos portugueses trouxe uma série de problemas para os indígenas brasileiros. Vivendo uma vida baseada num sistema cultural extremamente distinto, os muitos povos se sentiram invadidos por aquela intromissão. E logo perceberam que seu modo de vida estava sujeito a sérias interferências destrutivas. Os líderes Tupinambá decidiram, então, buscar reforços para fazer frente aos desmandos ora portugueses, ora franceses. A solução foi criar um conselho com vários povos; assim nasceu a Confederação dos Tamoios.

A historiografia oficial sempre tratou o tema como sendo uma revolta que orquestrada contra o sistema político. Na verdade, foi mais uma resistência à violência institucional, que já se mostrava hostil, cometida contra as populações locais. Isso transparecia na forma desigual com que os estrangeiros as tratavam. Os grupos de origem tupi, em geral acolhedores e abertos, passaram a perceber que a recíproca não era verdadeira e logo desconfiaram dos reais interesses que eles traziam na bagagem: escravizar, saquear e extorquir. Viram que eles não vinham com o desejo de compartilhar conhecimentos ou trocar presentes, mas, sim, de suprir suas necessidades econômicas, uma gana bem maior do que o propósito do encontro entre mundos distintos.

A Confederação dos Tamoios foi uma luta pela liberdade e durou longos 12 anos (1554/55-1567). Reuniu diferentes grupos indígenas e uniu importantes

Vale a pena conferir

A Missão, do diretor Roland Joffé, com Robert De Niro, narra a saga dos missionários jesuítas dispostos a catequizar os indígenas da América Espanhola. É um filme épico. Com ele é possível discutir diversos aspectos da ação colonizadora nas Américas.



Para saber mais

QUINTILIANO, Aylton.

A guerra dos Tamoios. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. 256 p.

Este é um belíssimo livro que narra, de forma cinematográfica, todos os lados dessa importante luta de resistência.

Tupis e Tapuias era uma denominação genérica que foi usada para referir-se aos povos de origem tupi (tupinambá, tupiniquim, etc.) e os que não tupi. Tapuia é uma palavra da língua tupi que significa bárbaro. Ou seja, eram os grupos inimigos considerados inferiores aos tupis. Normalmente eram tidos como mais violentos, sem cultura, arreios e “bravos”. (CHIARADIA, Clóvis. **Dicionário de palavras brasileiras de origem indígena**. São Paulo: Limiar, 2008. 728 p.)



Para saber mais

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010. (FGV de bolso, 15. Série História).

Este livro traz uma gostosa leitura sobre a história do Brasil do século XVI ao XIX. Retrata a presença indígena como sujeito da história, com base em documentos recentes. Tem uma linguagem fácil e sem recheios acadêmicos o que torna a leitura muito agradável.

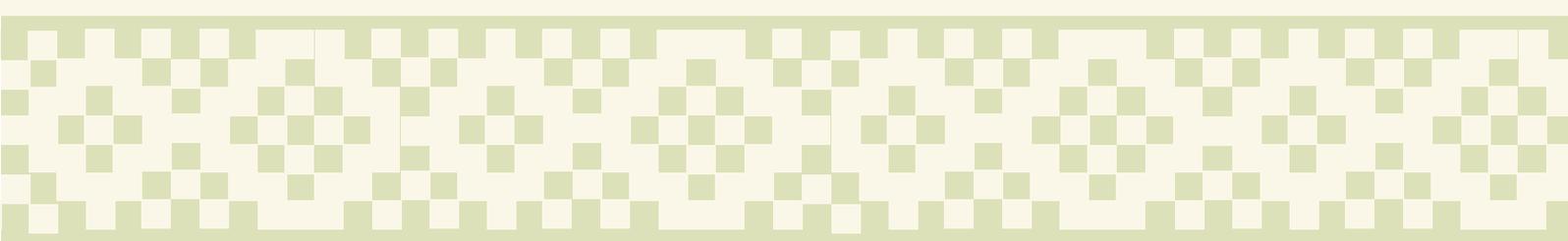
chefes que marcaram a história do nascente Brasil. Seus feitos são pouco conhecidos – e reconhecidos –, mas foram eles que dignificaram aqueles primeiros anos de contato. Conforme lembrou Aylton Quintiliano em *A Guerra dos Tamoios* (Relume Dumará, 2003, p.19):

Foram os Aimberê, Cunhambebe, Jagoanharo, Parabuçu, Raraí, Coaquira e tantos outros guerreiros, autênticos percussores das grandes jornadas cívicas onde o sangue nativo foi derramado em defesa da terra e dos direitos do homem.

Que fique claro aqui, no entanto, que esse desfile de elogios aos Tamoios não é um tecido romântico. Antes, é um elogio à sagacidade indígena que vem provar que os “índios” não eram pacíficos ou facilmente domesticados pelos colonizadores. Ao contrário da imagem que foi sendo criada e recriada posteriormente, eles – **tupis e tapuias** – resistiram bravamente contra os desmandos colonialistas. Para tanto, basta lembrar que a primeira tentativa de estabelecer uma ação política no Brasil foi a criação das famosas capitâncias hereditárias. Com raras exceções, elas acabaram não funcionando por conta da resistência indígena. E as que deram certo e prosperaram – São Vicente e Pernambuco –, conseguiram tal proeza graças ao apoio de lideranças que fizeram acordos e alianças com os donatários.

Que fique claro, também, que havia os interesses dos indígenas em jogo. Os muitos povos que andavam por aqui eram guerreiros, formados para a guerra e gostavam muito de guerrear entre si. A guerra entre os grupos era, desde sempre, uma prática muito comum, e a chegada dos europeus – fossem portugueses, fossem franceses – acabou sendo mais uma oportunidade de guerrear contra inimigos. Os estrangeiros foram vistos como aliados importantes nessa “cruzada” indígena. Afinal, os nativos tinham muito interesse em poder contar com as armas de fogo desses estrangeiros para conseguir seu intento.

Houve resistência permanente, portanto, contra os que eram considerados invasores do território. Houve também alianças para vencer inimigos comuns, além das trocas econômicas, e, enquanto os europeus foram úteis aos indígenas, as alianças prosperaram e deram excelentes resultados para ambos os lados. Tais alianças e acordos cessaram apenas quando os estrangeiros passaram a exigir um número absurdo de escravos indígenas para trabalhar nos canaviais. Os indígenas viram nisso um claro sinal de que os interesses de uns e de outros já estavam se mostrando opostos e enfraquecendo a organização social dos Tupinambás, os quais aceitavam a escravidão dos cativos em guerra,



mas não que guerreiros fossem submetidos a um trabalho braçal, forçado, que não fizesse jus à sua condição de valentia e destreza na arte da guerra. Trabalhar no campo, na roça, nas lidas domésticas era, para os Tupinambá, função das mulheres, e eles não podiam admitir esse tipo de mudança social.

É, em parte, este o motivo principal por ter recaído entre os Tupinambá o rótulo de “preguiçoso”, não afeitos ao trabalho. Já traziam a fama de canibais, selvagens e ferozes; recaiu, então, também a pecha de incapaz para o trabalho, justificando o mercado clandestino de africanos escravizados para o Brasil.

Cabe salientar que este estereótipo está, ainda, introjetado no inconsciente nacional, sendo uma das “qualidades” mais lembradas quando alguém fala no tal “índio” brasileiro. Esse estereótipo foi alimentado, e muito, após o século XVIII, com a expulsão dos Jesuítas e a proibição de se falar a língua tupi em todo o território nacional. Essa ação – ocorrida em 1759 – foi precedida por uma série de acusações contra a Companhia de Jesus por parte do Marquês de Pombal. A crise entre o poder secular e o religioso teve lances muito polêmicos, principalmente porque estava em voga, na Europa, uma corrente intelectual denominada **Iluminismo**, cuja base criou a figura do déspota esclarecido personificada, em Portugal, por Pombal. Ele entendia que era preciso criar uma política forte do Estado a respeito dos indígenas e imaginava que os jesuítas fossem os principais insurgentes a isso. O resultado foi a expulsão desses religiosos com o objetivo de frear suas ações e influências sobre os povos indígenas brasileiros.

Nasce o romantismo nacional

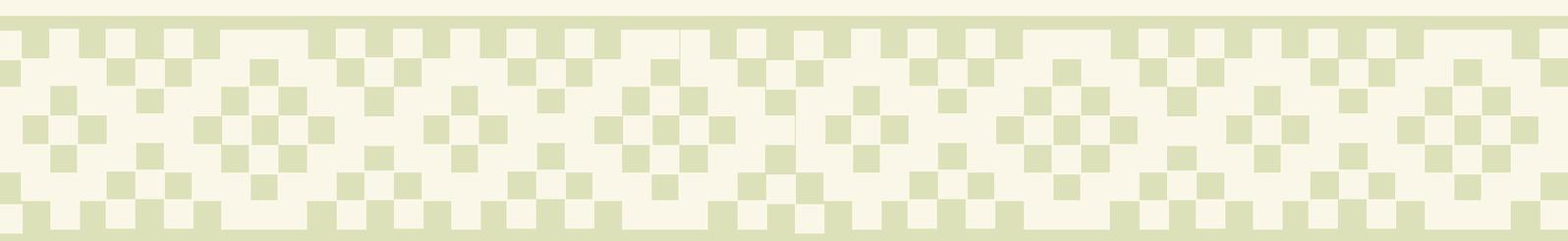
Nesse novo contexto político surge uma contribuição muito interessante por parte da literatura nacional e dos principais articuladores políticos. Desde a segunda metade do século XVIII, houve uma movimentação no sentido de se pôr fim à escravidão dos indígenas e tirá-los do jugo religioso. Basílio da Gama foi um desses articuladores e defendeu o fato de que os indígenas deveriam participar mais efetivamente da vida nacional. Esta era a fala do liberalismo – uma doutrina que defendia a liberdade individual nos campos político, econômico e religioso, mas com forte participação do Estado.

O surgimento de três obras literárias, O Uruguai (1768), Caramuru (1781) e A mudraída (1785), foi uma espécie de manifesto contra todo tipo de vio-

Iluminismo é um movimento cultural que se desenvolveu na Inglaterra, Holanda e França, nos séculos XVII e XVIII. Nessa época, o desenvolvimento intelectual, que vinha ocorrendo desde o Renascimento, deu origem a idéias de liberdade política e econômica, defendidas pela burguesia. Os filósofos e economistas que difundiam essas idéias julgavam-se propagadores da luz e do conhecimento, sendo, por isso, chamados de iluministas.

O Iluminismo trouxe consigo grandes avanços que, juntamente com a Revolução Industrial, abriram espaço para a profunda mudança política determinada pela Revolução Francesa. O precursor desse movimento foi o matemático francês René Descartes (1596-1650), considerado o pai do racionalismo. Em sua obra “Discurso do método”, ele recomenda, para se chegar à verdade, que se duvide de tudo, mesmo das coisas aparentemente verdadeiras. A partir da dúvida racional pode-se alcançar a compreensão do mundo, e mesmo de Deus.

(Fonte: <https://www.mundovestibular.com.br/articles/6144/1/Iluminismo/Paacutegina1.html>)



lência contra as populações indígenas, ainda que seus autores sejam simpatizantes do domínio estatal sobre elas. A respeito disso, David Treece disse em *Exilados, aliados, rebeldes – o movimento indianista, a política indigenista e o Estado-Nação Imperial* (Nankin Editorial/Edusp, 2008, p 67):

(...) De um lado, sugerem um crescente interesse, para não dizer simpatia, pelos índios, sua cultura e seu papel, por vezes, trágico e formador na história da colônia. Isso já levou alguns observadores a concluir que esses épicos equivaleriam a um movimento indianista menor, antecipando em forma embrionária e criptonacionalista o movimento romântico do século seguinte, logo após a independência. Todavia isso deve ser comparado com o fato de que todos os três autores parecem defender a legitimidade do regime imperial e a subordinação das comunidades indígenas a ele.

Por essa citação, podemos perceber que essas três obras épicas foram, de alguma forma, preconizadoras de uma nova relação entre Estado e povos indígenas, o que não significou o fim dos maus-tratos ou da visão equivocada e generalizada sobre eles. Significou, apenas, outra maneira de encarar sua participação no processo de formação da identidade nacional, sob a perspectiva do liberalismo econômico, que precisava de mão de obra para seu projeto de desenvolvimento, e para o qual a escravidão indígena era prejudicial. Perpetuava, portanto, a política de assimilação, e foi no contexto dessa política que surgiu a figura do “índio” aculturado ou em contato permanente com a urbanidade – também chamado de “bom selvagem” por Jean Jacques Rousseau – e de “selvagem”, “bravo”, “bugre” termos muito presentes nos romances de José de Alencar, por exemplo. De um lado o índio romântico que traz consigo as virtudes europeias; de outro, aquele que carrega consigo os genes da maldade, da traição, da luxúria, da preguiça, etc.

É bom lembrar que esta imagem foi sendo criada por força dos caminhos políticos que a humanidade passou naquele período. Foram épocas de mudanças na Europa e, que no Brasil, culminaram com a proclamação da Independência por dom Pedro I, em 1822. Esse ato trará para o país o primeiro sopro verdadeiro da construção de uma identidade nacional. Nesse sentido, Maria Regina Celestino Almeida disse em *Os índios na história do Brasil* (FGV Editorial, 2010, p. 135:



Cultura material Kaingang.
Acervo Cristino Wapichana.
Foto: Daniza Kaingang.

A Independência do Brasil e formação do Estado Imperial impuseram a necessidade de se construir a nação que até então não existia. Cabia instituir no país uma unidade territorial, política e ideológica, criando uma memória coletiva que unificasse as populações em torno de uma única identidade histórica e cultural. A ideologia do novo estado brasileiro baseava-se nos valores europeus de modernização, progresso e superioridade do homem branco. Como construir uma nação e uma história de brancos a partir de uma realidade repleta de negros e índios?

No entanto, essa vertente mais nacionalista triunfou mesmo durante o reinado de d. Pedro II, depois de seu pai ter abdicado ao trono em 1831. Após assumir o trono ainda na juventude, o monarca brasileiro procurou uma forma de unificar a identidade nacional. Mas como fazer isso? O que utilizar para criar essa imagem de unidade em um país tão diverso? Surgiu, então, a ideia de fazer do “índio” um símbolo nacional. Só que não é do indígena que estamos falando e sim de uma imagem do “índio” elaborada para dignificar o brasileiro, pois, afinal, os nativos brasileiros continuavam sendo um “estorvo” para a nação. Nesse ponto começou a construção do “índio” romantizado que aparece nas literaturas de José de Alencar e de Gonçalves Dias, entre outros, e nos discursos políticos, obras artísticas e pesquisas científicas que passaram a retratar os nativos como seres de um passado exótico, guardados apenas na memória ruim da história nacional.

O discurso ideológico do século XIX continuou sendo o da assimilação. Acreditava-se – como era voga à época – que os europeus eram o modelo a ser seguido e isso não admitia a mínima possibilidade de as populações originárias fazerem parte dessa história. Caberia a eles um lugar apenas em um passado distante. A história oficial escondia os conflitos enquanto a realidade de resistência dos povos continuava em campo aberto. Os pensadores brasileiros procuravam justificar a maneira como aqueles povos, que teimavam em levar uma vida localizada no princípio do primitivismo humano, eram exterminados. Eles só poderiam fazer parte da história se deixassem de ser o que eram e passassem a desejar a vida civilizada. Para se chegar a cumprir este pressuposto ideológico, o Estado Imperial jogou pesado contra os indígenas: perseguições, execuções, destruição das culturas, incorporação de aldeias inteiras na categoria de vilas ou freguesias. Este era o mundo real, e o ideal, aos olhos dos europeus, era aquele trazido por Alencar no papel de seu herói Peri, sempre cordato e submisso ao jugo português.

O **positivismo** é uma corrente filosófica que surgiu na França no começo do século XIX. Os principais idealizadores do positivismo foram os pensadores Auguste Comte e John Stuart Mill. Esta escola filosófica ganhou força na Europa na segunda metade do século XIX e começo do XX. É um conceito que possui distintos significados, englobando tanto perspectivas filosóficas e científicas do século XIX quanto outras do século XX.

Desde o seu início, com Auguste Comte (1798-1857) na primeira metade do século XIX, até o presente século XXI, o sentido da palavra mudou radicalmente, incorporando diferentes sentidos, muitos deles opostos ou contraditórios entre si. Nesse sentido, há correntes de outras disciplinas que se consideram "positivistas" sem guardar nenhuma relação com a obra de Comte. Exemplos paradigmáticos disso são o positivismo jurídico, do austríaco Hans Kelsen, e o positivismo lógico (ou Círculo de Viena), de Rudolf Carnap, Otto Neurath e seus associados.

Para Comte, o positivismo é uma doutrina filosófica, sociológica e política. Surgiu como desenvolvimento sociológico do iluminismo, das crises social e moral do fim da Idade Média e do nascimento da sociedade industrial - processos que tiveram como grande marco a Revolução Francesa (1789-1799). Em linhas gerais, ele propõe à existência humana valores completamente humanos, afastando radicalmente a teologia e a metafísica (embora incorporando-as em uma filosofia da história). Assim, o positivismo associa uma interpretação das ciências e uma classificação do conhecimento a uma ética humana radical, desenvolvida na segunda fase da carreira de Comte. O positivismo defende a ideia de que o conhecimento científico é a única forma de conhecimento verdadeiro. De acordo com os positivistas somente pode-se afirmar que uma teoria é correta se ela foi comprovada através de métodos científicos válidos. Os positivistas não consideram os conhecimentos ligados a crenças, superstição ou qualquer outro que não possa ser comprovado cientificamente. Para eles, o progresso da humanidade depende exclusivamente dos avanços científicos.

(Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Positivismo>)

Advento da República: uma política integracionista

Pouca coisa se modificou com a Proclamação da República, pois algumas mudanças já tinham ocorrido, como a libertação dos escravizados. Na prática, o sistema escravocrata não mais se sustentava, pois ficara muito caro manter um grande grupo de pessoas sob o comando de um único "dono". Libertar os escravos foi ato contínuo do sistema que praticamente abandonou os negros alforriados, gerando uma pequena multidão de desempregados que aceitava ganhar muito pouco para manter-se, depois da não obrigatoriedade da manutenção dos mesmos. Isso ocorreu do ponto de vista econômico que, na realidade, era o que interessava ao sistema em voga. O capitalismo estava surgindo com força total, inspirado na ideia de desenvolvimento, progresso e evolução; ou seja, a nova ordem econômica mundial nascida com a Revolução Industrial na Europa, que trouxe a livre iniciativa, a exploração da mão de obra assalariada, o êxodo rural, a organização social das cidades, também chegava ao Brasil através da Proclamação da República, um grito dado pelas próprias conjecturas políticas e sociais reinantes na Europa.

Do ponto de vista ideológico, tudo isso era pautado por uma corrente de pensamento baseada na ideia de que a humanidade estava passando por mais um estágio histórico, que culminaria com a felicidade de todas as pessoas. Parte desse conceito foi preconizada por **Charles Darwin**, em sua teoria da evolução, que, por sua vez, deu corda para o nascente **positivismo**. A palavra de ordem era progresso, desenvolvimento, expansão agropastoril, comunicação, integração nacional.

E foi com este mote ideológico que a política indigenista brasileira foi estabelecida e criou-se, em 1910, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Essa iniciativa pioneira foi sendo gestada desde o começo da República pela liderança de **Cândido Mariano da Silva Rondon**, um destemido filho do povo Bororo que seguiu a carreira militar e se tornou o primeiro dirigente da nova autarquia, que tinha como missão institucional a expansão das fronteiras agrícolas e das linhas telegráficas que vieram a unir o Brasil de norte a sul. Nesse árduo trabalho, estas frentes foram encontrando populações sem nenhum contato anterior com o mundo urbano. Rondon, formado nas trincheiras do positivismo, viu nessas populações uma oportunidade ímpar de praticar sua crença de que elas, naturalmente, passariam de sua condição de selvagens para a de civilizadas. Nesse sentido, cunhou a expressão que foi parte integrante das expedições pelo Brasil central: “morrer se preciso for matar nunca”.

O SPI sobreviveu até 1967, quando foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) após ter realizado importantes serviços aos povos indígenas brasileiros e ter sido, a seu modo, uma instituição que começou a revelar ao Brasil seu rosto indígena. Dentre seus defensores mais assíduos estavam os irmãos **Villas Boas** (Orlando, Claudio e Leonardo) e o antropólogo **Darcy Ribeiro**, entre outros.

A FUNAI, criada pelos militares que haviam tomado o poder em 1964, continuou a política desenvolvida pelo SPI, mas tomou providências quanto à aprovação do Estatuto do Índio, no qual está contida o que viria a ser a política indigenista do Estado brasileiro dali por diante. Grosso modo, não fugiu ao modelo integracionista adotado anteriormente, porém criou possibilidades de fazer com que as populações indígenas fossem cada vez mais integradas à sociedade nacional. De certa forma, a FUNAI aprofundou a política assistencialista criando dependência econômica e política de muitos indígenas. Isso tudo aconteceu no início da década de 1970, e assim continuou até os anos 1980, quando, após a abertura política, a sociedade se mobilizou para fazer aprovar a nova Carta Magna que mudaria a política. Desde então, houve mudanças que foram preconizadas pelo movimento social e pelos próprios indígenas, organizados para fazer valer seus direitos.



Para saber mais

Darcy Ribeiro escreveu importantes livros falando sobre as populações indígenas, e o SPI. Seus trabalhos teóricos ajudaram o Brasil a conhecer melhor a história dos indígenas brasileiros. Leia especialmente:

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Casa do povo Kuikuro (Üne)



RESUMO DA OCA

Vimos, neste capítulo que, desde XVI, o Brasil desenvolveu políticas para os povos indígenas e que essas soluções obedeciam a diferentes interesses econômicos e sociais de acordo com a época em questão.

Pudemos verificar que a política *exterminacionista*, inicialmente, tinha a ver com o extermínio dos indígenas por considerá-los um empecilho para a exploração colonial. Em seguida, foi gestada a política *assimilacionista* com a clara intenção de fazer as diferenças desaparecerem como num passe de mágica, desejando que os indígenas fossem assimilados pela cultura europeia. Essa política não deu certo e, ainda no sistema colonial, mas já no seu finalzinho dele, foi praticada a política *integracionista*, imaginando que as populações indígenas pudessem, por vontade própria, se integrar ao novo modelo de país que surgiu após a Independência, no século XIX. Foi nesse século que também foram criados os principais mitos sobre os indígenas, que ficaram fixados na mente dos brasileiros por causa das ideias trazidas pela Revolução Industrial e pelo pensamento do francês Jean Jacques Rousseau e sua teoria sobre o “bom selvagem”, e pelas literaturas românticas de Gonçalves Dias e José de Alencar, que apresentaram um indígena submisso ao modelo europeu. No fim do século XIX, pudemos perceber que a Proclamação da República não alterou muito o jeito de enxergar os povos indígenas, mas trouxe um elemento novo no trato com aquelas populações que ainda não tinham contato com o Brasil, por meio da sensível política desenvolvida por Cândido Mariano Rondon, o marechal responsável pela criação do SPI - uma instituição que foi posteriormente substituída pela FUNAI sob a égide dos militares, que tomaram o poder em 1964, e que até hoje ainda é responsável pela política para os povos indígenas.

Ilustração: Ana Rita da Costa

CRIANDO PIOLHOS

sugestão de atividades

Agora que terminou a leitura deste capítulo, você pode retomar a ideia do título, A difícil arte de ser “índio” no Brasil, procurando entender o que ele sugere. Ali está dito que ser “índio” é uma arte ou será que está dizendo que é como viver numa corda bamba? Isso poderia ser um bom ponto de partida para gerar uma boa discussão entre você e seus colegas

Em seguida, volte à crônica inicial e se proponha a responder os motivos que levam as pessoas a desenvolverem uma visão estereotipada sobre os povos indígenas.

Para finalizar, você poderia fazer um exercício interessante: reescreva a crônica mudando os personagens e imaginando como seria a reação de indígenas se a situação fosse invertida. Ou seja, como seria a crônica contada por um não indígena que vivenciou a experiência em uma aldeia.

Outra sugestão é ouvir a música Cara de Índio, do Djavan. Ela pode ser acessada no endereço



https://www.youtube.com/watch?v=_JcoUtwY2Do

Depois de ouvi-la tente identificar os conceitos presentes e como o compositor solucionou as questões apresentadas. Se for possível, converse com alguém a respeito da letra da canção, que pode ser encontrada no site oficial do cantor e compositor: www.djavan.com.br. Pode ser na escola, no clube, na igreja, na roda de amigos, o importante é tentar levantar alguns pontos que possam ajudar a reflexão sobre o tema.

O que fazer
com isso que
agora sei?



Cultura material Guarani.
Foto: Adriana Caminitti.

VOCÊ FALAR MINHA LÍNGUA?

Estava eu numa cerimônia em que se discutiria a implantação de políticas públicas para os indígenas da cidade de São Paulo. Eu havia sido convidado, junto com os Guarani da capital, para fazermos parte daquele evento.

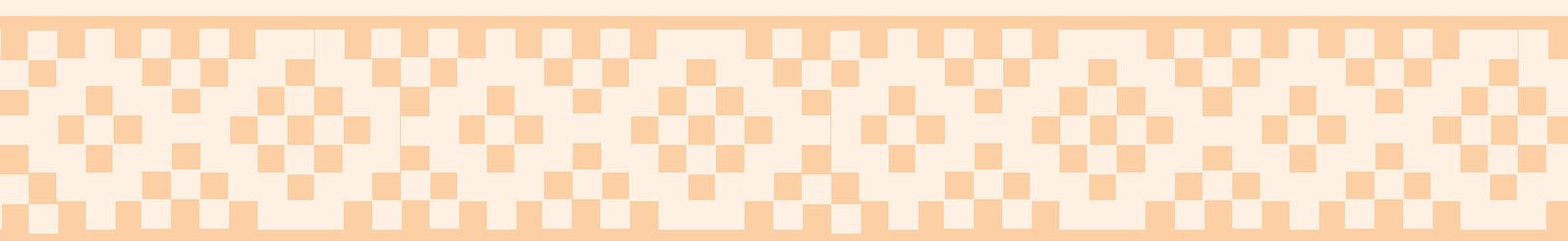
Coloquei um *blazer* bem confortável, pois fazia frio. Enfeitei minha cabeça com um belo cocar que havia trazido de minha aldeia dias antes. Aproveitei que os parentes Guarani estavam todos pintados com sua marca tradicional e fiz em mim uma pintura característica de meu povo. Assim me apresentei.

A cerimônia correu uma maravilha e estávamos todos relativamente contentes com o desfecho. A hora era de comemoração pela conquista alcançada. E foi aí que aconteceu uma cena muito surreal, coisa que, se contar, a gente não acredita. Vou contar, pois a vivi.

Olívio Jekupé, escritor Guarani, e eu nos postamos de pé para observar o movimento que àquela hora estava bastante frenético. No palco do evento, algumas atrações se revezavam mostrando a diversidade de manifestações culturais. Eram grupos do movimento negro, de culturas populares, ciganos, entre outros. Ficamos ali meio encolhidos e por conta do frio cruzei meus braços numa pose “a lá touro sentado”. Fiquei assim imperturbável por alguns minutos até que me dei conta que, à minha frente, estava postada uma senhora que me observava com cara de quem não estava entendendo nada. Olhava-me como se mirasse uma escultura grega de carne e osso.

Quando dei por mim e percebi a situação, fiz uma cara bem sisuda, minha melhor cara de mau e a fitei. Ela levou tamanho susto que deu um passo para trás. Depois, foi se achegando até que criou coragem para falar.

– Você fala a minha língua?



Não estranhei a pergunta. Afinal, nesse trabalho que desenvolvo há muito anos, aprendi não estranhar nada especialmente quando a pergunta é feita por crianças. Mas nesse caso, balancei. E resolvi não responder. Pior que isso: ignorei como se não fosse comigo. Permaneci ali, de pé e com os braços cruzados exercitando minha fama de mau.

A senhora continuava postada à minha frente. Não arredou pé e também não demorou muito para que meus amigos, que estavam ali por perto, se aproximassem ainda mais para ver o desenrolar da cena. Alguns já até riam tentando adivinhar o desfecho. De repente, a senhora – que não devia ter mais de um metro e meio de altura e tinha cabelos vermelhos – voltou ao “ataque”, falando um pouco mais alto, mais lento e acompanhada de mímica.

– Você fala a minha língua?

Tive que fazer um esforço danado para não soltar uma sonora gargalhada. A cena foi muito cômica, e os parentes indígenas já não se aguentavam mais. Mesmo Olívio – que sabia o que eu estava pretendendo – não interferiu e deixou rolar. Para variar, fiquei imóvel diante da pequena senhora, que continuava sem acreditar que estava diante de um “selvagem” que nem sequer sabia se articular em português.

Mas ela precisa tirar a prova dos nove.

– Você falar (gestos, mímicas, trejeitos bocais) minha língua?

Nessa altura ninguém mais se aguentava. Sequer acreditavam naquilo acontecendo.

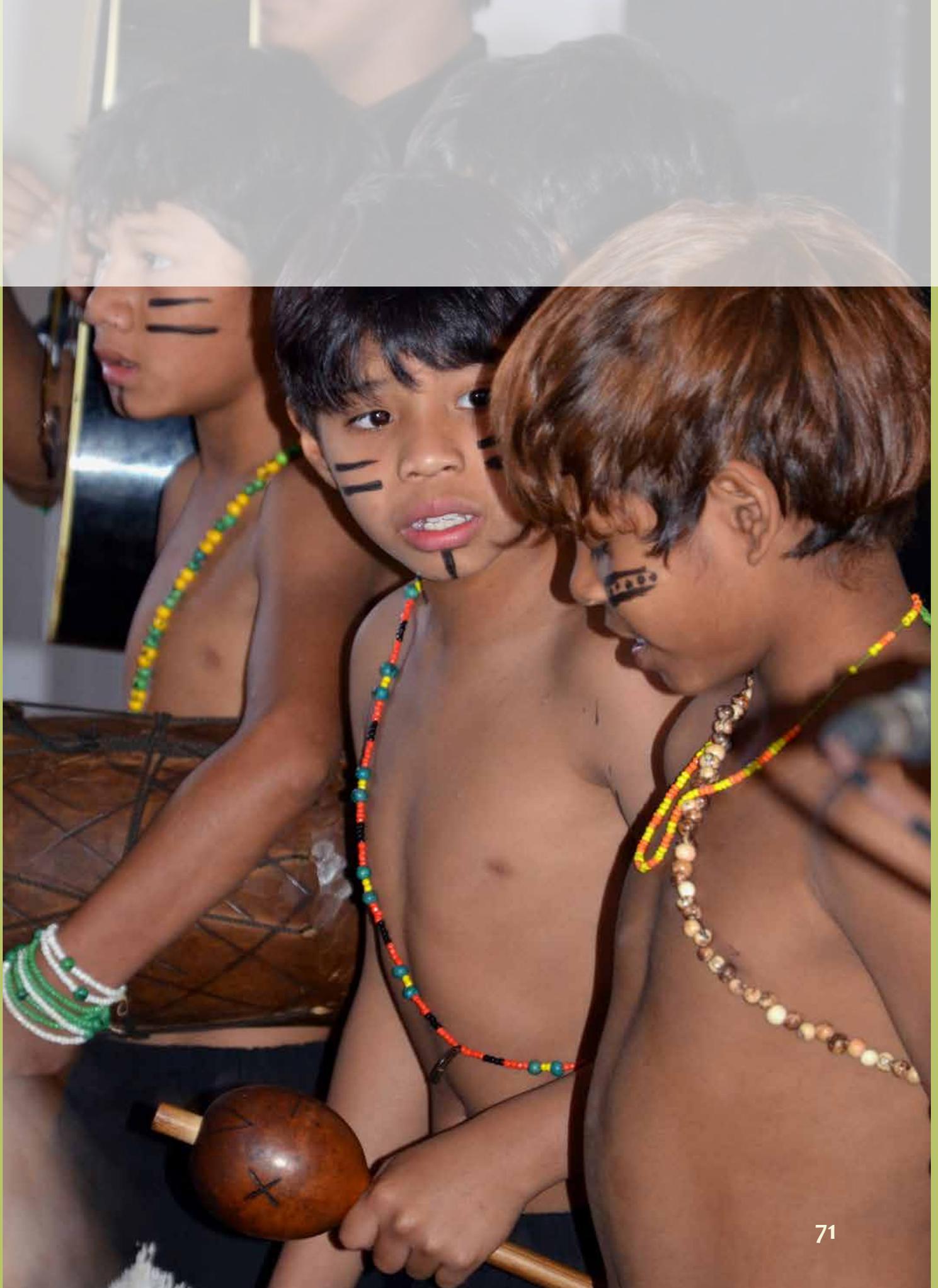
Vendo que não conseguia arrancar de mim uma única palavra em português, a nobre senhora apenas virou-se para o Olívio Jekupé e disse:

– Acho que ele não ouve direito.

E foi embora sem esperar nenhuma explicação.

4

O MOVIMENTO INDÍGENA E OS INDÍGENAS EM MOVIMENTO: NOVAS FORMAS DE FAZER POLÍTICA



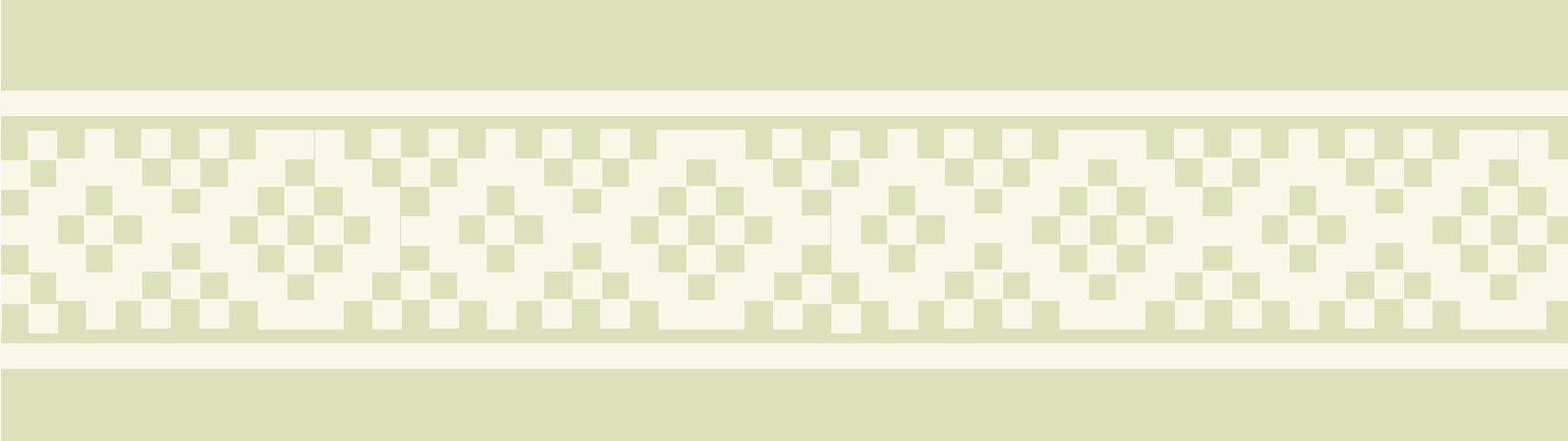


Cultura material Guarani.
Foto: Adriana Caminitti.

Vimos no capítulo anterior, toda a política do Estado em relação aos povos indígenas ao longo da história brasileira. Pelo senso comum, dá impressão que as populações nativas foram apenas receptáculos passivos do que era feito, mas sabemos que nunca foi assim. As populações indígenas sempre reagiram aos desmandos. Às vezes de forma pacífica, por acreditarem que as mudanças eram para seu próprio bem – é claro que isso era a voz da ideologia que fazia eco – ; outras vezes, a reação aconteceu de forma violenta, sendo utilizadas estratégias capazes de fazer frente às armas de fogo e o maior poder de mobilização dos colonizadores.

Vale lembrar aqui que até a década de 1960, havia uma ideia espalhada de que os indígenas, do jeito que estava sendo conduzida a política de Estado, não chegariam a conhecer o século XXI. Tal ideia estava baseada na visão integracionista que profetizava que os indígenas aceitariam sua condição de neo-brasileiros e passariam a viver uma vida mais apropriada aos princípios da “civilização”.

Talvez tudo caminhasse mesmo para esse fim, caso não houvesse uma pequena revolução que se iniciou na década de 1960 e que foi protagonizada pela Igreja Católica, especialmente pela Igreja Católica Latino Americana. Não podemos esquecer que toda a América Latina vivia problemas políticos graves. Quase toda ela estava sob a égide de regimes totalitários e militares que violavam os direitos humanos com perseguições aos seus opositores. Violência foi a palavra de ordem desses governantes. Bispos católicos eram barbaramente assassinados; líderes comunitários, perseguidos e torturados; artistas sofreram com a censura, atores e atrizes foram exilados; e políticos desapareciam. Enfim, foram anos de muito medo e terror. E foi nesse contexto que a Igreja Católica reuniu seus pastores e decidiu fazer uma opção preferencial pelos pobres. A igreja assumiu compromisso social de lutar pelos oprimidos, contra as injustiças, colocando em prática a máxima que sempre proferiu: “Ele está no meio de nós!” Com esse lema, a igreja passou a protagonizar uma nova relação com a sociedade, assumindo suas dores, propondo mudanças, enfrentando seus algozes. Ela humanizou sua atuação e arregaçou as mangas no sentido de fazer valer a presença de um Deus histórico que se incomoda com o sofrimento de seus filhos. No Brasil e na América Latina, isso foi chamado de Teologia da Libertação, e foi uma forma de atuar nas comunidades, nas periferias das cidades, no campo. Foram criadas as Comunidades



Eclesiais de Base (CEBs) com intuito de organizar o povo a fim de discutir seus problemas e encontrar soluções por meio de reivindicações ao poder público, acreditando que, assim, a sociedade poderia ser transformada. Foi um tempo de educação popular com base no método Paulo Freire. Enfim, a Igreja criou raízes no coração do povo porque confiou que assim estaria cumprindo de maneira honrosa sua missão evangelizadora.

Tal ação chegou às aldeias indígenas, pois, dentre as várias organizações nascidas na Igreja e os vários núcleos de reflexão, nasceu o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), responsável por implantar um novo modelo de relação entre a instituição e os povos indígenas brasileiros. Para isso, foi preciso educar os missionários que atuavam em aldeias indígenas, mas que ainda seguiam antigo modelo de catequese, para que eles se aproximassem mais das comunidades de fiéis – nesse caso, indígenas.

Com a nova metodologia criada pela Teologia da Libertação, os missionários tiveram que aprender a conviver com os indígenas não mais como superiores, mas como irmãos que compartilham da mesma dignidade. Tiveram, de aprender a ouvir as reivindicações das comunidades para que pudessem dar uma resposta concreta ao que ali verdadeiramente se passava. Passaram a ter a certeza de que não bastava alimentar o espírito, a alma dos indígenas, era essencial sofrer com eles as dificuldades e ainda buscar soluções efetivas.

O resultado disso tudo foi a criação de assembleias de caciques. Inicialmente, o Cimi conseguiu reunir um pequeno grupo e, ano após ano, o número de participantes foi aumentando cada vez mais. Eram líderes de diferentes estados brasileiros; cada um deles trazia uma história diferente, quase sempre de sofrimento, descaso público, violência institucional, fome, desnutrição, entre outros problemas. Eram representantes de povos distintos que não se conheciam, e alguns até se desprezavam ou se tratavam como inimigos milenares. No entanto, o que essas assembleias trouxeram como novidade foi o fato de que as lideranças não se sentiam vítimas porque estavam isoladas umas das outras. Algumas sequer sabiam da existência de outros “índios”, por causa do isolamento em que viviam. Com os encontros, passaram a perceber que viviam os mesmos problemas e dificuldades e que tais problemas precisavam ser resolvidos de uma forma integrada, sendo necessária uma articulação nacional para que toda a sociedade pudesse tomar conhecimento da real situação dos povos indígenas.

“Somos aqueles por quem esperamos”

Vamos falar aqui da década de 1970. Época dos grandes projetos econômicos; da Transamazônica, de Tucuruí, do tricampeonato mundial e dos tempos mais repressores do regime militar. Tempo em que a Funai passou a gerenciar as políticas indigenistas do Estado oferecendo às populações nativas projetos de desenvolvimento econômico, de inserção no mundo civilizado. Durante toda essa década, os indígenas continuavam se articulando para fazer frente ao plano de apagar suas identidades; plano esse que estava inscrito no Estatuto do Índio.

Foi, no entanto, no início da década de 1980, que surgiu a primeira mobilização política efetivamente indígena. Nessa época, um grupo de jovens indígenas se encontrou em Brasília. Eram estudantes enviados de suas comunidades para se formarem na universidade. Eram jovens que obedeciam à convocação de seus povos e que, também, de certa forma, faziam parte da estratégia do governo de qualificar indígenas para o mercado de trabalho. Esses jovens não se conheciam anteriormente e se encontraram, por acaso, na capital. Entre conversas sobre estudos e futebol, temas políticos foram nascendo e um sentimento de ter que fazer algo foi tomando conta do grupo, criando um clima de pertencimento e compromisso.

Marcos Terena – um dos jovens estudantes de Brasília – lembra que tudo começou por conta do interesse comum: o futebol. Em um primeiro momento queriam apenas “jogar bola” como quaisquer outros jovens. Como eles pertenciam a diferentes “nações,” decidiram chamar o time de UNI – União das Nações Indígenas. Ele disse, em um depoimento que após as partidas reuniam-se para conversar, e desses diálogos foram surgindo questões de cunho político que acabaram por chamar atenção dos militares que presidiam a Funai. Isso tudo resultou na tentativa de deportação dos jovens para suas aldeias. Ou seja, o governo queria mandá-los de volta para suas comunidades. Houve uma pequena rebelião contra aquela atitude autoritária e isso estabeleceu o início do movimento indígena.

Esses jovens foram criando uma noção de pertencimento a um Brasil que ainda desconheciam. No processo de “descobri-lo” fortaleceram a identidade

étnica original e estabeleceram uma nova atitude que sempre repetiam: “Posso ser quem você é sem deixar de ser quem sou”. Com isso lembravam aos brasileiros que se consideravam também brasileiros, mas com o direito à diferença.

Esse movimento se organizou e buscou aliados dentro da própria sociedade brasileira – como a OAB, USP, PUC, partidos políticos, movimentos sociais, etc. – ; conquistou um espaço significativo organizando ações e facilitando o surgimento de instituições pró-índio. Toda essa movimentação acabou gerando campanhas que culminaram com a aprovação de dois artigos¹¹ na Constituição de 1988, que modificaram a visão da política indigenista nacional.

Pela nova Constituição, os povos indígenas não são mais tratados como “coisa do passado” ou como povos em vias de desaparecimento. Ali eles conseguiram aprovar um novo *status*, uma nova condição; e dessa vez são tratados como cidadãos brasileiros, como grupos que pertencem a este território e têm direitos de ser tratados de maneira diferenciada. A Constituição lhes garante o direito a existir enquanto povo, podendo, assim, se organizar em instituições, associações para reivindicar, cobrar, acionar o Estado brasileiro; denunciando maus-tratos, e cobrando educação diferenciada, assim como políticas públicas para o atendimento da saúde. Tudo isso está contida na Carta Magna e deve ser respeitado, porque a nação brasileira assim determinou.

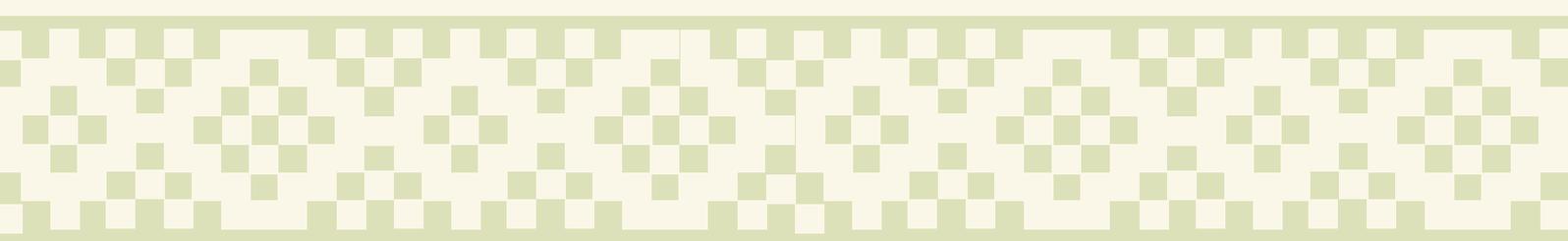
Atento mais uma vez para o fato de que essas conquistas não foram um presente oferecido às populações indígenas, e sim direitos conquistados a duras penas. Essas populações continuam enfrentando outros setores da sociedade que defendiam – e defendem – seus próprios interesses econômicos e que também levantam questionamentos quanto à capacidade indígena de viver de acordo com suas tradições, sem levar em consideração suas características culturais. Infelizmente, ainda é comum os meios de comunicação trazerem manchetes em que desqualificam as populações indígenas ou generalizam seus conteúdos a fim de jogar a opinião pública contra esses povos. Isso mostra que, mesmo com as conquistas constitucionais, há uma campanha permanente contra os indígenas, suas instituições, suas comunidades e seus direitos.



Para saber mais

Defendi minha tese de doutorado, **O caráter educativo do movimento indígena (1970-1990)**, em 2010. Nela falo sobre o movimento indígena brasileiro justamente na época entre 1970 e 1990. Ali faço um passeio pela história e apresento entrevistas com algumas das principais lideranças indígenas. Ela foi publicada pela Editora Paulinas, em 2012.

¹¹ Os dois artigos citados podem ser encontrados em <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/constfed.nsf/16adba33b2e5149e-032568f60071600f/93b6718ed334dc14032565620070ecfc?OpenDocument>



De qualquer forma, é possível constatar que os povos indígenas estão articulados. Há o próprio movimento político que busca melhores condições de vida para as comunidades em todos os setores sociais: saúde, educação, subsistência econômica, participação na política partidária, entre outras coisas. Há também o que é possível chamar de “Indígenas em Movimento”, que são pessoas físicas que se articulam de modo autônomo para participar da vida social; artistas que procuram espaço no campo das artes (cinema, televisão, literatura, música, teatro); esportistas que tentam a sorte no concorrido mundo dos esportes; candidatos a cargos públicos em seus municípios ou estados; professores que tentam seguir a carreira acadêmica, etc. Esses Indígenas em Movimento são pessoas que já têm uma vida nos grandes centros urbanos e que se esforçam para não perder sua identidade étnica, ao mesmo tempo que sonham em ajudar o Brasil a ser mais democrático e assumir suas diferentes identidades.

Essa movimentação – seja do movimento organizado, seja dos Indígenas em Movimento – é um fenômeno que tomou maiores proporções nos anos de 1990. Após a aprovação da Constituição e com os direitos assegurados – mas ainda não alcançados –, as comunidades indígenas passaram a se organizar politicamente, e a demanda por uma educação realmente diferenciada, capaz de responder às necessidades reais, fez com que jovens e adultos quisessem se aventurar no mundo acadêmico, para cursar universidades já pensando nas possibilidades futuras. Além disso, a própria situação em que se encontravam algumas comunidades praticamente obrigou seus integrantes a procurar alternativas econômicas. A consequência de tudo isso foi o crescimento de uma população indígena mais urbanizada e com carências materiais (terra, escola, saúde, alimentos) tamanhas que ocasionou um problema que até então desconhecido: o êxodo para os grandes centros urbanos, formando o que alguns sociólogos batizaram de *urbaíndios*. Ou seja, grupos nativos vivendo em contexto urbano. Os problemas sociais que isso gera ainda estão por ser estudados com mais detalhes, mas já se pode perceber que será preciso repensar a política indigenista brasileira.



Cultura material Kaingang. Acervo Cristino Wapichana. Foto: Daniza Kaingang.

Casa do povo Balatiponé (Xipá)



RESUMO DA OCA

Após o regime militar (1964-1985), a sociedade brasileira exigiu que se elaborasse uma nova Constituição. A Assembleia Nacional Constituinte foi eleita com esse objetivo. O movimento social se mobilizou, tornando a Carta Magna um reflexo de um país novo, democrático e múltiplo em sua formação e cultura. Nela, os povos indígenas puderam ver registrados dois capítulos em que seus direitos são garantidos passando do paradigma integracionista para um novo modelo no qual já não são mais vistos como sociedades em mutação para um estágio superior, mas, sim, como grupos humanos completos em sua dignidade e princípios de vida, que precisam ser respeitados e conhecidos por toda a sociedade brasileira.

O movimento indígena – como instância política – cresceu, e se multiplicaram as organizações comunitárias em busca de reivindicações específicas que culminaram com a necessidade de formar profissionais qualificados em diversas áreas do conhecimento. Essas pessoas – homens e mulheres – formam o que hoje chamamos Indígenas em Movimento, pois atuam de forma autônoma na sociedade brasileira sem abrir mão de sua ancestralidade.

Aqui percebemos que, apesar das muitas conquistas políticas, as populações indígenas ainda são consideradas um entrave para o progresso. Tal pensamento ainda é difundido especialmente por grandes grupos econômicos que têm vasto interesse nas terras tradicionalmente ocupadas pelos povos originários. Essas terras são ricas em minérios – ouro, prata, diamante, nióbio, cassiterita, entre outros –, e atizam a cobiça de diferentes grupos e empresas, tanto nacionais quanto internacionais.

Ilustração: Ana Rita da Costa

CRIANDO PIOLHOS

sugestão de atividades

Creio que uma atividade muito interessante seja fazer uma pesquisa sobre as notícias que a mídia formal (rádio, jornal, revistas) não dá. Busque as notícias veiculadas na internet ou nos meios de comunicação alternativos. Uma pesquisa atenta terá manchetes como:

“Cineasta indígena é premiado em exibição internacional”

“Músico Wapichana ganha festival de música em Roraima e outros prêmios em festivais de música em nível nacional”

“Artista Macuxi expõe suas obras no Rio de Janeiro”

“Ator indígena se destaca em filme nacional”

“Estudante Kaingang é a número um em vestibular do sul do Brasil”

Após a pesquisa reúna os amigos e leia o texto a seguir, escrito por uma professora não indígena e tente fazer a ponte entre os conteúdos aqui discutidos.

O que fazer
com isso que
agora sei?

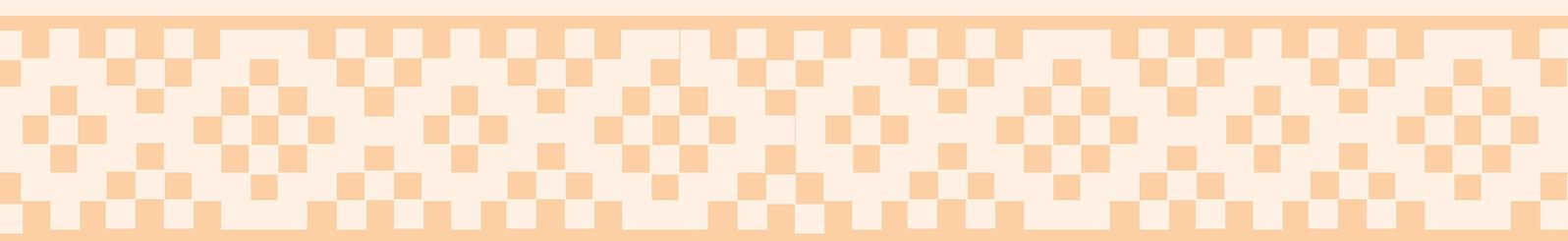


Cultura material Guarani.
Foto: Adriana Caminiti.

UM ÍNDIO EM MINHA CASA

Tania Mara de Aquino Costa

Uma certa manhã, quando eu ainda era muito pequeno para compreender tudo que via, recebemos em casa uma visita muito interessante que despertou curiosidades por toda a nossa rua. Tratava-se de um rapaz de estatura média, traços bem marcados e com uma pele que parecia ter sido especialmente dourada pelo sol.



Trazia seus cabelos longos presos por um elástico e preso a ele uma pequena pena verde que dizia ser de papagaio. Tinha também uma espécie de palito enfiado em uma das orelhas. Ele chegou de maneira bem despojada, usando bermuda e chinelos de dedos. Trazia nas mãos uma mochila na qual guardava uma troca de roupas, um celular e uma máquina fotográfica.

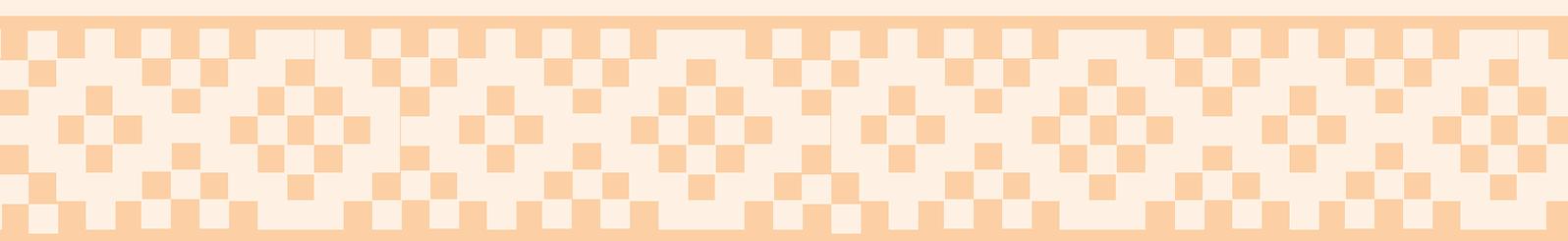
Minha mãe o recebeu muito bem, como quem recebe um velho conhecido e o apresentou a mim e a meus irmãos. Ele foi muito atencioso com todos, nos fez uma saudação e adentrou em nossa casa. Meu pai, então o acomodou, ofereceu-lhe um banho e depois todos fomos saborear um farto almoço, preparado especialmente para sua chegada.

Durante a refeição eu percebi que seu português não era lá essas coisas. De vez em quando eu tinha a impressão de que ele misturava o português a uma outra língua, pois eu não entendia nada do que ele falava. Como ele ficou alguns dias em casa, conforme o tempo foi passando eu fui me acostumando com aquele falar estranho e aquela aparência que minha mãe definiu como exótica.

Meu pai estava com ele o tempo todo. Para onde ia carregava o moço atrás dele. Visitaram alguns lugares típicos da região e o moço pode fotografar tudo. Dizia que ia mostrar à sua família quando voltasse para sua casa. Queria que todos soubessem por onde ele andou, o que conheceu e o que aprendeu. Um dia ele e meu pai fizeram um peixe assado na brasa, todo envolto em folhas de bananeiras. Eu nunca havia visto uma maneira tão estranha de se preparar uma comida. Minha mãe levou uma mesa para o quintal e meu pai levou o som e pôs para tocar um CD com músicas estranhas aos meus ouvidos, com sons de chocalhos, flautas e vozes que pareciam sair do nariz.

O moço contou-nos muitas histórias que ouviu de seus avós e que eram contadas a muitas gerações. Uma delas me interessou bastante e nunca mais esqueci. A história falava sobre o aparecimento de um povo sobre a Terra. Dizia que esse povo vivia no centro da Terra, ou seja, lá dentro da Terra. Mas um dia um caçador, seguindo sua caça, foi subindo, subindo até que, através de um buraco, pode avistar a vida aqui fora. Então ele voltou e contou aos outros. Numa assembleia, tocados pela curiosidade, decidiram subir e atravessar o buraco. Por uma corda subiram primeiro os mais velhos, depois os mais fracos, crianças e mulheres. Mas quando os mais fortes e bravos guerreiros estavam subindo a corda se rompeu. Em seguida um terremoto fechou a passagem entre esses dois mundos, separando para sempre esse povo. Os que ficaram do lado de cá nunca conseguiram encontrar o caminho de volta. Hoje esse povo vive em busca desse paraíso ancestral. Acreditam que após a morte voltarão para lá e encontrarão seus antepassados, bravos guerreiros, fortes e perfeitos.

Nos dias que se seguiram o moço contou outras histórias para mim, meus irmãos e amigos da rua. Histórias bem interessantes e diferentes daquelas que eu costumava ouvir de minha mãe na hora de dormir.



Após as histórias o moço mostrou algumas fotografias que estavam armazenadas na sua câmera fotográfica. Eram fotos de sua esposa e filhos, todos de pele dourada como ele e cabelos negros. Usavam pinturas no rosto e pelo corpo. Outras pessoas apareciam nas fotos. Pensei que o lugar onde moravam devia ser muito quente, porque eles usavam muito pouca roupa. Os homens usavam apenas bermudas e as mulheres, saias ou shorts com camisetas regatas ou tops. Também pensei na sorte que tinham em morar numa casa com um quintal tão grande. Então ele mostrou fotografias com outras pessoas. Havia muitas crianças naquele lugar. Na maioria das fotos elas apareciam brincando num rio. O moço explicou que seu quintal era toda uma floresta. Uma floresta generosa que há muito tempo os acolhia.

Depois disso ele fez uma pausa para falar ao celular numa língua que não entendi. Mais tarde usou a internet para mandar algumas fotos e mensagens aos familiares. Meu pai contou que o moço morava numa aldeia, e que lá haviam construído um local comunitário onde havia computador, televisão e um projetor. Ele disse que embora a aldeia fosse afastada da cidade eles mantinham contato com ela. Não entendi quase nada do que meu pai contou, nem conseguia imaginar o que era uma aldeia, mas percebi que ele ficou muito contente com a presença daquele moço tão diferente em nossa casa naqueles dias. Por muito tempo repetiu que aquele havia sido um dia abençoado, pois pudemos pôr em prática o dom de dar e receber, ou seja, pudemos compartilhar. Novamente não entendi o que ele dizia, mas comecei a notar o quanto meu pai se parecia com aquele moço, tão diferente de minha mãe e das outras pessoas que conhecíamos.

Muito tempo depois, na escola, uma professora preparou uma aula para nos mostrar um modo de vida diferente da vida na cidade. Uma vida em que as pessoas valorizavam mais a natureza interagindo com ela. Então ela leu uma história indígena que descrevia as personagens e seu modo de vida na floresta.

Somente nesse dia eu entendi que eu e minha família havíamos recebido a visita de um indígena. Ele não trazia arco e flecha em sua mochila nem andava nú como os personagens da história lida pela professora, mas nem por isso, menos indígena.

Minha mente, então, começou a fazer as ligações e o caminho natural que acontece quando estamos adquirindo novos conhecimentos e pude perceber porque aquele dia foi tão importante para meu pai. Aquele foi o dia em que ele pode nos mostrar e oferecer aquilo que ele é: um indígena. Embora ele também não use arco e flecha nem fique nú pelo meio da casa e também faça uso de toda tecnologia que conhecemos.

Agora sempre que ouço alguém falar sobre esses povos tão diversos e de culturas tão ricas digo com orgulho que temos um indígena em nossa casa, que enriquece nossa vida e nosso modo de ser. Ele é meu pai.

5

**POR AQUI
TEM
TAMBÉM!!!**



PRESENÇA GUARANI

O grande povo Guarani está presente em 8 estados brasileiros (SP, RJ, MS, ES, PR, SC, RS e PA) e é o maior grupo indígena em números absolutos. Também estão presentes em outros países fronteiriços.

Embora sejam chamados por este único nome, há diferenças entre eles sobretudo no que se refere à língua. Estão divididos em 3 idiomas que melhor os identificam: Nhandeva, Mbyá e kaiowá, estes últimos estão localizados no Mato Grosso do Sul. Cada um dos grupos falantes está presente em diferentes regiões do Brasil.

Culturalmente são parecidos não havendo muita diferença entre eles especialmente nas crenças tradicionais, nos rituais, no uso do tabaco como elemento espiritual, na utilização da “OPY”, casa de rezas e na crença da Terra sem Males, lugar de perfeição onde acreditam possam chegar mesmo antes de morrer. Por conta disso levam uma vida itinerante, sem fortes apegos materiais e simples muitas vezes confundida com pobreza ou miséria.

Para conhecer mais o assunto acesse o link: <http://cpisp.org.br/indios-em-sao-paulo/terras-indigenas/terras-indigenas-em-sao-paulo/>

Agora que já conversamos sobre a presença indígena pelo território brasileiro, vamos nos ater um pouco em nosso estado e no município de São Paulo para vermos como estes grupos sobreviveram e sobrevivem até nossos dias e como podemos inseri-los em nossos estudos sobre os povos indígenas.

Segundo o último censo, realizado em 2010, a população indígena no Estado de São Paulo era de 41.794 habitantes que, na sua maioria (37.915), vive no espaço urbano (IBGE, 2010)¹². Representando apenas 0,1% do total estadual, a população que vive em terras indígenas no Estado de São Paulo estava estimada, pela Secretaria Especial de Saúde Indígena - (Sesai), em 4.964 pessoas.

As terras por eles ocupadas estão localizadas em diferentes regiões do estado, mas há uma concentração maior no Litoral Norte e no Vale do Ribeira. A maior população nessas terras é do povo Guarani Mbyá e Tupi Guarani (Ñandeva). Os Kaingang, juntamente com os Terena, Krenak, Fulni-ô e Atikum, ocupam três terras indígenas na região Oeste do estado.

São 30 as terras indígenas no Estado de São Paulo que já contam com algum tipo de reconhecimento por parte do governo. Tais áreas somam aproximadamente 48.771,316 hectares localizados na área de aplicação da Lei da Mata Atlântica¹³, contribuindo para a conservação da diversidade biológica e cultural do bioma. Porém, apenas catorze delas encontram-se regularizadas, sendo que das outras dezesseis, doze encontram-se na fase inicial do processo de demarcação e não foram nem identificadas.

Um dos maiores desafios das comunidades, é o de promover a gestão ambiental e territorial, que na maior parte das vezes não oferecem as condições ambientais e ecológicas ideais para a reprodução física e cultural o que gera doenças sobretudo nas crianças.

¹² IBGE. Censo demográfico 2010: características gerais dos indígenas: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 244 p.

¹³ Para conhecer melhor esta Lei, sancionada em 2006, acesse o link: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=526>

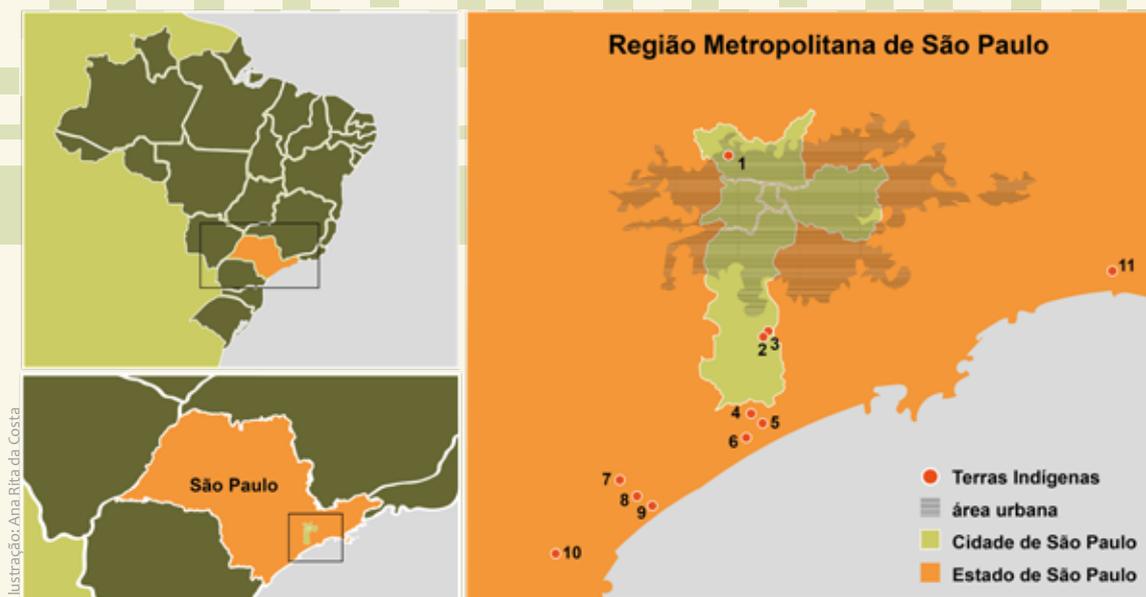


Ilustração: Ana Rita da Costa

No Município, onde eles estão?

Segundo a ONG Opção Brasil¹⁴, há cerca de 13 mil indígenas morando na cidade de São Paulo. Parece um número exorbitante, não é mesmo? Esse número representa uma fatia populacional considerável, se atentarmos ao fato que ele diz muito sobre o tipo de cuidado que a sociedade brasileira tem dispensado a essas gentes. O número apresentado acima, deixa um vácuo no sentido de informar, de verdade, o tanto de gente originária que habita na cidade. Segundo, Marcos Aguiar, coordenador do programa Índios na Cidade da ONG Opção Brasil, pode-se chegar ao número de 90 mil indígenas vivendo no município e na grande São Paulo. Eles seriam oriundos de 53 povos diferentes que foram chegando por aqui, provavelmente fugindo das perseguições em seus lugares de origem ou na busca de melhores condições de vida para suas famílias. Para exemplificar, ele cita alguns deles: Guarani (de toda América do Sul), Pankararu, Fulni-ô, Atikum (Pernambuco), Kariri-Xocó (Alagoas), Pankararé (Bahia) e o Potiguara (Paraíba). Há outros tantos ainda e que são oriundos, inclusive da região norte e centro-oeste brasileiro.

É bom não esquecer – para evitar o espanto absoluto – que esse fenômeno da urbanização dos indígenas é comum e ocorreu ou ocorre em diferentes países da América Latina e nos países desenvolvidos. Esses deslocamentos são frutos das constantes migrações e crescimentos das cidades que vão alcançando as áreas rurais e as terras indígenas. É, portanto, uma consequência da falta de atenção aos processos de ocupação territorial.

Legenda das Terras Indígenas:

1. TI Jaraguá
2. TI Barragem
3. TI Guarani do Krukutu
4. TI Rio Branco
5. TI Guarani do Aguapeú
6. TI Itaóca
7. TI Peruíbe
8. TI Piaçaguera
9. TI Piaçaguera
10. TI Itariri
11. TI Ribeirão Silveira



Para saber mais

Para maior aprofundamento desse tema, sugerimos a leitura da interessante postagem feita pela Comissão Pró-Índio. Ela pode ser encontrada no site da instituição: <http://cpisp.org.br/indios-em-sao-paulo/terras-indigenas/indios-na-cidade>.

¹⁴ Esta Organização Social atua em diversas frentes e desenvolve o Programa Índios na Cidade em que procura dar visibilidade à presença indígena em contexto urbano. Para conhecer o trabalho, click no link: <http://opcaobrasil.org/cultura-e-diversidade/>

Onde estão esses indígenas? Por que não os vemos?

Não existe uma resposta pronta para essa questão, mas como já vimos anteriormente as políticas públicas quase sempre penderam para o apagamento dessas culturas que foram se tornando cada vez mais invisíveis. Para ilustrar, veja o depoimento abaixo:

“Uma indígena foi ao posto de saúde do seu bairro para receber a vacina contra a gripe suína, mas foi impedida pois a atendente alegou que ela não era indígena”, conta Chirley Pankará, coordenadora pedagógica dos Centros de Educação e Cultura Indígena (CECI) localizados nas aldeias de São Paulo.

Esse depoimento mostra que a população brasileira não está com o “olhar devidamente treinado” para perceber que os traços culturais não podem mais ser percebidos a olho nu, conforme a antiga imagem estereotipada. Os tempos mudaram, e é preciso formar as novas gerações com olhares mais refinados para sairmos desse tipo de situação que constrange, humilha, oprime.

Passos largos estão sendo dados nessa direção, vale dizer. No ABC paulista, o consórcio formado por sete municípios formulou políticas públicas voltadas aos indígenas em contexto urbano que devem ser implementadas até 2020. Aqui na capital, a criação da Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial (Sepir), em 2013, reconheceu essas presenças invisíveis e desenvolveu ações no sentido de dar visibilidade às produções culturais, artísticas, literárias dessas populações.

O fato mesmo deste material que lhes chega às mãos, produzido por indígenas, mostra o esforço que a secretaria da educação está fazendo para oferecer novos olhares e, sobretudo, para inserir na formação dos educadores e dos educandos de nossa cidade, essas populações esquecidas.

Casa do povo Guarani (Opy)



RESUMO DA OCA

Neste capítulo vimos que os indígenas também estão em São Paulo, essa grande metrópole brasileira. Estão resistindo, apesar de muitos séculos já terem passado e a cidade ter sufocado muitas de suas expressões.

Os povos indígenas estão por aqui buscando traçar um caminho para manter suas culturas apesar de tantas dificuldades e incompreensão porque ainda passam. No entanto, mantêm viva sua dignidade mostrando que é possível outro caminho de convivência e respeito com a natureza e com as pessoas que as cercam no contexto urbano em que vivem.

Tentar compreender a contemporaneidade dessas culturas é fundamental para que se mantenha o respeito e a dignidade delas.

Este capítulo vem nos mostrar que nossos povos têm muita clareza de seu lugar no mundo. Cabe a nós, educadores e educadoras, encontrar estratégias para discutir alternativas para que esses modos de vida possam ter um lugar, não apenas na escola ou na cidade de São Paulo, mas no coração de todos os brasileiros.

Ilustração: Ana Rita da Costa

O que fazer
com isso que
agora sei?



Cultura material Guarani.
Foto: Adriana Caminitti.

CRIANDO PIOLHOS

sugestão de atividades

Uma das perguntas mais recorrente, entre os educadores, é: como trabalhar a temática indígena em sala de aula?

Não existe uma resposta única e fácil para esta questão porque se trata de um tema muito vasto, difícil e complexo. Aqui neste caderno de orientações queremos fazer algumas sugestões do que fazer lembrando, desde já, que cada educador e educadora precisa buscar outras referências para complementar nossas dicas.

Elencamos alguns temas que podem facilitar nosso trabalho. São eles:

- A) Jogos e Brincadeiras
- B) Grafismos e pinturas corporais
- C) Cultura Material
- D) Narrativas (contação de histórias)
- E) Músicas e Danças
- F) Vídeos
- G) Literatura



Cultura material Kaingang.
Acervo Cristino Wapichana.
Foto: Daniza Kaingang.

Início de conversa: identidade cultural

Talvez o ponto principal quando se inicia um trabalho com a temática indígena é buscar um ponto de apoio que nos permita adentrar o tema com clareza. Neste sentido queremos propor uma atividade de interação das crianças¹⁵ que as ajude a incorporar o assunto ao seu dia a dia, inclusive com a colaboração dos pais e familiares.

Em busca de nossa ancestralidade: um mapa identitário

A ideia desta primeira atividade é traçar um perfil dos estudantes quanto à sua origem e percepção de sua identidade étnica. O ideal será sempre que o tema não seja apresentado para eles neste primeiro momento, mas que possam ir conseguindo perceber-se dentro do tema na medida de seu desenvolvimento.

Monte um mapa interativo que permita que eles descubram suas origens geográficas e se percebam parte de um segmento da sociedade tal como é definido pelo próprio IBGE. Pode ser surpreendente a forma como se vêm para que possam ser apresentados para a diversidade indígena.

- 1) Questionário sobre suas origens geográficas (com a ajuda dos pais);
- 2) Montagem do mapa das identidades (brancos, indígenas, negros, pardos);
- 3) Diálogo sobre este mapeamento pedindo que eles se identifiquem nele;
- 4) Apresentação das outras identidades brasileiras: os indígenas brasileiros.
 - 4.1) Dividir a classe em grupos e dar a eles nomes de povos indígenas de São Paulo ou presentes na capital (Guarani, Tupi-Guarani, Tere-



Para saber mais

MUNDURUKU, Daniel. **Crônicas de São Paulo: Um olhar Indígena**. São Paulo. Callis Editora, 2004.

Neste livro, o autor faz um passeio por vários bairros da cidade de São Paulo que trazem nomes indígenas. É um título que já faz parte do acervo das bibliotecas municipais e pode suscitar a criação de um roteiro turístico.

¹⁵ Nossa sugestão vale ser praticada em todas as anos. Caberá ao professor/a adaptar às idades de seus estudantes.



Cultura material Guarani.
Foto: Adriana Caminitti.

na, Kaingang, Pankararu, Wapichana e Munduruku, por exemplo) ou com os bairros batizados com palavras de origem indígena como Jabaquara, Carandiru, Tietê, Anhangabaú, etc.

- 4.2) Palavras indígenas presentes em nossa língua e no cotidiano e organizar um pequeno quebra-cabeça ou jogo da memória com elas: Pipoca, açaí, mandioca, curumim, jabuti, jiboia, oca, paçoca, mingau, maracujá, abacaxi, entre outras.¹⁶
- 4.3) Rodas de Histórias é outro momento sequencial que pode facilitar a entrada no tema. O(A) educador(a) pode fazer a escolha de livros que permitam introduzir a temática de forma mais lúdica e interativa¹⁷. Nossa sugestão é que com crianças pequenas sejam priorizadas fábulas por trazerem animais como protagonistas e por apresentarem alguns valores da vida indígena. Isso é uma boa deixa para propor jograis, encenações, jogos com animais. Vejam que a temática perpassa muitos conteúdos que podem ser trabalhados de forma descontinuados. Aqui sugerimos o Jogo da Onça (https://pt.wikipedia.org/wiki/Jogo_da_on%C3%A7a) para ilustrar a possibilidade de fortalecer um saber matemático das crianças a partir de uma prática de aprendizado indígena.
- 4.4) Aproveitando o ponto anterior seria bom convidar avós para virem conversar com as crianças. Poder-se-ia propor a criação de um **Conselho de Anciãos** para a valorização das vozes dos avós, dos velhos, dos sábios (eis um outro tema paralelo que se pode desenvolver sobre o papel dos avós na sociedade brasileira).

¹⁶ Um livro muito interessante traz estas e outras palavras de origem tupi. Trata-se de Pororoça, Pipoca, Paca e outras palavras do Tupi. Marcos Bagno e Orlene Lúcia S. Carvalho. Editora Parábola.

¹⁷ No final deste capítulo disponibilizamos uma longa lista de livros que podem ser utilizados com esta finalidade. Além disso, há todo o acervo disponível nas salas de leituras e bibliotecas da rede municipal.

Segundo momento

Depois de ter feito este primeiro *exercício de pertencimento*, os educadores podem avançar para outras atividades de acordo com as idades das crianças e seguindo um planejamento que vá introduzindo o conteúdo de forma mais bem elaborada e aprofundada.

Pensando nisso sugerimos a seguinte sequência:

Crianças pequenas

Rodas de histórias sobretudo de fábulas, encenações, grafismos e pinturas corporais.

Vídeos como Moana ou Pocahontas podem ser interessantes para ilustrar aspectos das culturas indígenas como o respeito às tradições, o pertencimento à natureza e o cuidado com a família. Conferir outros vídeos no link abaixo:



www.mirim.org

Jogos de memória para fixar nomes de pessoas e lugares de origem indígena.

Passeios nos territórios urbanos que tenham a presença indígena ou onde haja lembranças dessas presenças (nome de lugares, ruas, praças ou bairros).

Jogos e brincadeiras indígenas podem ser pesquisados para ilustrar o conteúdo e proporcionar uma divertida forma de aprendizagem para os estudantes. Ver o seguinte endereço na web:



<https://mirim.org/como-vivem/brincadeiras>

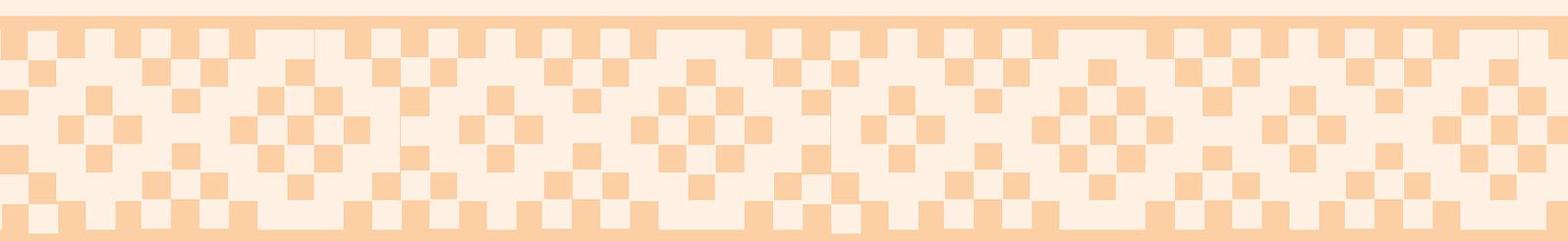


Cultura material Kaingang.
Acervo Cristiano Wapichana.
Foto: Daniza Kaingang.

Fundamental I

- Rodas de histórias especialmente as de origem dos elementos da natureza (fogo, estrelas, lua, rios...) que despertem o imaginário. Grafismos e pinturas corporais acompanhadas de explicações sobre seus usos (traçando um paralelo com a moda de tatuar o corpo hoje muito em voga no Brasil);
- Histórias de origem dos alimentos (mandioca, frutas, peixes, animais) possibilitam trabalhar com a origem de nossos hábitos à mesa, a culinária brasileira e a influência da alimentação indígena. É uma boa oportunidade para preparar um cardápio escolar com base na culinária indígena. Pode-se trabalhar também o calendário indígena o que permitirá estudar os diferentes biomas brasileiros e a influência dos astros sobre a produção de alimentos ou sobre a mudança climática. Os professores envolvidos podem propor a construção de maquetes, desenvolvimento de hortas escolares com a colaboração da comunidade. Preparar alimentos como exercício e resultado seria também muito interessante.
- Músicas como *Pindorama*, da Palavra Cantada ou *Mestiçagem*, de Antonio Nóbrega ajudaria a iniciar uma conversa sobre a origem da cultura brasileira. Baseados na experiência de ouvir e contar histórias, os educadores envolvidos poderiam criar algum tipo de concurso entre os estudantes (literário, gráfico, musical, teatral...). Bom seria também conhecer a musicalidade dos Guarani, seus cantos e suas danças;
- Como aproveitar as lendas que já existem e são conhecidas para trabalhar a temática indígena? O primeiro passo é trazer para a roda de conversa o que já é do conhecimento deles. Mula-sem-cabeça, o boitatá, o saci-pererê, a lara, a Matinta-Perera, o Boto, o Curupira, entre outros, são personagens do folclore brasileiro. Mas, o que significa folclore? Eis um bom tema para desenvolver com os terceiros ou quartos anos. Eles já conseguem compreender o que é um mito¹⁸ ou o que é uma narrativa com diferentes finalidades educativas. É um bom momento para ir

¹⁸ Entendemos como Mito uma construção linguística que dá suporte para um arcabouço cultural e que procura explicar elementos sobrenaturais ou espirituais de um determinado povo.



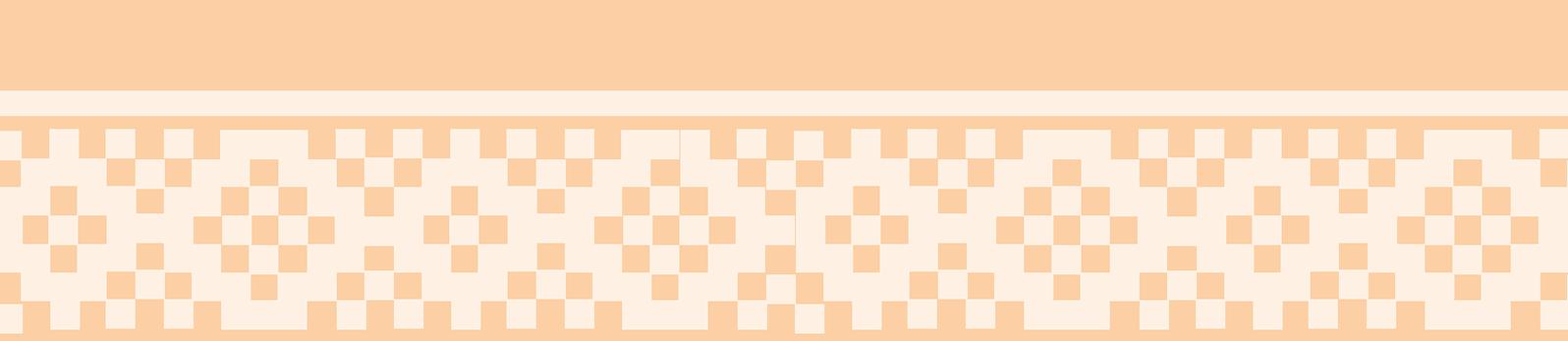
desmistificando certos equívocos que ainda estão muito presentes na sociedade brasileira. Aqui valeria a pena falar sobre o sobrenatural nas culturas indígenas, a relação espiritual com o meio ambiente, ritos e celebrações que têm a ver com essa ideia de manter viva a tradição. Para ilustrar poder-se-ia mostrar alguns vídeos produzidos pelos próprios indígenas mostrando suas realidades a partir de seus próprios pontos de vistas. Neste sentido vale a pena conferir a produção audiovisual organizada pela ONG Vídeo nas Aldeias (www.videonasaldeias.org.br) onde é possível baixar os vídeos para uso em sala de aula.

Fundamental II

Nessa fase de aprendizado pode-se avançar um pouco mais utilizando outros conteúdos e outras dinâmicas aumentando as possibilidades de trabalho em sala de aula ainda que seja possível aproveitar as sugestões anteriores e resgatar os conhecimentos já trabalhados antes.

Entre o 5º e o 9º ano os estudantes já conseguem articular os conhecimentos de forma mais amadurecida. Por isso os conteúdos apresentados são mais teóricos e aprofundados. É importante, portanto, avançar no modo de apresentar a temática indígena. Seguem algumas sugestões:

- História do Brasil é um dos temas mais recorrentes nesta fase de aprendizagem. Trazer os povos indígenas para o cenário da história como protagonista é um passo importante para dar visibilidade à cultura e aos conhecimentos tradicionais e quebrar os estereótipos e as visões distorcidas sobre estes povos. Neste sentido seria interessante verificar os conhecimentos que os estudantes nesta fase trazem sobre os povos indígenas organizando uma pesquisa sobre estes pontos. Sugerimos uma atenção aos vídeos que podem trazer este conteúdo de forma mais ilustrativa e interativa. Conferir o link abaixo: <https://www.youtube.com/watch?v=QQA9wuGgZjI>
- Retomar o estudo da toponímia indígena também é um bom começo para introduzir a temática em sala de aula. Aqui se espera que os professores de diferentes matrizes curriculares se juntem para organizar um projeto que contemple matemática, português, ciências, história,



geografia, educação física, artes, entre outras disciplinas. Isso permitirá tratar o tema como uma unidade didática. É bom sempre lembrar que o lugar não é apenas o local onde se mora, mas é um território onde a vida se manifesta em suas diferentes formas: nas palavras que os nomina, nas pessoas que os habitam, nos seres que interagem, nas crenças que escondem, nos ritos que desenvolvem, nas músicas que tocam e entoam, nas artes que os embelezam. Dessa forma, retomar este conteúdo é fundamental para inserir os estudantes no seu contexto e criar neles o pertencimento ao lugar de origem;

- Letras de músicas – novas ou antigas – podem ajudar a montar o perfil de como a sociedade brasileira desenvolveu seu olhar sobre os povos originários. Uma boa pesquisa na produção musical ajudará a fazer este mapeamento. Alguns exemplos: Curumim chama Cunhatã (Jorge Benjor); Um índio (Caetano Veloso); Amor de Índio (Beto Guedes); Mestiçagem (Antonio Nóbrega); Baila Comigo (Rita Lee); Índio cara pálida, cara de índio (Djavan); Cachimbo da Paz (Gabriel O Pensador). Outras tantas podem ser pesquisadas para desconstruir estereótipos ou para mostrar os equívocos em torno da construção de uma imagem negativa dos povos indígenas;
- Na mesma linha de construir uma nova imagem é bom mostrar como os indígenas são contemporâneos aos estudantes. Iniciar uma conversa sobre tecnologia e povos indígenas é interessante. Neste sentido vale a pena mostrar como eles estão aprendendo a usar os equipamentos tecnológicos para reforçarem suas culturas e seus modos de vida. A ONG Vídeo nas Aldeias dispõe de vasto material audiovisual produzido por indígenas com esta finalidade (www.indiosnasaldeias.org.br). O mesmo se pode apresentar com relação ao uso da produção musical. Fazer uma pesquisa sobre os grupos de Hip Hop indígena que tem se espalhado pelo Brasil. Como exemplo temos <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/02/16/Quem-s%C3%A3o-os-Br%C3%B4-MCs-primeiro-grupo-de-rap-ind%C3%ADgena-do-Brasil> que utiliza esta ferramenta para denunciar o constante descaso com os povos indígenas. Creemos que os estudantes poderão organizar mostras de cinema, festival de músicas, audiências públicas envolvendo a comunidade para dialogar com a contemporaneidade indígena.

Literatura indígena

Deixamos esse último tópico por último por acreditarmos que seja o suporte principal para todo este processo que estamos propondo, muito embora deixemos aos educadores a tarefa de ir adaptando segundo suas necessidades, seus projetos pedagógicos e seus objetivos educacionais.

O que é preciso entender é que não basta o livro ser escrito por um indígena para que ele traga informações adequadas ou corretas. O contrário também é verdadeiro: muitos escritores não indígenas têm procurado atualizar seus conhecimentos para desenvolverem suas histórias ou narrativas. Não se trata, portanto, de uma discussão sobre apropriação cultural (de objetos, de práticas ou de ideologias), mas como os conteúdos precisam ser bem pensados para que não se repitam os equívocos que aqui discutimos. Algumas questões precisam ser bem pensadas

Vamos a algumas questões que podem ser trabalhadas a partir da literatura (indígena ou não):

- **Mitologia, fábulas, narrativas** – Uma boa parte dos livros escritos por indígenas trazem esse tipo de tema. Com ele é possível trabalhar a visão simbólica, histórias da criação do mundo, dos homens e das coisas (frutas, raízes, céu, terra, estrelas, lua, rios). Para as crianças pequenas as fábulas são sempre uma boa narrativa por trazer animais como protagonistas e podem ajudar na transmissão de valores sociais, culturais, morais e éticos.
- **Meio Ambiente** – Os indígenas não costumam separar-se do ambiente onde vivem. Ideias como pertencimento, integração, coletivismo, solidariedade, cuidado com os lugares podem ser bastante trabalhadas a partir da leitura de livros com esta temática;
- **Jogos e brincadeiras** – Os livros trazem a descrição do cotidiano de uma aldeia e de como as crianças interagem com o seu meio, a partir dos jogos e brincadeiras, e podem ajudar a organizar um gradiente de atividades;



Cultura material Kaingang.
Acervo Cristiano Wapichana.
Foto: Daniza Kaingang.

- **Ritos e rituais** – Em alguns livros, é possível perceber como acontecem os rituais que movem o cotidiano indígena, inclusive como são realizados os ritos e rituais que são marcações no tempo e que demarcam os diversos momentos da vida indígena. São livros que poderão ser melhor usados nas classes mais adiantadas;
- **Velhos, idosos, sábios** – É comum encontrar nos livros a palavra dos mais velhos dentro das sociedades indígenas. Em quase todos esses livros os avós são tratados de maneira muito especial. Isso permitirá trabalhar temas como a interação entre crianças, jovens e velhos e resgatar a importância dessa convivência na formação humana das crianças;
- **Papeis sociais** – Os livros quase sempre retratam a convivência diária em aldeias procurando ressaltar os diversos papéis sociais que são vividos ali. O papel de cada pessoa dentro dessa estrutura, ajuda organizar as diversas atividades resultando em divisão de trabalho, cumprimento de atividades comunitárias e a convivência mais harmoniosa entre as pessoas;
- **Outras versões da história** – É sempre bom trazer para as crianças e jovens outras versões da história. Isso ajuda a criar uma consciência mais cidadã e participativa. Alguns dos livros escritos por indígenas, trazem um pouco dessas versões que podem ser trabalhadas sobretudo entre os estudantes maiores;
- **Culinária e saúde** – Nas narrativas de origem, é possível encontrar elementos que ajudam a entender a cosmologia indígena, ou seja, os símbolos presentes nos corpos e nas mentes deles. Nesse sentido, trabalhar o tema da culinária pode ser bem positivo porque fará compreender a ideia de saúde ou doença para esses povos.

SUGESTÃO DE OBRAS

Lista de livros disponíveis

Se fizermos uma procura acurada no mercado editorial, iremos notar que há muito material disponível. Como dito anteriormente, é possível encontrar livros de autoria indígena e não-indígena para todos os gostos, idades e séries escolares. Para facilitar essa busca, sugerimos uma lista com títulos disponíveis, e que trazem as temáticas que elencamos acima. Além disso, sugerimos uma bibliografia a que os educadores precisam ter acesso para também se atualizarem e para que seu trabalho alcance êxito e excelência.

Vale lembrar, ainda, que há um grande acervo disponível nas salas de leitura e bibliotecas espalhadas pela rede municipal de ensino. Esse acervo pode ser usado sempre, mas com o cuidado de fazer uma leitura prévia para verificar as incongruências que possam haver depois de tudo o que já conversamos anteriormente.



Cultura material Guarani.
Foto: Adriana Caminitti.



SUGESTÃO DE OBRAS DE AUTORES INDÍGENAS

- **Ajuda do saci - Kamba i**
Olívio Jekupé. Ilustração Rodrigo Abraham. São Paulo: DCL, 2006.
- **Antologia de contos indígenas de ensinamento: tempo de histórias**
Daniel Munduruku. Ilustração, organização e apresentação Heloisa Prieto. São Paulo: Salamandra, 2005. (Coleção Lendo & relendo)
- **A árvore de carne**
Yaguarê Yamã e Lia Minapoty. Ilustração Mariana Newlands. São Paulo: Ed. Tordesilhinhas, 2011
- **A árvore da vida**
Roni Wasiry Guará. Ilustração Andréa Ebert. São Paulo: Ed. Leya, 2014.
- **Aventuras do menino Kawã**
Elias Yaguakãg. Ilustração Elias Yaguakãg. São Paulo: Ed. FTD, 2010.
- **O banquete dos deuses: conversa sobre a origem da cultura brasileira**
Daniel Munduruku. São Paulo: Global, 2010.
- **A boca da noite**
Cristino Wapichana. Ilustração Graça Lima. Rio de Janeiro: ZIT, 2016.
- **O cão e o curumim**
Cristino Wapichana. Ilustração Taísa Borges. São Paulo: Melhoramentos, 2018.
- **A cidade das águas profundas**
Marcelo Manhuari Munduruku. Ilustração Anielizabeth. São Paulo: Melhoramentos, 2013.
- **Contos dos curumins Guaranis**
Jeguaká Mirim e Tupã Mirim. Ilustração Geraldo Valério. São Paulo: FTD, 2014.
- **Com a noite veio o sono**
Lia Minapoty. Ilustração Maurício Negro. São Paulo: Leya, 2011.
- **Curuminzice**
Tiago Hakiy. Ilustração Taísa Borges. São Paulo: Ed. Leya, 2015.
- **Criaturas de Ñanderu**
Graça Graúna. Ilustração José Carlos Lollo. São Paulo: Manole, 2009.
- **Caçadores de aventuras**
Daniel Munduruku. São Paulo: Caramelo, 2006.
- **O caçador de histórias**
Yaguarê Yamã. Ilustração Yaguarê Yamã e Frank Bentes. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- **O caso da cobra que foi pega pelos pés**
Wasiry Guará. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2007. 24p.
- **Catando piolhos, contando histórias**
Daniel Munduruku. Ilustração Maté. São Paulo: Brinque-Book, 2006.

- **O coco que guardava a noite**
 Eliane Potiguara. Ilustração Suryara Bernardi.
 São Paulo: Mundo Mirim, 2012.
- **O canto do Urirapuru**
 Tiago Hakiy. Ilustração Taísa Borges. Belo Horizonte: Formato, 2015.
- **Coisas de Índio**
 Daniel Munduruku. Vários ilustradores. Projeto gráfico Néelson de Oliveira. São Paulo: Callis, 2000.
- **Coisas de Índio: versão infantil**
 Daniel Munduruku. Ilustração Camila Mesquita. São Paulo: Callis, 2003.
- **Coisas de onça**
 Daniel Munduruku. Ilustração Ciça Fittipaldi. São Paulo: Mercuryo Jovem, 2011.40 p.
- **Como surgiu – Mitos Indígenas**
 Daniel Munduruku. Ilustração Rosinha. São Paulo: Callis, 2011.
- **Contos indígenas brasileiros**
 Daniel Munduruku. Ilustração Rogério Borges. São Paulo: Global, 2004.
- **Coração na aldeia, pés no mundo**
 Auritha Tabajara. Xilogravuras: Regina Drozina. SP: Uka Editorial, 2018.
- **Crônicas de São Paulo: um olhar indígena**
 Daniel Munduruku. São Paulo: Callis, 2004.
- **A cura da Terra**
 Eliane potiguara. Ilustração Saud. São Paulo: Editora do Brasil, 2015.
- **Estrela Kaingang – A lenda do primeiro pajé**
 Vangri Kaingang. Ilustração Catarina Bessel. São Paulo: Biruta, 2016.
- **As fabulosas fábulas de Iauaretê**
 Kaká Werá Jecupé. São Paulo: Peirópolis, 2007.
- **Guainê derrota a Cobra Grande**
 Tiago Hakiy. Ilustração Maurício Negro. Minas Gerais: Autêntica, 2013.
- **Histórias de índio**
 Daniel Munduruku. Ilustração Laurabeatriz. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 1996.
- **Histórias que ouvi e gosto de contar**
 Daniel Munduruku. Ilustração Rosinha. São Paulo: Callis, 2004.
- **Histórias que eu vivi e gosto de contar**
 Daniel Munduruku. Ilustração Rosinha. São Paulo: Callis, 2007
- **Histórias que eu li e gosto de contar**
 Daniel Munduruku. Ilustração Rosinha. São Paulo: Callis, 2011
- **Histórias tuyuka de rir e de assustar**
 Associação Escola Indígena Utapinozona Tuyuka. São Paulo: ISA / Associação Escola Indígena Utapinozona Tuyuka, 2004.
- **Historinhas Marupiaras**
 Elias Yaguakãg. São Paulo: Mercuryo Jovem, 2011.

- **O homem que roubava horas**
Daniel Munduruku. Ilustração Janaina Tokitaka. São Paulo: Brinque-Book, 2007.
- **Iarandu: o cão falante**
Olívio Jekupé. Ilustração Olavo Ricardo. São Paulo: Peirópolis, 2002. (Coleção Palavra de Índio)
- **Ipati – o curumim da selva**
Ely Makuxi. Ilustração Maurício Negro. São Paulo: Paulinas, 2011
- **Irakisu: o menino criador**
René Kithãulu. Ilustração René Kithãulu; crianças Nambikwara. São Paulo: Peirópolis, 2002. (Coleção Memórias ancestrais. Povo Nambikwara)
- **Jóty – O Tamanduá**
Vangri Kaingang e Maurício Negro. São Paulo: Biruta, 2010.
- **Kabá Darebu**
Daniel Munduruku. Ilustração Maté. São Paulo: Brinque-Book, 2002.
- **O Karaíba**
Ilustração Maurício Negro. São Paulo: Melhoramentos, 2018.
- **Kurumi Guaré no coração da Amazônia**
Yaguarë Yamã. São Paulo: Editora FTD, 2007.
- **O livro das árvores**
Jussara Gomes Gruber (org.). Vários ilustradores. São Paulo: Global, 2000.
- **Lua menina e o menino onça**
Lia Minapoty. Ilustração Suryara Bernardi Belo Horizonte: RHJ, 2014.
- **O machado, a abelha e o rio**
Kanátyo Pataxó. Ilustração Werimehe Pataxó. Brasília: MEC, 2005.
- **Massacre indígena guarani – Juruá revê nhande kuery joguero a ágüe**
Luiz Karai. Ilustração Rodrigo Abraham. São Paulo: DCL, 2006.
- **O menino e o pardal**
Daniel Munduruku. Ilustração Cecília Rébora. São Paulo: Callis, 2007.
- **Memórias de Índio – uma quase autobiografia**
Daniel Munduruku. Ilustração Rita Carelli Poá: EDELBRA, 2016.
- **Meu lugar no mundo**
Sulami Katy. Ilustração Fernando Vilela São Paulo: Ática, 2005.
- **Meu vô Apolinário: um mergulho no rio da (minha) memória**
Daniel Munduruku. Ilustração Rogério Borges. São Paulo: Studio Nobel, 2001.
- **Mitologia Tariana**
Ismael Tariano. Manaus: Valer Editora, 2002.
- **O mistério da estrela vésper**
Daniel Munduruku. São Paulo: Leya, 2014.
- **Mondagará – a traição dos encantados**
Roni Wasiry Guarã. Ilustração Janaina Tokitaka. São Paulo: Formato, 2011
- **A mulher que virou Urutau**
Jerá Giselda, Olívio Jekupé e Maria Kerexu. São Paulo: Panda Books.

- **Murugawa: mitos, histórias e fábulas do Povo Maraguá**
Yaguarê Yamã. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2007.
- **Nós somos apenas filhos**
Sulami Katy. Ilustração Maurício Negro. Rio de Janeiro: Zit, 2012.
- **A onça e o fogo**
Cristino Wapichana. Ilustração Helton Faustino. São Paulo: Manole, 2009.
- **A oncinha Lili**
Cristino Wapichana. Ilustração Águeda Honr. Brasília: Edebê, 2014.
- **O olho da águia**
Daniel Munduruku. São Paulo: Leya, 2013.
- **O onça**
Daniel Munduruku. São Paulo: Caramelo, 2006.
- **Outras tantas histórias de origem das coisas e do universo**
Daniel Munduruku. Ilustração Maurício Negro. São Paulo: Global Editora, 2008.
- **A palavra do Grande Chefe**
Daniel Munduruku. Ilustração Maurício Negro. São Paulo: Global Editora, 2008.
- **Parece que foi ontem**
Daniel Munduruku. Ilustração Maurício Negro. São Paulo: Global, 2006
- **O pássaro encantado**
Eliane Potiguara. Ilustração Aline Abreu. São Paulo: Jujuba, 2015.
- **A pescaria do curumim e outros poemas indígenas**
Tiago Hakiy. Ilustração Taísa Borges. São Paulo: Panda Books, 2015.
- **O povo Pataxó e suas histórias**
Anghthichay Pataxó (Vanusa Braz da Conceição) et al. Ilustração Arariby Pataxó (Antonio A. Silva) e Manguadã Pataxó (Valmores Conceição Silva). São Paulo: Global, 1997.
- **Povo Tukano. Cultura, história e valores (Série autores indígenas)**
Gabriel dos Santos Gentil. Manaus: EDUA, 2005.
- **A primeira estrela que vejo é a estrela do meu desejo e outros contos indígenas de amor**
Daniel Munduruku. Ilustração Maurício Negro. São Paulo: Global, 2007.
- **Puratig: o remo sagrado**
Yaguarê Yamã. Ilustração Yaguarê Yamã; crianças Satarê Mawé; Queila da Glória. São Paulo: Peirópolis, 2001. (Coleção Memórias ancestrais. Povo Saterê Mawé)
- **O segredo da chuva**
Daniel Munduruku. Ilustração Marilda Castanha. São Paulo: Ática, 2003.
- **Sabedoria das águas**
Daniel Munduruku. Ilustração Fernando Vilela. São Paulo: Global, 2004.
- **Sapatos trocados – como o tatu ganhou suas grandes garras**
Cristino Wapichana. Ilustração Maurício Negro. São Paulo: Paulinas, 2014.

- **Sehaypóri - O livro sagrado do Povo Saterê-Mawé**
Yaguarê Yamã. São Paulo: Peirópolis, 2007.
- **As serpentes que roubaram a noite e outros mitos**
Daniel Munduruku. Ilustração Crianças Munduruku da aldeia Katõ. São Paulo: Peirópolis, 2001. (Coleção Memórias ancestrais. Povo Munduruku)
- **Shenipabu Miyui. História dos antigos**
Comissão dos professores indígenas do Acre. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.
- **O sinal do pajé**
Daniel Munduruku. Ilustração Taisa Borges. 2. ed. São Paulo: Peirópolis, 2010.
- **O sonho que não parecia sonho**
Daniel Munduruku. São Paulo: Caramelo, 2006.
- **O sonho de Borum**
Edson Krenak. Ilustração Maurício Negro. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- **O sumiço da noite**
Daniel Munduruku. São Paulo: Caramelo, 2007.
- **Tainaly, uma menina Maraguá**
Lia Minapoty. Ilustração Laurabeatriz. São Paulo: Positivo, 2014.
- **Tekoa – conhecendo uma aldeia indígena**
Olívio Jekupé. Ilustração Maurício Negro. São Paulo: Global, 2011.
- **Ore awé roiru a ma - todas as vezes que dissemos adeus**
Kaká Werá Jecupé. São Paulo: Triom, 2002.
- **O trovão e o vento: um caminho de evolução pelo xamanismo tupi-guarani**
Kaká Werá. São Paulo: Polar / Instituto Arapoty, 2016.
- **Tupã Tenondé**
Kaká Werá Jekupé. São Paulo: Peirópolis, 2003.
- **Txopai e Itôhã, história contada por Apinhaera Pataxó**
Kanátyo Pataxó. Ilustração Kanátyo Pataxó. Belo Horizonte: Formato, 2000.
- **Tykuã e a origem da anunciação**
Elias Yaguakãg. Ilustração João Kammal. RJ: Rovellet, 2014.
- **Um estranho sonho de futuro: casos de índio**
Daniel Munduruku. Ilustração Andrés Sandoval. São Paulo: FTD, 2004.
- **Urutopiag. A religião dos pajés e dos espíritos da selva**
Yaguare Yamã. São Paulo: IBRASA, 2005.
- **Verá: o contador de histórias**
Olívio Jekupé. Ilustração Crianças Guarani. Daniel Munduruku (coord.). São Paulo: Peirópolis, 2003. (Coleção Memórias ancestrais. Povo Guarani)

■ **A vida do sol na Terra**

Verá Kanguá e Papa Miri Poty. São Paulo: Edit. Anhembi Morumbi.

■ **Você lembra, pai?**

Daniel Munduruku. Ilustração Rogério Borges. São Paulo: Global, 2003.

■ **Vozes ancestrais**

Daniel Munduruku. São Paulo: FTD, 2016.

■ **Xerekó Arandu: a morte de Kretã**

Olívio Jekupé. Ilustração Maté. São Paulo: Peirópolis, 2002.

■ **Wahtirã – a lagoa dos mortos**

Jaime Diakara e Daniel Munduruku. Ilustração Maurício Negro. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

■ **Caiçú Indé – o primeiro grande amor do mundo**

Roni Wasiry Guará. Manaus: Valer Editora, 2011.

■ **Olho d'água: o caminho dos sonhos**

Roni Wasiry Guará. Ilustração Walther Moreira Santos. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.



Cultura material Kaingang
Acervo Cristino Wapichana.
Foto: Daniza Kaingang.



SUGESTÕES DE LIVROS SOBRE A TEMÁTICA INDÍGENA ESCRITOS POR NÃO-INDÍGENAS

- **A árvore de Tamorumu**
Ana Luísa Lacombe. Ilustração Fernando Vilela. São Paulo: Formato, 2013
- **Ceiuci – a velha gulosa**
Maria Inez do Espírito Santo, Taisa Borges. Rio de Janeiro: Escrita Fina, 2013
- **Histórias do Xingu**
Claudio e Orlando Villas Bôas. Ilustração Rosinha. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2013.
- **Histórias de verdade**
Aracy Lopes da Silva e Carolina Young. São Paulo: Global, 2008.
- **Histórias da terra e do céu – lendas indígenas do Brasil**
Douglas Tufano. Ilustração Rogério Borges. São Paulo: Moderna, 2014.
- **Histórias indígenas dos tempos antigos**
Pedro Cesarino. Ilustração Zé Vicente. São Paulo: Claro Enigma, 2015.
- **A lenda da Paxiúba**
Terezinha Éboli. Ilustração Graça Lima. São Paulo: Ediouro, 2000.
- **Por dentro do escuro – mitos do povo Xavante**
Arthur Shaker. Ilustração Cynthia Cruttenden. São Paulo: Global, 2011.
- **Pindorama – terra das palmeiras**
Marilda Castanha. São Paulo: CosacNaify, 2007.
- **Pororoca, pipoca, paca e outras palavras do tupi**
Marcos Bagno e Orlene Lucia S. Carvalho. São Paulo: Parábola, 2014.
- **Queno-Curumim**
José Américo de Lima/ Demóstenes Vargas. Minas Gerais: Formato, 1994.
- **O que é, o que é? – o pajé e as crianças numa aldeia Guarani**
Luís Donisete Benzi Grupioni. Ilustração Maurício Negro. São Paulo: Moderna, 2014.
- **Rumos de um pequeno Guarani**
Mathias Townsend. São Paulo: Elementar, 2016.
- **Tem Tupi na oca e em quase tudo que se toca**
Walther Moreira Santos. Minas Gerais: Autentica, 2011.
- **Yrajang – a canoa encantada**
Nancy Caruso Ventura e Ninete Aparecida Rocha. Ilustração Roberta Carvalho. São Paulo: Noovha America, 2006.
- **Vozes da floresta – lendas indígenas**
Celso Sisto. Ilustração Mateus Rios. São Paulo: Cortez, 2011.
- **Xondaro**
Vitor Flynn Paciornik. São Paulo: Elefante, 2016.

PEQUENA BIBLIOGRAFIA PARA OS EDUCADORES



Com esta relação pretendemos oferecer sugestões de leituras para melhorar ainda mais o repertório dos educadores da Rede Municipal de Ensino. Há muitas outras leituras possíveis, mas elegemos estas que são as que alimentam nossas pesquisas e estudos em torno da temática indígena.

- **Metade cara, metade máscara**
Eliane Potiguara. 2. ed. São Paulo: Editorial Uk'a, 2018.
- **História indígena na sala de aula**
Adriano Toledo Paiva. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- **Histórias e culturas indígenas na educação básica**
Giovani José da Silva e Anna Maria Ribeiro F. M da Costa. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- **Pele silenciosa, pele sonora: a literatura indígena em destaque**
Janice Thiél. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- **Trilhas literárias indígenas para a sala de aula**
Sueli de Souza Cagneti e Alcione Pauli. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- **Indígenas no Brasil: demandas dos povos e percepções da opinião pública**
Gustavo Venturi e Vila Bokany (orgs.) São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.
- **Índios do Brasil**
Julio Cezar Melatti. São Paulo: Edusp, 2007.
- **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro: 1970;1990**
Daniel Munduruku. São Paulo: Paulinas, 2012.
- **Os índios na história do Brasil**
Maria Regina Celestino de Almeida. São Paulo: FGV, 2017.
- **Ensino (D)e História Indígena**
Luisa Tombini Wittmann (Org). Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- **Contrapontos da Literatura Indígena**
Graça Graúna. Belo Horizonte: Mazza, 2013.

PARA TREINAR OLHOS E CORAÇÕES



Aldeia Xavante Pimentel Barbosa, MT. Foto: Cristina Flória.

PARA TREINAR OLHOS E CORAÇÕES: duas palavras para finalizar

Nossa sociedade brasileira é plural. Essa é uma verdade incontestável que precisa ser repetida vezes sem fim para começar a fazer eco nas entranhas de nossa identidade brasileira.

Ser plural significa aceitar em nós a composição de nossa diversidade, conviver com ela, ter orgulho, sentir-se parte da história que está o tempo todo sendo escrita por cada brasileiro não importando sua origem ou, ainda, que tenha vindo de outras terras e se tornado filho adotivo daqui.

Ser plural significa conhecer nossa diversidade nativa pelo nome e não pela fragilidade de um apelido que desqualifica mais que dignifica a experiência de humanidade que ela traz consigo.

Ser plural é olhar para dentro de nós mesmos; é encontrar e reconhecer que somos mais que uma afirmação. É entender que somos a confirmação de uma humanidade nova que nasce com a capacidade de convivermos com os diversos mundos que habitam nossa brasilidade.

Este, desde sempre, foi o objetivo desse trabalho que agora está em suas mãos educadoras. Ele quer ser um manual para treinar olhos e corações. Quer ser um instrumento de humanização das pessoas. Quer ser uma semente na construção de uma gente cidadã que olha para os outros com a admiração que cada ser merece. Quer ser, principalmente, o início de uma nova nação que aceite sua vocação para a felicidade!

Esta é a esperança que nos alimenta enquanto educadores, enquanto indígenas, enquanto seres humanos. Ser educador é fazer uma profissão de fé no ser humano; nunca desistir; resistir; insistir e recomeçar sempre.

Nosso desejo que este material cumpra sua função de alimentar nossa fé no que há de humano em cada gente.

Daniel Munduruku e Cristino Wapichana



Povos originários da etnia Pataxó Hã hã hae da aldeia Iriri Kanã Pataxi Ûi Tanara, Paraty – RJ, em ritual de pintura corporal com grafismos.
Foto: Alex Martins Pires.



Foto: Carolina Grohmann

CRISTINO WAPICHANA é músico, compositor, cineasta e escritor. Nasceu em Boa Vista, Roraima. É contador de histórias e palestrante sobre a temática indígena em escolas, universidades, fundações e instituições diversas. É autor do livro “A Boca da Noite”, traduzido para o dinamarquês e sueco, este vencedor da Estrela de Prata do Prêmio Peter Pan 2018 –Suécia. Escritor brasileiro a figurar na Lista de Honra do IBBY 2018 - International Board on Books for Young People (IBBY); Prêmio Jabuti 2017; Prêmio FNLIJ 2017 nas categorias Criança e Melhor Livro Para Crianças. “*Sapatos Trocados: como o tatu ganhou suas grandes garras*”, selecionado para compor o acervo básico da FNLIJ 2015. O livro “A Boca da Noite” figurou no catálogo da Feira de Bolonha, na Itália – 2017, recebeu o Selo Altamente Recomendável FNLIJ 2017 e o Selo White Révens da Biblioteca de Munique - 2017. Pelo Movimento União Cultural recebeu o Prêmio Litteratudo Monteiro Lobato 2015 e a Medalha da Paz – Mahatma Gandhi 2014. Patrono da Cadeira 146 da Academia de Letras dos Professores (APL) da Cidade de São Paulo.

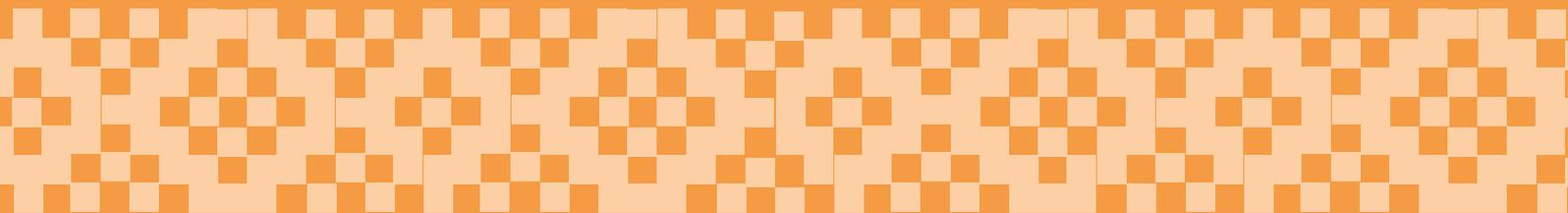


DANIEL MUNDURUKU é escritor indígena, graduado em Filosofia, tem licenciatura em História e Psicologia. Doutor em Educação pela USP. É pós-doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Diretor presidente do Instituto UKA - Casa dos Saberes Ancestrais. Autor de 52 livros para crianças, jovens e educadores é Comendador da Ordem do Mérito Cultural da Presidência da República desde 2008. Em 2013 recebeu a mesma honraria na categoria da Grã-Cruz, a mais importante honraria oficial a um cidadão brasileiro na área da cultura. Membro Fundador da Academia de Letras de Lorena. Recebeu diversos prêmios no Brasil e Exterior entre eles o Prêmio Jabuti, Prêmio da Academia Brasileira de Letras, o Prêmio Érico Vanucci Mendes (outorgado pelo CNPq); Prêmio Tolerância (outorgado pela UNESCO) com o livro *“Meu vô Apolinário - um mergulho no rio da (minha) memória”*. Muitos de seus livros receberam o selo Altamente Recomendável outorgado pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ). Em 2017 foi contemplado com o Prêmio Jabuti na categoria Juvenil, com o livro *“Vozes Ancestrais”*. É o grande ganhador do Prêmio da Fundação Bunge pelo conjunto de sua obra e atuação cultural, em 2018. Reside em Lorena, interior de SP.

Casa do povo Yanomani (Yanomãni)
Shabono (casa em Yanomami)



Ilustração: Ana Rita da Costa



PROJETO GRÁFICO

CENTRO DE MULTIMEIOS - CM

Ana Rita da Costa - Diretora

NÚCLEO DE CRIAÇÃO E ARTE

Ana Rita da Costa - Projeto Gráfico e Ilustrações

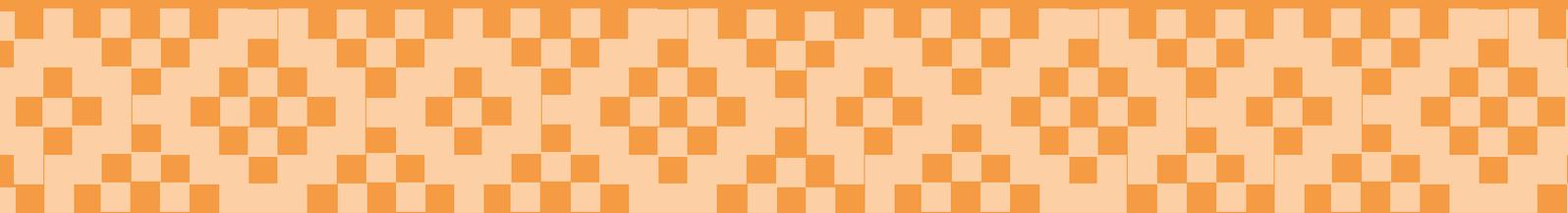
Angélica Dadario

Cassiana Paula Cominato

Fernanda Gomes Pacelli

Priscila Leandro

Simone Porfirio Mascarenhas



EM COOPERAÇÃO



CURRÍCULO
da CIDADE



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
EDUCAÇÃO